

Jorge Filipe Pereira de Araújo

**A Administração Municipal do Porto
(1508 – 1511)**

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2001

Dissertação de Mestrado em História
Medieval apresentada à Faculdade de
Letras da Universidade do Porto

Índice

Introdução	4
I - O Funcionamento da Vereação	6
1. Os oficiais da Câmara	7
1.1. As eleições	8
1.2. Os juizes ordinários	11
1.3. Os vereadores	12
1.4. O procurador	13
1.5. O tesoureiro	14
1.6. O escrivão	15
1.7. Outros oficiais	17
1.7.1. O juiz dos órfãos	18
1.7.2. Os almotacés	19
1.7.3. Os pregoeiros	21
1.7.4. Os porteiros	24
2. As sessões da câmara	26
2.1. As audiências	27
2.2. As substituições	30
2.3. A presença dos mesteiros	32
3. A jurisdição sobre o termo da cidade	35
3.1. Os ouvidores e os meirinhos	35
3.2. A correição pelo termo	38
3.3. Os conflitos de jurisdição	38
II - O município e os outros poderes	40
1. Os elementos de ligação com o poder central	41
1.1. O corregedor da comarca	42
1.2. O ouvidor pelo corregedor	45
1.3. Os procuradores enviados à Corte	46
1.4. As cartas e alvarás régios	48
1.4.1. O provimento de cargos	49
1.4.2. A concessão de privilégios	50
1.4.3. As obras públicas	51
1.4.4. As novas moedas	52
1.4.5. As notícias do Oriente	52
2. A relação com os poderosos	54
2.1. A residência de fidalgos	54
2.1.1. O Conde da Feira	56
2.1.2. Outros fidalgos	57
2.2. O bispo e o cabido	57
III - Aspectos Económicos	60
1. O abastecimento da cidade	61
1.1. Os cereais	62
1.2. O peixe	64
1.3. A carne	66
1.4. O vinho	68
1.5. O sal	69

1.6.O azeite	70
1.7.A madeira e a cal	70
1.8.O sebo e couros	71
2.A Regulamentação das Actividades Económicas	73
2.1.O tabelamento de preços	73
2.2.Os pesos e medidas	75
2.3.A marcação de produtos	75
3.Alguns ofícios urbanos	77
3.1.Os tanoeiros	78
3.2.Os ourives	78
3.3.Os picheleiros	79
3.4.Os ferreiros	80
3.5.Os sapateiros	80
3.6.Os curadores	81
3.7.Os alfaiates	82
3.8.Os gibeteiros	82
3.9.Os adelos	83
 IV - Finanças Municipais	 84
1. As receitas	85
1.1.A propriedade municipal	86
1.1.1As habitações	86
1.1.2.Os terrenos	91
1.1.3.Os lugares	93
1.1.4.Os buracos ou aloques	93
1.1.5.Os moinhos	94
1.2.As sisas	94
1.3.As portagens	97
1.4.As rendas de direitos municipais	99
1.5.As coimas	100
1.6.A tença régia	103
2.Despesas	104
2.1.A muralha	104
2.2.As ruas e calçadas	105
2.3.Gastos de viagem	106
 V - Outros aspectos da vida quotidiana	 108
1. A segurança	109
1.1.O alcaide – mor	110
1.2.O alcaide – pequeno	111
1.3.O escrivão da alcaidaria	112
1.4.Os homens da alcaidaria	113
1.5.Os quadrilheiros	113
1.6.A cadeia	115
2.A saúde pública e a assistência	117
2.1.As medidas contra a peste	117
2.2.Os Hospitais	123
2.3.As Estalagens	124
3.As Festas	126
3.1.A Festa do Corpo de Deus	126

Conclusão	129
Apêndices	133
1.Quadros	134
2.Apêndice documental	145
Fontes e Bibliografia	172
1.Fontes	173
1.1.Fontes manuscritas	173
1.2.Fontes impressas	173
2.Bibliografia	175
2.1.Obras auxiliares	175
2.2.Estudos	175

Introdução

A presente dissertação integra-se num projecto de investigação sugerido pelo Professor Doutor Humberto Baquero Moreno, que visa conhecer o funcionamento da vereação da cidade do Porto ao longo dos séculos XV e XVI, tendo como base documental os livros de vereações que a cidade felizmente possui e que se encontram no Arquivo Histórico Municipal do Porto.

Foi-me atribuído o Livro 9, que apresenta actas de vereação relativas ao período entre Junho de 1508 e Outubro de 1511, num total de 248 fólios, no último dos quais se encontra a seguinte anotação: “ *Tem este livro duzentas e quarenta e sete folhas. Porto 16 de Junho de 1865* ”, podendo esta data corresponder a um momento de reorganização dos referidos livros. O livro inclui ainda quatro actas datadas de 1512 que, devido ao seu número reduzido, não possibilitaram qualquer análise do ano a que se referem¹.

O objectivo inicial de estudar a estrutura concelhia multiplicou-se, mercê da riqueza de informações proporcionadas por esta fonte “oficial”. Deste modo, a investigação procurou esclarecer o funcionamento da vereação portuense no período em questão, mas também o âmbito de intervenção dos seus oficiais e os diversos assuntos que preocupavam a Câmara, englobando a vida económica da cidade, o reforço da segurança contra os malfetores ou contra as epidemias, a relação com o monarca e outros poderosos, as obras públicas ou a organização das festividades mais importantes. Após uma necessária interpretação dos documentos e posterior reflexão, a estruturação da dissertação obedeceu a um fio condutor que se concretizou em cinco capítulos, imagens da vereação e das preocupações dos seus oficiais.

O estudo das actas de vereação permitiu igualmente discernir um pouco a influência do reinado de D. Manuel I, considerado por vários historiadores como o período da efectiva centralização administrativa e do respectivo reforço do poder central.

De facto, ao Rei Venturoso se associa uma das mais importantes compilações legislativas do final da Idade Média, as Ordenações Manuelinas, instrumento nivelador dos diferentes aspectos da administração do Reino. A renovação dos forais complementou esta tarefa, transformando-se estas antigas garantias locais em listas de

¹ Este ano foi anteriormente objecto de estudo. Cf. FERREIRA, Cristina Isabel de Oliveira Gomes – *A vereação da Cidade do Porto: 1512-1514*, Diss. de Mestrado, Porto, F.L.U.P., 1997.

aspectos económicos e financeiros. Ainda a nível económico, D. Manuel procurou também encetar uma reforma e uniformização dos pesos e medidas utilizados.

A documentação local contribuiu igualmente para esclarecer o alcance destas medidas, bem como a sua verdadeira eficácia e aceitação.

Cumpre-me finalmente agradecer a todos os que contribuíram para este projecto com ideias, sugestões e o apoio necessário: ao Professor Doutor Baquero Moreno cuja orientação metodológica e científica foi preciosa, acrescentando ainda a motivação que soube incutir em todos os momentos da investigação; ao Licenciado Hugo Alexandre Ribeiro Capas, pela disponibilidade total e múltiplas sugestões com que me permitiu enriquecer este trabalho; às minhas colegas de mestrado, pelo apoio prestado e convívio salutar que permitiu a discussão de ideias e comparar informações.

I – O funcionamento da vereação

1. Os oficiais da Câmara

No início do século XVI, o Porto era governado por uma equipa anualmente eleita, composta por dois juizes, quatro vereadores, um procurador, um tesoureiro e um escrivão da Câmara. Em 1339 o Porto possuía já dois juizes ordinários e a presença de vereadores na cidade encontra-se documentada a partir de 1350². Quando a cidade passou para a jurisdição da Coroa, em 1405 – 1406, os juizes e procuradores passaram a ser eleitos pelos homens – bons do Porto, no dia 24 de Junho. Esta data, que marcava o início do ano camarário, ainda era respeitada no início da centúria de quinhentos. Apenas num período que se situa entre 1515 e 1518 o ano camarário passou a iniciar-se no mês de Janeiro, não existindo actualmente documentação disponível que permita datar com exactidão quando ocorreu a alteração³.

O rol de nomes elegíveis para oficiais da câmara era bastante reduzido, concentrando-se os titulares numa elite, vislumbrada pelos estudos mais recentes sobre o Porto e a sua vereação. Nesta elite endogâmica só entravam cidadãos com poder económico, quase sempre filhos e netos de cidadãos que também exerceram officios concelhios⁴.

Para esta elitização evidente dos officios concelhios muito contribuiu o sistema de eleição por pelouros instituída por D. João I, no final do século XIV. De facto, os nomes de algumas famílias repetem-se nos papéis dos pelouros que trienalmente são preenchidos, mas também nas próprias substituições dos oficiais e no desempenho de funções governativas na cidade ou de relacionamento com outras entidades⁵.

O exercício anterior de cargos parece também ser elemento importante para a escolha dos indivíduos, referindo-se no presente estudo alguns exemplos. Os laços familiares surgem também como elemento de consolidação da hegemonia desta oligarquia, apresentando-se alguns indivíduos como “genro de” ou “filho de” nos registos camarários, sendo possível igualmente identificar pai e filho através das expressões “o Velho” e “o Moço”. Estas relações familiares podem confirmar a prática

² MATIAS, Ana Luísa – *O Porto em 1533. Actas de Vereação da Cidade*, Diss. de Mestrado, Porto, F.L.U.P., 1999, pp. 3-4.

³ MACHADO, Maria de Fátima Pereira – *O Porto de D. Manuel a D. João III (1518-1530)*, Diss. de Mestrado, Porto, F.L.U.P., 1997, p. 28.

⁴ MACHADO, Maria de Fátima Pereira – ob. cit., p. 7.

⁵ COSTA, Maria Adelaide Millan da – *Vereação e Vereadores. O Governo do Porto em finais do século XV*, Porto, A.H.C.M.P., 1993, p. 65.

gradualmente desenvolvida de estes cargos serem providos apenas em pessoas pertencentes a famílias que costumassem ocupar lugares na “governança”⁶.

A visão de uma oligarquia de mercadores que assegura a submissão política de artesãos e pequenos comerciantes⁷ alarga-se através da análise das listas de presenças nas sucessivas sessões, que revelam uma nítida distinção entre os “cidadãos” e “os do povo”. Esta última designação integra essencialmente os indivíduos que desempenham apenas o papel de espectadores nas sessões mais concorridas da Câmara, convocadas por pregão e onde são apresentados assuntos excepcionais.

Já em 1363 o concelho era censurado pelo rei por manter continuamente os mesmos indivíduos à frente da governação, situação que prejudicava o bem comum⁸. Ser filho de “homem – bom” constituía motivo de preferência nas eleições para os cargos mais importantes⁹, a par do dinheiro que permitia formar clientelas mais ou menos alargadas. Alguns nomes não se relacionam com cargos desempenhados na Câmara mas surgem assiduamente na vereação, dando opinião e voto ou testemunhando actos e contratos¹⁰.

1.1. As eleições

Um dos principais poderes concelhios consistia em eleger os seus próprios oficiais. No início do ano camarário procedia-se a essa eleição, utilizando o sistema de pelouros instituído por D. João I.

A Ordenação dos Pelouros data de 1391 e indicava que os juizes e vereadores deveriam ser eleitos pela assembleia municipal a partir de listas de nomes de pessoas “... *autas e pertencentes...*” para ocuparem os cargos. Este processo destinava-se a evitar o problema dos bandos que se formavam nas localidades na altura do processo eleitoral, mas a grande consequência terá sido a elitização dos cargos concelhios. De facto, comprova-se pelos diferentes estudos realizados sobre esta matéria que um conjunto de famílias controlava os cargos e exercia uma influência considerável sobre os assuntos da cidade.

⁶ HESPANHA, António Manuel – *História das Instituições. Épocas medieval e moderna*, Coimbra, Livraria Almedina, p. 269.

⁷ HESPANHA, António Manuel – ob. cit., p. 233.

⁸ SOUSA, Armindo de – *Tempos Medievais* in RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.) - “História do Porto”, 2ª ed., Porto, Porto Editora, 1995, p. 208.

⁹ SOUSA, Armindo de – ob. cit., p. 208.

¹⁰ SOUSA, Armindo de – ob. cit., p. 213.

A eleição por pelouros continuou a ser utilizada no século XVI. Na cidade do Porto a eleição dos oficiais para o novo ano proporcionava uma das mais concorridas sessões, podendo estar presente um grande número de pessoas previamente convocadas por pregão público. Devido a este facto a eleição realizava-se no claustro do mosteiro de S. Domingos, espaço amplo e mais adequado a este evento do que o exíguo espaço do edifício da Câmara.

No início da centúria de quinhentos o ano camarário ainda se inicia no dia de S. João Baptista, ou seja, 24 de Junho. Assim aconteceu em 1508¹¹, no referido mosteiro de S. Domingos, para onde foi levado o cofre das eleições. Neste cofre se guardavam os pelouros, bolas de cera vermelha, no interior dos quais se encontravam pequenos papéis com os nomes dos indivíduos elegíveis. Para evitar qualquer hipótese de fraude, o cofre era fechado com três chaves que se encontravam sempre na posse dos oficiais do ano anterior.

Nesta reunião, o cofre foi aberto perante os oficiais da vereação, revelando-se no seu interior as bolsas que continham os pelouros. De seguida, um menino de sete ou oito anos retirou as bolas de cera necessárias, garantindo também por este meio a imparcialidade do sorteio. Tal como nos restantes anos eram escolhidos por este processo os juizes, os vereadores, o procurador e o tesoureiro da Câmara.

Os nomes incluídos nestes papéis tão importantes eram previamente escolhidos por um conjunto de cidadãos. De acordo com a acta da reunião de 7 de Julho de 1509¹², convocada por pregão, os oficiais tiveram de eleger seis “...*eleitores de boas consciências*...” para, isolados numa casa juntamente com o corregedor, escolherem as pessoas que consideravam elegíveis para um período de três anos. O elenco escolhido compunha-se de Afonso Tomé, Luís Carneiro, Lopo Rebelo, Álvaro Dinis, Álvaro Pinto e João Sanches. Antes desta eleição, o mesmo corregedor leu, para esclarecimento geral, o regimento régio.

Após esta escolha dividiram os nomes em três listas, denominadas pautas, e regressaram novamente à Câmara. Estas pautas encontram-se referidas nas Ordenações Manuelinas e consistiam em folhas que correspondiam aos cargos e nas quais se escreviam os nomes dos indivíduos que poderiam ser eleitos¹³.

¹¹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 1v.

¹² A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 58v.-61v.

¹³ *Ordenações Manuelinas*, Lv. 1, Tit. XLV, p. 317.

Na reunião referida, o próprio corregedor colocou os papéis com os nomes no interior das bolas de cera, retirando logo depois os pelouros para 1509. Os restantes nomes foram metidos num saco chamado “...*de repartimentos*...”, juntamente com os testemunhos dos oficiais, selado com o selo da chancela da vereação. Como habitualmente, o saco foi colocado no cofre das eleições, sendo as respectivas chaves entregues aos vereadores do ano anterior, neste caso Bartolomeu Pessoa, Paulo de Pedrosa e Fernão Soares. De acordo com o regimento régio os sacos deveriam incluir três pelouros para cada cargo¹⁴, sendo cada saco identificado no exterior com o título respectivo.

Este procedimento foi apresentado pelos procuradores dos concelhos nas Cortes de Santarém, em 1418, quando propuseram a existência de três sacos distintos onde se colocassem separadamente os pelouros com os nomes dos juizes, vereadores e procuradores, de modo a evitar a eleição de pessoas que não fossem capazes para os diferentes cargos¹⁵.

O processo exposto revela que a Câmara do Porto encontrava-se em conformidade com o regimento régio, evidenciando um respeito notório pelas determinações do poder central, descritas nas Ordenações Manuelinas¹⁶, no que respeitava à eleição mais importante da vida concelhia. Era ao próprio monarca que competia a confirmação da eleição efectuada através da verificação da lista dos eleitos, enviada pelo corregedor juntamente com informações sobre cada um dos indivíduos que constavam nas pautas¹⁷.

Após a eleição, era obrigatório que os novos elementos jurassem sobre os Santos Evangelhos para que fossem empossados nos respectivos cargos. Os juizes e vereadores de 1508 foram juramentados pelo representante do poder central, o corregedor, no dia seguinte à eleição descrita¹⁸. Contudo, o tesoureiro e o procurador foram já empossados pelos outros oficiais¹⁹.

Os restantes cargos e ofícios camarários eram eleitos pelos elementos presentes nas reuniões pelo sistema de vozes, sugerindo que os indivíduos eram ouvidos quanto à

¹⁴ *Ordenações Manuelinas*, Lv. 1, Tit. XLV, p. 317.

¹⁵ SOUSA, Armindo de – *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, volume II, Porto, I.N.I.C., 1990, p. 268.

¹⁶ *Ordenações Manuelinas*, Lv. 1, Tit. XLV, p. 315.

¹⁷ HESPANHA, António Manuel – *História das Instituições. Épocas medieval e moderna*, Coimbra, Livraria Almedina, 1982, p. 256.

¹⁸ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 2.

¹⁹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 3-5.

sua escolha, surgindo também a referência a eleições por vozes secretas, não se encontrando nos documentos estudados qualquer descrição concreta deste sistema.

1.2. Os juizes ordinários

A lista de presenças de todas as reuniões estudadas inicia-se sempre com a referência aos juizes da Câmara, ou seja, os juizes ordinários. Esta situação altera-se apenas quando o corregedor da comarca se encontra presente.

Eram eleitos dois juizes, cuja importância é aferida pela sua presença constante ao longo do ano camarário. A sua eleição, através do sistema de pelouros, era presidida pelo corregedor, que também dava juramento aos novos titulares.

A experiência governativa era um aspecto importante na escolha de indivíduos elegíveis para juizes, bem como para a sua substituição. Quando, na reunião de 1 de Julho de 1508²⁰, foi necessário eleger um juiz substituto, a escolha recaiu em Paulo de Pedrosa, precisamente por ser o vereador mais antigo.

De acordo com as Ordenações Afonsinas os juizes ordinários deveriam fazer a correição pelos termos da cidade, proceder a inquéritos em caso de crimes, defender os privilégios da cidade, bem como as Ordenações do reino, avaliar a actuação dos alcaides e dos outros oficiais, bem como verificar o estado de conservação de equipamentos públicos como os chafarizes. Nas Ordenações Manuelinas reforça-se a ideia da celeridade que os juizes deveriam dar aos processos podendo correr o risco de ser degradados para Ceuta por dois anos se não respeitassem os prazos estabelecidos pelas Ordenações, pagando também uma pena de 5 000 reais²¹.

No que diz respeito às audiências a realizar, o regimento régio apontava que os dias de audiência podiam variar de acordo com o número de vizinhos das localidades. No caso de existirem dois juizes, como no Porto, o despacho dos feitos alternava semanalmente entre os titulares²².

No final do mandato, o seu desempenho era analisado pelos oficiais do ano seguinte, que tinham como missão inquirir num prazo de trinta dias se os juizes

²⁰ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 3-5.

²¹ *Ordenações Manuelinas*, Lv. 1, Tit. XLIV, p. 290.

²² *Ordenações Manuelinas*, Lv. 1, Tit. XLIV, p. 299.

anteriores desrespeitaram o regimento régio ou se prevaricaram de algum modo no exercício das suas funções.

Estes juizes locais possuíam uma competência bastante extensa, mas não se lhes exigia estudos académicos. O direito local deveria orientar-se pelo bom senso e um certo conhecimento do direito praticado²³, devendo os juizes observar no seu desempenho as ordenações do reino e as posturas do concelho.

Nos primeiros anos do século XVI, este cargo ainda representava a maior honra e dignidade a que se podia aspirar no exercício camarário, identificada com uma vara vermelha²⁴ que os juizes eram obrigados a transportar quando se deslocavam pelas ruas da cidade. Contudo, os ventos da mudança encontravam-se já muito próximos, porque a partir de 1518 o Juiz de Fora entra definitivamente na vida do Concelho, substituindo os juizes eleitos localmente.

1.3. Os vereadores

Estes oficiais tinham funções administrativas e judiciais, sendo eleitos em número de quatro. Deveriam estar presentes em todas as sessões da Câmara²⁵, mas a falta de total disponibilidade decerto constituía um entrave e a ausência de alguns vereadores fazia-se sentir.

Em 1510 Francisco Ribeiro foi eleito para vereador mas, após ser chamado à Câmara para ser juramentado, fez saber aos oficiais que não podia ocupar o cargo uma vez que não vivia na cidade nem no respectivo termo²⁶. O assunto voltou a ser discutido, após atenta análise, na reunião de 10 de Julho²⁷, na qual os oficiais concordaram que Francisco Ribeiro deveria aceitar o cargo, acabando por ser jurado na reunião de 24 de Julho²⁸ como vereador.

No mesmo mês, na sessão do dia 20, o vereador Jorge Lourenço foi condenado a pagar uma multa de 100 reais por se encontrar ausente sem justificação²⁹, procedimento

²³ HESPANHA, António Manuel – *História das Instituições. Épocas medieval e moderna*, Coimbra, Livraria Almedina, p. 265.

²⁴ *Ordenações Manuelinas*, Lv. 1, Tit. XLIV, p. 305.

²⁵ MACHADO, Maria de Fátima Pereira – *O Porto de D. Manuel a D. João III (1518-1530)*, Diss. de Mestrado, Porto, F.L.U.P., p. 16.

²⁶ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 101-101v.

²⁷ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 101v.-102v.

²⁸ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 103v.-105.

²⁹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 103v.

previsto no regimento régio. As actas não referem, contudo, se o montante foi efectivamente cobrado.

Apesar destes casos de absentismo, a Câmara não foi obrigada muitas vezes a encontrar substitutos para os seus vereadores. O número mais elevado reporta-se ao ano de 1510, registando três vereadores “na ausência”, mas que ocupam o lugar apenas 6 vezes em 39 reuniões³⁰.

Na reunião de 17 de Agosto de 1510 os oficiais recém – empossados ordenaram ainda aos porteiros que notificassem os vereadores do ano anterior para se dirigirem à Câmara para lhes ser tomada a conta do seu ano³¹, cuja verificação era sempre necessária e se efectuava precisamente no início de cada ano camarário.

1.4. O procurador

Nas reuniões camarárias, a maior parte dos assuntos são propostos pelo procurador da cidade, que frequentemente pede aos juizes e vereadores medidas para solucionar os diferentes problemas.

Constituía o elemento de ligação mais importante entre a população e os órgãos de governo da cidade, representando os cidadãos e requerendo a execução de assuntos pendentes e de todos os processos da cidade.

Acima de tudo, tinha como obrigação apresentar casos em que o bem da cidade e seus privilégios estivessem em causa. Por este motivo, o procurador debruçava-se sobre várias áreas da administração, do abastecimento e segurança da cidade, tal como o quadro seguinte nos indica. Se a maior parte dos problemas expostos no quadro anterior são de natureza económica, verifica-se que os procuradores estiveram também atentos aos abusos das próprias autoridades, incluindo o próprio corregedor, e ao inevitável conflito provocado pela presença de fidalgos na cidade.

Em 1530 era um officio remunerado, recebendo anualmente 1 500 reais³², não surgindo qualquer referência ao seu salário nos documentos estudados.

O procurador foi sempre o official mais assíduo, pelo menos durante os anos de 1508 e 1509, estando presente em quase todas as reuniões. Contudo, durante os dois

³⁰ Cf. Apêndice: 2 – Quadros, “Presenças dos officiais nas sessões da Câmara – 1510”, p. 143.

³¹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 112v.

anos seguintes, o procurador Egas Vasques encontra-se ausente, obrigando a Câmara a proceder à sua substituição durante todo o período referido. Em Julho de 1511 o seu próprio substituto ausentou-se, tal como a maior parte dos oficiais da Câmara, devido à peste que grassava na cidade³³, elegendo-se João Pais para ocupar o cargo enquanto a situação não normalizasse.

Assuntos propostos na Câmara pelo Procurador do Concelho

Data	Assunto	Fonte
09.08.1508	Os ourives levam direitos pelo uso das marcas.	A.H.M.P., <i>Vereações</i> , L.v. 9, fl. 15v.
20.09.1508	Carregamento ilegal de mercadorias num navio de Matosinhos. Venda de madeira e tábuas por regatões. Revenda de pão pelos regatões.	<i>Idem</i> , fl. 99v. <i>Idem</i> , fl. 28v.-30. <i>Idem</i> , fl. 28v.-30.
27.09.1508	É necessário eleger 2 cidadãos como procuradores à Corte. Portagem ilegal em Entre – os – Rios.	<i>Idem</i> , fl. 31-32.
07.10.1508	Venda de casas sem o conhecimento da Câmara.	<i>Idem</i> , fl. 99.
16.12.1508	Notificar o alcaide – mor para apresentar 3 homens para a Câmara escolher o alcaide – pequeno.	<i>Idem</i> , fl. 39-41v.
14.03.1509	Os oficiais fazem audiências fora do local próprio.	<i>Idem</i> , fl. 47v.-48v.
19.05.1509	As lojas de sal que foram para Matosinhos por causa da peste devem regressar ao Porto.	<i>Idem</i> , fl. 52-52v.
06.06.1509	Apropriação de penas pelo Corregedor.	<i>Idem</i> , fl. 54-55.
04.07.1509	Dúvidas sobre a posse de um pedaço de casa na Praça.	<i>Idem</i> , fl. 58.
06.07.1510	Os oficiais do ano passado não acabaram a correição.	<i>Idem</i> , fl. 101-101v.
29.10.1510	Eleição de guardas por causa da peste.	<i>Idem</i> , fl. 116v.-118.
20.11.1510	É necessário eleger um cidadão para procurador à Corte.	<i>Idem</i> , fl. 128-128v.
04.12.1510	Atraso no pagamento de rendas de casas.	<i>Idem</i> , fl. 133.
15.12.1510	Eleição de um cidadão para arrecadar as sisas.	<i>Idem</i> , fl. 134v.-136.
19.02.1511	Dúvida sobre o detentor do cargo de escrivão do aver – do – peso.	<i>Idem</i> , fl. 143-144.
08.03.1511	Eleição de vedores dos ofícios.	<i>Idem</i> , fl. 149-150.
10.05.1511	A Câmara pode perder a dízima dos vinhos que vêm por mar.	<i>Idem</i> , fl. 161v.
31.05.1511	Presença de fidalgos na cidade.	<i>Idem</i> , fl. 164-164v.
04.06.1511	Presença de fidalgos na cidade.	<i>Idem</i> , fl. 164v.-165.

1.5. O tesoureiro

Tal como o procurador, também o tesoureiro recebia um salário de 1 500 reais anuais em 1530. Os documentos assinalam apenas uma vez o salário do tesoureiro, menção difusa enquadrada na substituição de João de Gaia, eleito em 1510. Os oficiais fazem registar, na acta de 10 de Julho desse mesmo ano, que o novo tesoureiro deveria

³² MACHADO, Maria de Fátima Pereira – *O Porto de D. Manuel a D. João III (1518-1530)*, Diss. de mestrado, Porto, F.L.U.P., p. 18.

receber “... o solairo dos messes e tempo que servir ...”³⁴, não apontando qualquer valor. Este oficial deveria ser pessoa de recursos económicos avultados, uma vez que poderia ser obrigado a cobrir os gastos realizados sem fundos³⁵.

O tesoureiro tinha como funções receber todas as rendas do Concelho e proceder às despesas necessárias durante o ano camarário³⁶. Quando o novo tesoureiro de 1508 recebeu o seu juramento, em 28 de Junho, foi imediatamente avisado que deveria receber as entradas dos vinhos, as canadas de azeite e outras rendas³⁷.

O titular do cargo possuía também o livro onde se registavam as rendas da cidade. Este livro das rendas é referido aquando da eleição do tesoureiro para 1510, indicando os oficiais a Pedro Gonçalves que deveria entregar o referido livro ao novo titular³⁸.

A substituição do tesoureiro só é referenciada uma vez, na reunião de 10 de Julho de 1510 quando, por ausência de João de Gaia, é escolhido Pedro Gonçalves, que havia ocupado o cargo em 1508³⁹.

Este oficial não possuía poder de decisão e a sua presença nas sessões não era obrigatória⁴⁰. De facto, as actas referem escassas vezes a presença do tesoureiro, não o incluindo sequer nas primeiras referências da lista de presenças.

1.6. O escrivão

Este oficial era imprescindível em todas as reuniões mas não possuía poder de decisão. Competia-lhe registar o que ia sendo dito, os elementos presentes, registar as receitas e despesas, escrever os processos de injúrias verbais e fazer cartas testemunháveis dos requerimentos apresentados na vereação⁴¹. Nas suas mãos encontravam-se as chaves da arca do Concelho, a qual continha os documentos mais

³³ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 176-178.

³⁴ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 102v.

³⁵ GONÇALVES, Iria – *As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV*, Porto, A.H.M.P., 1987, p. 16.

³⁶ MACHADO, Maria de Fátima Pereira – *O Porto de D. Manuel a D. João III (1518-1530)*, Diss. de mestrado, Porto, F.L.U.P., 1997, p. 19.

³⁷ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 2v.

³⁸ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 134.

³⁹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 101v.-102v.

⁴⁰ MACHADO, Maria de Fátima Pereira – ob. cit., p. 19.

⁴¹ MACHADO, Maria de Fátima Pereira – ob. cit., p. 19.

importantes da cidade⁴². Dominavam certamente a prática judicial e notarial e constituíam, juntamente com os tabeliães, “os únicos técnicos de direito escrito e erudito a nível local”⁴³.

Maria de Fátima Machado afirma que o escrivão era eleito por um período de três anos, mas que nem sempre este prazo era respeitado⁴⁴. Os documentos estudados confirmam que a Câmara elegeu este oficial para os anos camarários de 1508 – 1509 e 1509 – 1510. O escrivão eleito em 1509 transitou também para o ano seguinte.

Escrivães eleitos (1508-1511)

1508	1509	1510	1511
João Rodrigues	Nicolau Fernandes	Nicolau Fernandes	Pedro Afonso

Em Junho de 1508 foi eleito João Rodrigues, titular do cargo até Julho do ano seguinte. Na eleição efectuada no mês referido foi escolhido Nicolau Fernandes, cuja duração de mandato, como já foi referido, é a mais longa, prolongando-se até Junho de 1511.

Apenas em 1511 a presença do escrivão nas sessões camarárias sofre complicações, em grande parte provocadas pela peste que assolava a cidade, forçando muitos portuenses a abandonar o perímetro urbano. A ausência do titular do cargo, Pedro Afonso, obrigou a Câmara a recorrer a Nicolau Fernandes e a Gervas Garcês, tabelião da cidade, a exercer as suas funções nos meses de Junho e Julho.

Não existe nos documentos qualquer referência a uma remuneração fixa. Mas é evidente que se trata de um ofício muito importante, através do qual se obtinha um conhecimento privilegiado e completo do processo interno da Câmara. É necessário recorrer a outros estudos para, cruzando informações, conhecer melhor estes indivíduos. Adelaide Millan da Costa refere que Nicolau Fernandes era morador na Rua da Bainharia, e que a sua presença na Câmara se estende de 1494 a 1520. Neste período ocupou o cargo de almotacé, mas desempenhou sobretudo as funções de escrivão, sendo

⁴² *Ordenações Manuelinas*, Liv. 1, Tit. LII, p. 360.
⁴³ HESPANHA, António Manuel – *História das Instituições. Épocas medieval e moderna*, Coimbra, Livraria Almedina, p. 276.
⁴⁴ MACHADO, Maria de Fátima Pereira – *O Porto de D. Manuel a D. João III (1518-1530)*, Diss. de mestrado, Porto, F.L.U.P., p. 20.

mesmo escolhido em 1513 para fazer o registo e sumário de todas as escrituras e privilégios do cartório da cidade⁴⁵.

O escrivão deveria estar presente em vários actos camarários, servindo como testemunha, nomeadamente em relação a despesas feitas⁴⁶. Na primeira sessão de cada mês era obrigado a ler os seus “regimentos” aos oficiais da vereação e almotacés para serem assinados por estes⁴⁷. As Ordenações Manuelinas previam também que o escrivão recebesse três reais por cada “assento” realizado nos livros respectivos, bem como quatro reais pelos alvarás elaborados⁴⁸.

1.7. Outros oficiais

A equipa anualmente eleita era coadjuvada nas suas funções por uma variedade de cargos, nomeadamente os porteiros e os pregoeiros da Câmara, imprescindíveis como verdadeiro elo de comunicação entre a edilidade e a população, convocando pessoas para as reuniões, apregoando as posturas municipais ou citando quem devia prestar contas de rendas em atraso.

A administração correcta da cidade obrigava os oficiais a nomearem diversos agentes auxiliares, tais como vedores de obras, “fintadores”, ou seja “recebedores” de impostos extraordinários, rendeiros das sisas ou de outras rendas e “contadores”, indivíduos em quem a Câmara delegava a cobrança de certas contas. Estes cargos eram limitados na duração dos mandatos porque se relacionavam com situações específicas, findando quando o assunto se encontrava resolvido.

Outros cargos também se ligavam à governação da cidade, embora não fossem obrigados a assistir a todas as reuniões. É o caso dos almotacés, fundamentais para a vigilância das actividades económicas e limpeza da cidade, e o juiz dos órfãos, cargo típico de uma sociedade com elevada mortalidade, que entregava os órfãos da cidade a tutores e controlava o seu património.

⁴⁵ COSTA, Adelaide Millan da – *Vereação e Vereadores. O governo do Porto em finais do século XV*, Porto, A.H.M.P., 1993, p. 162.

⁴⁶ *Ordenações Manuelinas*, Lv. 1, Tit. LII, p. 359.

⁴⁷ *Ordenações Manuelinas*, Lv. 1, Tit. LII, p. 361.

⁴⁸ *Ordenações Manuelinas*, Lv. 1, Tit. LII, p. 361.

1.7.1. O juiz dos órfãos

A única referência ao Juiz dos Órfãos surge na sessão de 16 de Setembro de 1508, quando Lopo Rebelo, juiz dos órfãos durante a ausência de Pedro de Andrade, notificou a Câmara que necessitava de se ausentar da cidade para tratar de uns negócios e proceder à vindima nas suas propriedades. Por este motivo pediu aos oficiais que elegessem um substituto, de acordo com o alvará régio que foi logo analisado e lido. Os presentes, tendo em conta a situação, procederam à necessária eleição, escolhendo Fernão Novais, o Moço⁴⁹.

Apesar das referências ao cargo serem reduzidas, a sua importância social era elevada, uma vez que os juizes dos órfãos tinham como função decidir sobre os bens dos órfãos menores de 25 anos, providenciando tutores e curadores para administrarem os seus bens móveis ou de raiz⁵⁰. Era também responsável, enquanto o indivíduo não fosse emancipado, pela jurisdição de todos os feitos cíveis em que os órfãos estivessem implicados⁵¹.

Os titulares do cargo deveriam apresentar uma fiança de 400 000 reais, no caso de cidade como o Porto, montante elevado mas que correspondia à importância e exigências financeiras do cargo, nomeadamente para prevenir qualquer problema ou irregularidade nas acções do juiz.

Todas as informações relativas à situação dos órfãos eram registadas pelo Escrivão dos Órfãos num livro próprio⁵². Este funcionário tinha como obrigação realizar o inventário exaustivo dos bens dos órfãos, incluindo as avaliações e partilhas efectuadas⁵³. Para ocuparem este cargo, os interessados também apresentavam obrigatoriamente uma fiança, no valor de 200 000 reais, destinados a compor qualquer perda ou dano causado no exercício das funções⁵⁴.

As actas referem ainda outro agente auxiliar do juiz, o porteiro dos órfãos Antão Garcia, que esteve presente na reunião de 15 de Fevereiro de 1511⁵⁵ para servir como fiador do porteiro do judicial, sendo esta a única informação sobre este indivíduo.

⁴⁹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 27.

⁵⁰ *Ordenações Manuelinas*, Lv. 1, Tit. LXVII, p. 501.

⁵¹ *Ordenações Manuelinas*, Lv. 1, Tit. LXVII, p. 514.

⁵² *Ordenações Manuelinas*, Lv. 1, Tit. LXVII, p. 476.

⁵³ *Ordenações Manuelinas*, Lv. 1, Tit. LXVII, p. 518.

⁵⁴ *Ordenações Manuelinas*, Lv. 1, Tit. LXVII, p. 523.

⁵⁵ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 235.

1.7.2. Os almotacés

Os almotacés eram eleitos pelos oficiais camarários. O seu papel, a partir das Cortes de 1331, relacionava-se fundamentalmente com a fixação dos preços e o controle da qualidade dos produtos vendidos na cidade⁵⁶.

A 2 de Setembro de 1508 a Câmara elegeu dois almotacés, Jorge Ferraz e Diogo Pinto Ribeiro⁵⁷. No mês seguinte, na reunião do dia 3, os oficiais elegeram almotacés para oito meses, com a presença inevitável do corregedor⁵⁸.

De acordo com as Ordenações do Reino, estes oficiais deveriam ser eleitos para todo o ano, servindo no cargo mensalmente dois almotacés, para evitar abusos e tentativas de corrupção. Maria de Fátima Machado refere que eram eleitos pelo sistema de vozes, escolhidos entre os homens – bons. Contudo, as actas estudadas revelam que em 1510 estes oficiais foram escolhidos pelo sistema de pelouros, já referenciado para os oficiais da vereação. Este processo encontra-se descrito na acta da reunião de 30 de Outubro, na qual se elegeram almotacés para todo o ano camarário⁵⁹.

De assinalar também que os primeiros titulares do cargo deveriam ser os próprios oficiais da vereação. De facto, a referida eleição realizou-se após os juizes e vereadores terem servido como almotacés.

Em 1511, na sessão de 9 de Agosto, foram eleitos para o cargo João Garcês e o boticário Afonso Pais. Uma lista, que se refere aos anos de 1510 e 1511, apresenta todos os almotacés, distribuídos pelos respectivos meses⁶⁰.

Os almotacés, como o quadro seguinte assinala, serviam aos pares por um mês. Contudo, em 1511 dois pares destes oficiais foram eleitos por dois meses seguidos, não se respeitando a regra estabelecida. Em relação a este facto, Ribeiro da Silva indica que o mandato de dois meses apenas se instituiu cerca de 1533⁶¹, constituindo esta eleição uma antecipação considerável.

Se, em princípio este cargo era ocupado por homens – bons, comuns na sua maior parte ao rol dos vereadores, surgem também indivíduos de mais baixa estirpe mas

⁵⁶ HESPANHA, António Manuel – *História das Instituições. Épocas medieval e moderna*, Coimbra, Livraria Almedina, p. 193.

⁵⁷ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 22-23.

⁵⁸ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 35.

⁵⁹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 124v.

⁶⁰ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 245-246.

⁶¹ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu Termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*, Porto, A.H.M.P., 1988, p. 567.

que, por vezes, ascendem à esfera governativa. Ribeiro da Silva afirma mesmo que este cargo constituía o primeiro patamar necessário para atingir os mais altos cargos do município⁶². Terá sido o caso dos dois boticários, eleitos para o cargo para os meses de Agosto e Setembro de 1511.

Almotacés eleitos (1508-1511)

Mês	1508	1510	1511
Janeiro			Pedro de Andrade Diogo Pinto Pereira
Fevereiro			Diogo Pinto Ribeiro Bartolomeu Pessoa
Março			João Pais Paulo de Pedrosa
Abril			Álvaro Dinis Fernão Novais
Maio	Pedro da Mota		Diogo Homem João Rodrigues, <i>criado do Bispo</i>
Junho			João Pais Afonso Tomé
Julho	Gomes Fernandes Luís Carneiro	Afonso Vaz Caminha João de Figueiró	João Carneiro Fernão de Aranha
Agosto	João Pais Diogo Pinto	João Alvares Gil Monteiro	João Garcês, <i>boticário</i> Afonso Pais, <i>boticário</i>
Setembro	Jorge Ferraz Diogo Pinto Ribeiro	Jusarte Lobo João Rodrigues	João Garcês, <i>boticário</i> Afonso Pais, <i>boticário</i>
Outubro	João Carneiro António de Coiros, o Moço	James de Aragão Pedro Eanes	André da Rocha Fernão da Mota
Novembro		Afonso Carneiro, o Moço Fernão Tomé	André da Rocha Fernão da Mota
Dezembro		Afonso Vaz Pessoa Luís Carneiro	

O processo, por vezes, sofria entraves. Na reunião de 2 de Setembro, aquando da eleição de dois almotacés, o vereador Diogo Homem lembrou que estava presente para eleger almotacés para todo o ano “...e se nam fizeram que nam era per sua mingua...”⁶³. Não se refere qual o problema mas apenas na reunião de 3 de Outubro os oficiais

⁶² SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu Termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*, Porto, A.H.M.P., 1988, p. 568.

⁶³ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 23.

conseguiram eleger os almotacés para os oito meses seguintes⁶⁴, ou seja, até ao fim do seu ano camarário, nomes registados pelo escrivão mas que não se encontram presentes no Livro de Vereações.

1.7.3. Os pregoeiros

A existência de pregoeiros encontra-se documentada desde os séculos XIV e XV. Os documentos ligam-nos quase exclusivamente ao lançamento de pregões públicos ordenados pelos oficiais da Câmara. Esta função era essencial se pensarmos que a única forma de uma notícia ou aviso alcançar o maior número de pessoas era esta, tendo em conta que a maioria dos portuenses não sabiam ler nem escrever, situação comum a toda a Europa no final da Idade Média.

Deveriam também estar presentes em todas as sessões camarárias⁶⁵ porque poderiam ser solicitados em qualquer ocasião. A principal tarefa era, como já foi referido, apregoar pelas ruas e praças os acórdãos deliberados, as rendas postas em leilão, os concursos das obras públicas, as condições de fornecimento dos produtos e seus preços. O tempo de publicitação variava de caso para caso, prolongando-se quando não surgia qualquer pessoa interessada.

Normalmente, apenas se indica que estes agentes exercem as suas funções “...por toda a cidade...”, mas podemos inferir que escolhiam sempre os locais mais movimentados da cidade, dos quais se destacava a Praça da Ribeira.

Em 1508, na sessão de 20 de Setembro, o pregoeiro Gonçalo Afonso deu fé que lançara um pregão no dia 22 de Agosto⁶⁶. O mesmo indivíduo afirmou perante os oficiais que o lançara na Rua de S. Miguel e Rua do Souto, bem como na Praça da Ribeira e junto à Porta do Olival. Por sua vez, João Fernandes também garantiu que apregoara a 21 de Setembro o que a Câmara lhe mandara, nomeadamente na Porta do Olival e pelo resto da cidade. Para além dos locais escolhidos, o quadro atrás exposto revela também o tempo que passou entre o lançamento do primeiro pregão e a respectiva “fé” na Câmara, compreendendo-se melhor a necessidade de uma boa memória por parte dos intervenientes. Não foi possível apurar, no entanto, a mesma

⁶⁴ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 35.

⁶⁵ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu Termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*, Porto, A.H.M.P., 1988, p. 625.

informação para a maior parte dos pregões, existindo também outros em que os dois momentos foram efectuados no mesmo dia.

Pregões lançados na cidade (1508-1512)

Pregão	“deu fé”	Local	Nome	Cargo	Assunto	Fonte
22/08/1508	20/09/1508	R. de S. Miguel Porta do Olival R. do Souto Praça da Ribeira	Gonçalo Afonso	Pregoeiro	Aforamentos de casas	Fl. 70v.
	20/09/1508		Gonçalo Afonso	Pregoeiro	Fornecimento de pão	Fl. 99v.
21/09/1508		Porta do Olival “pela cidade”	João Fernandes	Pregoeiro	Revenda de madeira e cal	Fl. 70v.
23/11/1510	23/11/1510	“por toda a cidade”	João Fernandes	Pregoeiro	Carregar coiros e sebos para fora	Fl.131v.
	25/04/1511		João Fernandes	Pregoeiro	Aforamento de pelames	Fl. 247
	11/04/1511		João Alvares João Fernandes	Porteiro Pregoeiro	Marcação da louça dos tanoeiros	Fl. 247
15/04/1511			João Fernandes	Pregoeiro	Regimento dos Sapateiros	Fl. 213
	19/05/1511		João Alvares Gonçalo Afonso	Porteiro Pregoeiro	Venda de mercadorias	Fl. 239
	12/07/1511		Gonçalo Afonso	Pregoeiro e Porteiro	Rendas	Fl. 211
	30/10/1511	“pela cidade e ruas della”	Gonçalo Afonso	Pregoeiro e porteiro	Coimas	Fl. 238
07/01/1512			João Fernandes	Porteiro	Medidas anti – epidémicas	Fl. 185
26/01/1512	26/01/1512		João Alvares João Fernandes	Porteiro Pregoeiro	Registo de mercadorias	Fl. 239v.

Outros pregões ordenados pela Câmara

Data	Assunto	Fonte
20/09/1508	As pessoas que tiverem doentes de peste em casa devem avisar a Câmara.	A.H.M.P., <i>Vereações</i> Lv. 9, fl. 29
19/05/1509	As lojas de sal situadas em Matosinhos por causa da peste devem regressar ao Porto.	A.H.M.P., <i>Vereações</i> Lv. 9, fl. 52v.
18/09/1510	Apenas deve oferecer estalagem em Vila Nova e Gaia quem tiver a respectiva autorização.	A.H.M.P., <i>Vereações</i> Lv. 9, fl. 224v.
07/06/1511	Os que saírem da cidade por causa da peste devem pagar as sisas.	A.H.M.P., <i>Vereações</i> Lv. 9, fl. 166v.
24/01/1512	Todos os navios devem ser carregados apenas em frente da cidade.	A.H.M.P., <i>Vereações</i> Lv. 9, fl. 187

⁶⁶ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 70 v.

As restantes actas informam-nos de outros pregões ordenados pela Câmara do Porto, não sendo indicadas as datas do seu lançamento ou os agentes incumbidos de tal missão.

Após o lançamento do pregão estes elementos deveriam dirigir-se à Câmara para “...*dar fé*...”, ou seja, garantir que a missão fora cumprida. Para o efeito, os titulares dos cargos deveriam possuir, como já foi referido, uma boa capacidade de memorização para se lembrarem do dia em que fizeram o pregão e dos locais percorridos.

No caso de serem dois indivíduos a lançar o pregão, não era imprescindível que a “fé” fosse apresentada por todos os intervenientes. Na reunião de 30 de Outubro de 1511 foi declarada a fé de um pregão lançado por Pedro Fernandes e Gonçalo Afonso, mas apenas o primeiro compareceu na Câmara⁶⁷. Da mesma forma apenas o porteiro João Álvares compareceu na sessão de 11 de Abril do mesmo ano para declarar perante os oficiais que, juntamente com o pregoeiro João Fernandes, lançara um pregão destinado aos tanoeiros da cidade⁶⁸.

O seus serviços eram essencialmente solicitados pela Câmara e principais oficiais, ou seja, os juizes e vereadores. Contudo, outras entidades solicitavam pontualmente os seus serviços, como os almotacés do mês de Outubro de 1511, que ordenaram o lançamento de um pregão referente a coimas cujo pagamento se encontrava por fazer⁶⁹.

Durante todo o período estudado destacam-se Gonçalo Afonso e João Fernandes a ocupar o cargo de pregoeiro, reunindo este último a maior parte dos pregões.

Por outro lado, Gonçalo Afonso parece acumular funções, uma vez que é referido como pregoeiro e porteiro. Esta acumulação é descrita por Ribeiro da Silva, que confirma a regularidade desta situação para a época medieval. Mas esta situação parece ser pontual, uma vez que o cargo de todos os outros elementos encontra-se bem definido e distinto. As próprias Ordenações do reino contribuem para essa confusão, integrando os porteiros e os pregoeiros no mesmo título⁷⁰.

⁶⁷ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 238.

⁶⁸ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 247.

⁶⁹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 238.

⁷⁰ *Ordenações Afonsinas*, Liv. 1, Tit. XXXXIII e *Ordenações Manuelinas*, Liv. 1, Tit. LXVI.

1.7.4. Os porteiros

De acordo com o “Regimento para o governo da cidade”, do início do século XV, citado por Ribeiro da Silva⁷¹, a principal obrigação do porteiro era penhorar quem transgredisse as posturas municipais. Cumprindo as suas obrigações, o porteiro Antão Garcia deu fé perante os oficiais, na reunião de 20 de Setembro de 1508, que impusera uma pena a Maria Anes, a Moça, por esta carregar indevidamente mercadorias num navio em Matosinhos.

Para além desta actividade, as Ordenações Manuelinas indicam que estes elementos deveriam lançar pregões e citar pessoas sempre que fosse necessário comparecerem na Câmara⁷² ou realizarem as determinações da edilidade. Em relação a este aspecto, as actas registam que Gonçalo Afonso deu fé no dia 20 de Setembro de 1508 que havia citado o lavrador Gonçalo Moreno para fornecer pão à cidade⁷³. Já foi referido que este agente camarário surge simultaneamente como porteiro e pregoeiro, enquadrando-se esta citação nas suas competências. Em 1510 os oficiais empossados indicaram também aos porteiros João Álvares e Gonçalo Nabais, na reunião de 17 de Agosto⁷⁴, que deveriam notificar os vereadores do ano anterior para se dirigirem à Câmara, no sentido de se resolverem alguns assuntos relacionados com o período da sua gestão.

Por vezes, estes agentes deveriam auxiliar os oficiais em outras missões. Foi o que aconteceu em 1511 quando, na reunião de 14 de Março, a Câmara analisou a forma mais correcta de se realizar a correição pelo termo. Após dividirem os diferentes julgados pelos vereadores, ficou também estabelecido que um porteiro os deveria acompanhar, transportando os pesos e medidas necessários para tal actividade de fiscalização⁷⁵.

Se a actividade destes indivíduos se realizasse fora da cidade, deveriam receber 27 reais para as suas despesas. Contudo, as actas não referem se esta remuneração se aplicou à missão anteriormente descrita. Em cada actividade estes agentes deveriam receber uma determinada quantia, garantindo o seu empenho e ajudando a sua subsistência.

⁷¹ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu Termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*, Porto, A.H.M.P., 1988, p. 623.

⁷² *Ordenações Manuelinas*, Título LXVI, p. 473-474.

⁷³ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 99v.

⁷⁴ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 112v.

A Câmara exigia a apresentação de uma fiança e do respectivo fiador para ocuparem o cargo, acautelando prejuízos causados a terceiros no exercício das suas funções⁷⁶. Pedro Fernandes apenas obteve autorização para ocupar o referido cargo quando, a requerimento do procurador da cidade, apresentou o necessário fiador. De facto, apresentou-se na reunião de 19 de Fevereiro⁷⁷, juntamente com João Eanes, morador na cidade, que afirmou que oferecia uma fiança para que empossassem Pedro Fernandes no cargo. Serviram como testemunhas da fiança o porteiro João Álvares e o ouvidor do julgado de Aguiar, Vasco Gonçalves.

Outra fiança diz respeito a Antão Garcia, também referido como “porteiro dos órfãos” e como “porteiro do judicial”. Após ter sido convocado pelos oficiais, compareceu na reunião de 15 de Fevereiro de 1511⁷⁸, uma vez que necessitava de apresentar uma fiança para ocupar o segundo cargo. Prontamente fez saber aos oficiais presentes que, no que dizia respeito ao primeiro cargo havia já “...*dado sua fynta*...” e que, para porteiro do judicial, apresentava como fiador o escudeiro Pedro Gomes. Novamente foram necessárias testemunhas, sendo assinalados o cidadão Fernão Novais, Rui Lourenço e outros.

Os cargos aqui apresentados colocam alguns problemas que poderão relacionar-se com uma certa especialização de tarefas, verificada no aparelho administrativo. O cargo de porteiro dos órfãos relaciona-se certamente com o juiz dos órfãos, servindo então como seu agente auxiliar. Contudo, a função de porteiro do judicial coloca problemas de interpretação mais complexos e que apenas futuros estudos poderão esclarecer. Integrando este cargo numa perspectiva de especialização crescente da administração poderá indicar que Antão Garcia estaria incumbido apenas das matérias judiciais, mas a escassez de informações não permite conclusões seguras.

Durante todo o período analisado, tal como aconteceu com os pregoeiros, são poucos os porteiros referenciados. Para além de Gonçalo Afonso, que parece acumular as duas funções, e Gonçalo Nabais, surgem apenas João Álvares e Pedro Fernandes que, no lançamento de pregões pelas ruas da cidade se associam sempre a um pregoeiro.

⁷⁵ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 151.

⁷⁶ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu termo (1580-1640), Os Homens, as Instituições e o Poder*, Porto, A.H.M.P., 1988, p. 624.

⁷⁷ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 236.

⁷⁸ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 235.

2. As sessões da Câmara

Desde D. Afonso IV que a cidade era obrigada a registar em livro próprio todos os actos significativos e as decisões tomadas nas reuniões pelos elementos presentes, designadas por acórdãos⁷⁹.

As actas estudadas não clarificam totalmente o processo interno da Câmara ou a própria condução das sessões, mas permitem verificar que apenas os juizes e os vereadores tinham poder de decisão.

Entre 1508 e 1511 o ritmo das sessões camarárias respeitou os dois dias estipulados pelas Ordenações do reino para a sua realização, maioritariamente efectuadas às quartas e aos sábados. O número de pessoas presentes em cada reunião dependia da importância do assunto discutido, registando-se um elevado número de presenças quando se tratava de reuniões extraordinárias, convocadas por pregão. Como afirma Adelaide Millan da Costa, “o conhecimento prévio da ordem de trabalhos das reuniões pelos assistentes, explicaria parcialmente a composição humana detectada”⁸⁰.

Contudo, o Livro de Vereações estudado revela também um elevado número de reuniões em que apenas se encontraram presentes os juizes e vereadores, acompanhados por vezes de outras pessoas, mas cujo texto da acta é aparentemente inexistente. Por vezes, o escrivão limitou-se a escrever que os oficiais “...ouviram partes e despacharam...”⁸¹ ou “...viram feitos e despacharam partes...”⁸². Em relação a outras sessões não é possível determinar a causa exacta da ausência do texto, mas deve ser considerado o facto de a agenda das reuniões poder ser inexistente⁸³, limitando-se os oficiais a comparecer na Câmara, não sendo tratado qualquer assunto.

Em certas ocasiões o texto da acta surge noutro local do Livro de Vereações, deslocado do ano camarário a que se refere⁸⁴, indicando talvez algum esquecimento ou indisponibilidade do escrivão da Câmara para registar atempadamente o que foi discutido na sessão.

⁷⁹ RAMOS, Carla Susana – *A administração municipal e as vereações do Porto (de 1500 a 1504)*, Diss. de Mestrado, Porto, F.L.U.P., 1997, p. 11.

⁸⁰ COSTA, Adelaide Millan – *Vereação e Vereadores. O governo do Porto em finais do século XV*, Porto, A.H.M.P., 1993, p. 48.

⁸¹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 122v.

⁸² A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 127v.

⁸³ COSTA, Adelaide Millan – ob. Cit., p. 48.

⁸⁴ Por exemplo, o assunto tratado na reunião de 17 de Julho de 1510, cujas presenças estão registadas no fôlio 103, surge apenas no fôlio 247v., voltando o escrivão a repetir o nome dos indivíduos presentes.

A distribuição anual das próprias reuniões surge irregular, apresentando-se alguns meses sem qualquer acta.

Distribuição anual das reuniões realizadas

	1508	1509	1510	1511	1512
Janeiro	-	4	-	6	3
Fevereiro	-	3	-	8	1
Março	-	5	-	7	-
Abril	-	1	-	4	-
Maio	-	3	-	7	-
Junho	3	4	-	8	-
Julho	7	4	8	2	-
Agosto	7	1	8	1	-
Setembro	9	-	6	1	-
Outubro	6	-	8	2	-
Novembro	-	-	7	-	-
Dezembro	1	-	4	-	-
Total	33	25	41	46	4

2.1. As audiências

A casa gótica que servia como Paços do Concelho foi construída na segunda metade do século XIV, após desabamento da anterior. Construída junto à muralha que cercava o burgo primitivo, sofreu vários problemas de estabilidade, documentados a partir de 1536⁸⁵.

O edifício da Câmara parece ter sido o mais alto da cidade, a seguir à Sé, aproveitando o grande desnível do terreno e possuindo duas entradas, uma à cota do terreiro da Sé⁸⁶ e outra voltada para a Rua de S. Sebastião. Os Paços compunham-se de uma loja inferior e dois sobrados, onde se fazia a vereação⁸⁷. A “assembleia” constituía o órgão mais importante a nível concelhio, podendo formular regras gerais denominadas “posturas” e que valiam como direito concelhio complementar ao foral⁸⁸.

⁸⁵ REAL, Manuel Luís e outros – *Escavações arqueológicas no morro da Sé*, in “Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto”, 2ª série, volume 3 / 4, 1985 / 86, p. 10.

⁸⁶ REAL, Manuel Luís e outros – ob. cit., p. 11.

⁸⁷ MACHADO, Maria de Fátima – *O Porto de D. Manuel a D. João III (1518-1530)*, Diss. de mestrado, Porto, F.L.U.P., 1997, p. 27.

⁸⁸ HESPANHA, António Manuel – *História das Instituições. Épocas Medieval e moderna*, Coimbra, Livraria Almedina, 1982, p. 244.

As reuniões ordinárias faziam-se duas vezes por semana, às quartas e aos sábados. As actas da vereação do Porto revelam que a Câmara respeitou este calendário, utilizando poucas vezes outros dias para a realização das sessões.

Dias de realização das sessões camarárias

DIAS	1508	1509	1510	1511
QUARTAS	16	15	18	15
SÁBADOS	15	9	16	24
OUTROS	3	2	7	10

Apenas em 1511 o número de reuniões efectuadas em outros dias se eleva, não chegando a superar os dias estabelecidos. Esta situação relaciona-se com a peste que afectou a cidade no referido ano, criando problemas excepcionais, nomeadamente a deslocação de muitas pessoas para Matosinhos. Neste quadro a Câmara realizou uma reunião, convocada por pregão público, no dia 21 de Junho, na qual se decidiu, com o acordo do corregedor, oficiais e cidadãos presentes, que as audiências se efectuassem à terça e à sexta, ordenando-se que nestes dias “... *os taballiaes e escrivaaes sejam residentes pera o despacho das partes e que bem asy se faça cada somanha com os juizes e vozees e procurador e escrivam da camara e porteiro (a saber) na sexta feira per o quall dia todos hos ditos hoficiais seram juntos sob aquella penna que he posta no regimento del rei nosso senhor ...*”⁸⁹.

Quando os assuntos a debater eram muito importantes para a cidade, faziam-se reuniões extraordinárias, apregoadas na cidade pelos porteiros da Câmara para que os interessados pudessem comparecer na vereação. As reuniões convocadas por pregão assinaladas nos documentos estudados tiveram lugar maioritariamente ao sábado, existindo também algumas sessões realizadas à quarta e ao domingo.

Os problemas discutidos são variados, abrangendo o esclarecimento quanto aos direitos do Bispo, o envio de procuradores à Corte e a eleição de guardas devido aos surtos de peste. De destacar a discussão sobre a renda das sisas, assunto que abrange quase todos os anos estudados.

Reuniões convocadas por pregão

Data	Dia da semana	Presenças	Assunto	Fonte
07/07/1509	Sábado	72	Elaboração das pautas para os 3 anos seguintes.	A.H.M.P., <i>Vereações</i> , Liv. 9, fl. 58v. – 61v.
04/08/1509	Sábado	52	Concessão das rendas das sisas pelo rei à cidade.	<i>Idem</i> , fl. 67 – 69v.
29/09/1510	Domingo	23	Eleição de guardas-mores.	<i>Idem</i> , fl. 116v – 118.
12/10/1510	Sábado	23	Eleição de procuradores à Corte.	<i>Idem</i> , fl. 120 – 120v.
23/11/1510	Sábado	39 “e muitos outros”	Conflito com o bispo sobre alguns direitos; eleição de um procurador à Corte.	<i>Idem</i> , fl. 58v – 61v.
15/12/1510	Domingo	33	Eleição de dois cidadãos para arrecadarem as sisas.	<i>Idem</i> , fl. 134v – 136.
19/02/1511	Quarta	31	Dúvidas sobre o escrivão do aver – do – peso.	<i>Idem</i> , fl. 143 – 145.
19/03/1511	Quarta	39 “e asy muitos outros”	Esclarecimentos sobre os direitos do bispo e cabido.	<i>Idem</i> , fl. 151 – 152v.
07/06/1511	Sábado	25 “e asy muitos outros”	Eleição de guardas-mores e guardas para a Rua Nova.	<i>Idem</i> , fl. 165v – 168.
21/06/1511	Sábado	19	Arrecadação das sisas do pão e aver – do – peso.	<i>Idem</i> , fl. 169 – 171.

As reuniões deveriam efectuar-se no período da manhã. Sabemos que em 1519 a Câmara decidiu que os oficiais deviam chegar antes das oito horas da manhã, não evitando esta medida alguns atrasos⁹⁰.

De todas as actas estudadas, poucas são as que referem especificamente o horário das reuniões. Apenas a acta de 17 de Agosto de 1510 nos indica que os oficiais concordaram em reunir-se mais tarde, ordenando aos porteiros João Álvares e Gonçalo Nabais para notificarem os vereadores do ano anterior que comparecessem na Câmara à 1 hora “... *pera lhes ser tomada a conta do seu anno* ...”⁹¹.

Por vezes, os oficiais eram forçados a dispensar a tarde para resolverem os assuntos camarários. Foi o que aconteceu a 3 de Agosto de 1510 quando os oficiais concordaram em dar a Fernão Brandão um rossio na cidade como meio para forçar este a desistir da cobrança de uma portagem em Avintes. Na tarde do mesmo dia os oficiais

⁸⁹ A.H.M.P., *Vereações*, Liv. 9, fl. 170.

⁹⁰ MACHADO, Maria de Fátima – *O Porto de D. Manuel a D. João III (1518-1530)*, Diss. de mestrado, Porto, F.L.U.P., 1997, p. 31.

⁹¹ A.H.M.P., *Vereações*, Liv. 9, fl. 112v.

necessários foram marcar o rossio, juntamente com o escrivão da Câmara, que tudo assinalou no Livro dos Acordos⁹².

2.2. As substituições

A ausência dos principais oficiais da vereação era frequente, obrigando a Câmara a nomear substitutos. Este problema afectava mesmo os juizes, tal como aconteceu em 1508. Logo após a eleição dos oficiais para o ano referido, Gomes Pais, cujo nome saíra nos pelouros, afirmou que não podia ocupar imediatamente o cargo, uma vez que estava designado para se deslocar à Corte⁹³. Como a justificação era lícita, a Câmara elegeu como seu substituto, na reunião de 1 de Julho, Paulo de Pedrosa, pessoa indicada porque era o vereador mais antigo.

As justificações válidas abrangiam casos de doença, viagens de carácter particular, ocupações em negócios na cidade ou a deslocação a propriedades para vigilância das vindimas⁹⁴. As Ordenações Manuelinas assinalam apenas a doença e os negócios como justificação lícita⁹⁵.

Contudo, nem sempre a Câmara aceitava a ausência dos seus oficiais, principalmente quando a não justificavam devidamente. Parece ser o que aconteceu em 1509, quando o corregedor impôs uma pena de degredo por dois anos a um dos juizes por estar ausente⁹⁶. A situação obrigou o corregedor a notificar o porteiro do juiz para que avisasse o prevaricador a se dispor rapidamente a servir “... *sua semana* ...”.

Também se verificou a necessidade de substituir o tesoureiro da Câmara. Em Julho de 1510 a ausência de João de Gaia impôs a eleição de Pedro Gonçalves, que tinha desempenhado as mesmas funções em 1508⁹⁷. Ausente por doença, João de Gaia seria juramentado como titular do cargo na reunião de 12 de Dezembro de 1510⁹⁸.

⁹² A.H.M.P., *Vereações*, Liv. 9, fl. 107.

⁹³ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 3-5.

⁹⁴ COSTA, Adelaide Millan da – *Vereação e Vereadores. O governo do Porto em finais do século XV*, Porto, A.H.M.P., 1993, p. 86.

⁹⁵ *Ordenações Manuelinas*, Liv. 1, Tit. XLVI, p. 330.

⁹⁶ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 62-64.

⁹⁷ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 101v.-102v.

⁹⁸ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 134.

O mesmo problema afectou o vereador Nuno Álvares, assinalado como ausente por doença na sessão de 17 de Julho de 1510⁹⁹ mas que, já no dia 13 do mesmo mês, surgia como impedido para exercer o seu cargo.

Por vezes a expressão “... *eram impedidos* ...” é a única referência disponível, sendo utilizada para justificar a ausência dos vereadores Nuno Álvares e Jorge Lourenço na sessão de 7 de Junho de 1511¹⁰⁰, provavelmente indicando casos de doença.

Como foi referido, as viagens de negócios incluíam a lista de justificações lícitas. Esta situação ocorreu quando o Juiz dos Órfãos pretendeu “... *hir pera fora negoçar sua fazenda e fazer sua vindima*...”, solicitando aos oficiais camarários a nomeação de um substituto, sendo escolhido Fernão Novais, o Moço, para o lugar¹⁰¹. Em 1510, a substituição do tesoureiro João de Gaia por Pedro Gonçalves deveu-se ao facto de o titular se encontrar fora do reino, não indicando o texto da acta do dia 10 de Julho¹⁰² qual o motivo para tal viagem.

A falta de justificação aceitável levou os oficiais a impor ao vereador Jorge Lourenço, na sessão de 20 de Julho de 1510, uma multa de 100 reais¹⁰³. Mas o problema parece ser mais abrangente, porque na reunião de 31 de Julho a acta refere apenas que “... *os vereadores nom vierom a camara* ...”¹⁰⁴. Esta multa correspondia ao estipulado nas Ordenações Manuelinas, que determinavam que as faltas injustificadas seriam penalizadas com o pagamento de 100 reais brancos por cada dia de ausência, para as obras da cidade¹⁰⁵.

Em 28 de Junho de 1511 foi a vez do juiz Afonso Tomé se ausentar, justificando-se com a doença de sua mulher. A explicação foi aceite, nomeando-se Fernão da Mota para o substituir¹⁰⁶.

O Verão de 1511 foi dramático para a cidade devido a uma surto de peste que afectou os seus habitantes. A sua acção teve consequências também ao nível camarário, obrigando à substituição da maior parte dos titulares que, compreensivelmente, saíram da cidade. A reunião de 12 de Julho foi pródiga na eleição de substitutos, elegendo-se

⁹⁹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 103.

¹⁰⁰ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 165v.

¹⁰¹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl.

¹⁰² A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl.

¹⁰³ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 103v.

¹⁰⁴ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 105v.

¹⁰⁵ *Ordenações Manuelinas*, Lv. 1, Tit. XLVI, p. 330.

¹⁰⁶ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 172-173v.

novos indivíduos para os cargos de procurador da cidade, escrivão, tabeliães e alcaide¹⁰⁷.

2.3. A presença dos mesterais

Apesar de o número de presenças ser, por vezes, elevado, as reuniões eram claramente dominadas pelos cidadãos, que também controlavam os próprios cargos concelhios, permitindo a comparência dos mesterais apenas quando se tornava mesmo necessário.

A sua presença nas reuniões documenta-se a partir do século XV, mercê do grande desenvolvimento verificado nos ofícios mecânicos¹⁰⁸. António Cruz indica o aparecimento dos procuradores dos mesteres na vereação portuense de 28 de Agosto de 1475, podendo assistir às sessões onde se efectuassem eleições relacionadas com os ofícios ou se tratassem de assuntos “...*que pertençam ao povo*...”¹⁰⁹.

Contudo, no período analisado a elite urbana parece conseguir afastar os mesterais das sessões camarárias, apesar das pressões da Coroa, não existindo qualquer referência aos representantes dos ofícios mecânicos. Apenas em 1518 D. Manuel irá definitivamente constituir a Casa dos Vinte e Quatro no Porto, ordenando no ano seguinte que se escolhessem anualmente dois procuradores dos mesteres, sem a presença dos quais as deliberações camarárias não teriam qualquer validade¹¹⁰. Contudo, as fortes críticas da Câmara em relação a este aspecto forçou mais tarde o monarca a diminuir o número de procuradores para apenas um, dispensando também a sua presença nas reuniões camarárias¹¹¹. Esta posição da oligarquia municipal caracterizou-se por um tom de revolta patente nas cortes de 1481 – 1482 e de 1490, nas quais procuraram convencer o monarca a não conceder o direito de voto nas sessões aos mesterais¹¹².

¹⁰⁷ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 176-178.

¹⁰⁸ CRUZ, António – *Os mesteres do Porto no século XV. Aspectos da sua actividade e taxas de ofícios mecânicos*, Porto, 1940, p. 12.

¹⁰⁹ CRUZ, António – ob. cit., p. 25.

¹¹⁰ MATIAS, Ana Luísa – *O Porto em 1533 – actas de vereação da cidade*, Diss. de mestrado, Porto, F.L.U.P., 1999, p. 18.

¹¹¹ MATIAS, Ana Luísa – ob. cit., p. 19.

¹¹² SOUSA, Armindo de – *Tempos Medievais*, p. 202 e *As Cortes Medievais Portuguesas*, volume II, p. 472 e 491.

A Presença dos Mesterais e “do povo” na Vereação

Data	Assunto	Mesteres	Outros
08/07/1508	Eleição de guardas – mores.	1	
19/08/1508	Afinação das medidas do termo e da cidade.	-	“E outros popullares”
07/07/1509	Elaboração das pautas para as próximas eleições.	-	“E outros do povo”
06/06/1510	Apropriação de penas pelo corregedor em Arrifana de Sousa. Portagem ilegal em Matosinhos.	1	
04/08/1509	Concessão régia à cidade das sisas do pão, carnes e a ver do peso.	12	
04/09/1510	Juramento do vedor dos picheleiros.	3	
29/09/1510	Medidas anti – epidémicas.	-	“E asy alguns do povo”
23/11/1510	Cobrança de portagem e outros direitos que pertencem ao bispo e cabido por Diogo de Bustamante.	7	“E asy outros muitos cujos nomes o escrivam nom escreveu por os nom saber”
15/12/1510	Eleição de pessoas para arrecadarem as sisas.	6	
19/02/1511	Dúvidas sobre o escrivão do a ver do peso.	4	“E asy muitos dos do povo e mesteres cujos nomes nom sam escritos por ho escrivam lho nom saber”
14/04/1511	Correição dos vereadores pelo Termo.	-	“E asy outros do povo”
19/03/1511	Portagem e direitos do bispo.	8	“E asy outros muitos do povo cujos nomes aqui nam sam escritos por eu escrivam lhes nom saber”
29/03/1511	Fornecimento de carne para a Páscoa e todo o ano.	-	“E asy alguuns dos povos”
30/04/1511	Levantamento de carnes na comarca.	-	“E asy outros muitos do povo”
07/06/1511	Medidas anti – epidémicas.	-	“E asy outros muitos do povo cujos nomes aqui nom vem escritos por eu escrivam lho nom saber”
05/07/1511	Eleição de oficiais.	6	
22/10/1511	Medidas anti – epidémicas.	14	

Os mesterais são tolerados apenas quando os assuntos tratados lhes dizem respeito e o próprio escrivão reflecte esse espírito oligárquico e de submissão política destes indivíduos quando separa claramente na lista de presenças os “cidadãos” e os “do povo”, dos quais muitas vezes nem sabe os nomes, integrando-os sem grande cuidado na expressão “...e *muitos outros*...”.

3. A jurisdição sobre o termo da cidade

O concelho do Porto estendia-se por uma zona circundante, a que se chama termo ou alfoz. A primeira fixação dos seus limites remonta ao século XIV, mais precisamente ao ano de 1369¹¹³, quando D. Fernando, a pedido dos homens – bons da cidade, deu ao Porto, como seu termo, o julgado de Melres¹¹⁴. Contudo, Armindo de Sousa confirma que D. Fernando concedeu igualmente ao Porto os julgados de Massarelos, Bouças, Maia, Gondomar, Refojos do Ave, Aguiar de Sousa e Penafiel, contradizendo a ideia da grande expansão realizada no tempo de D. João I¹¹⁵, afirmando que o principal motivo para a constituição do alfoz portuense foi de carácter militar, ou seja, como fonte abundante de defensores para servirem na nova muralha, mas também fiscal. Em 1384 D. João I acrescentou-lhe os julgados de Gaia e Vila Nova de par de Gaia, alargando e confirmando as concessões anteriores. Mais tarde, em 1386, completará os limites do termo atribuindo definitivamente ao Porto as terras de Zurara e Pindelo¹¹⁶.

Os limites fixados na segunda metade do século XIV são, sensivelmente, os mesmos que definiam, no início do século XVI, a área de jurisdição da Câmara portuense, que a exercia através da nomeação de diversos funcionários e também procedendo a uma “correição” periódica, realizada pelos oficiais camarários.

3.1. Os Ouvidores e os Meirinhos

Competia à Câmara nomear funcionários que tinham como missão administrar a justiça nos diversos concelhos e lugares mais importantes, velando também pelo bom andamento da vida pública. Estes elementos eram os ouvidores, com poder para tratar de acções cíveis de processo sumário e mandar prender malfeitores¹¹⁷, mas sem

¹¹³ SOUSA, Armindo de – *Tempos Medievais*, in RAMOS, A. de Oliveira (dir.) - “História do Porto”, Porto, Porto Editora, 1995, p. 167.

¹¹⁴ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu Termo (1580-1640), Os Homens, as Instituições e o Poder*, Porto, A.H.M.P., 1988, p. 49.

¹¹⁵ SOUSA, Armindo de – ob. cit., p. 168 – 170.

¹¹⁶ SILVA, Francisco Ribeiro da – ob. cit., p. 50.

¹¹⁷ SILVA, Francisco Ribeiro da – ob. cit., p. 60.

poderem despachar causas crime. Tinham a seu cargo fiscalizar o bom cumprimento das disposições concelhias, bem como a aplicação das respectivas penas pecuniárias¹¹⁸.

Os meirinhos eram oficiais de justiça, igualmente nomeados pela Câmara. Ribeiro da Silva indica que todos os lugares do termo do Porto dispunham de meirinho, que acompanhava o ouvidor, complementando a sua acção¹¹⁹ e coadjuvando-o na execução das sentenças e outros mandados.

Os documentos apresentam três listas que assinalam os nomes dos indivíduos designados para estes cargos. O primeiro rol de titulares, apesar de se encontrar sem data, parece referir-se ao ano de 1508, uma vez que se encontra entre a transcrição de dois pregões lançados no mesmo ano.

Ouvidores e Meirinhos do termo – 1508

JULGADO	OUVIDOR	MEIRINHO
Maia	Afonso Vasques de Gião	Gonçalo Vasques de Santo Estevão
Zurara	Gonçalo Afonso, serrador	Gonçalo Afonso
Penafiel	Luís Alves de Rans	Pedro Gonçalves de Nogueira
Bouças	Gonçalo Gil, mercador	Martim Eanes
Aguiar	Gonçalo Eanes de Vilar	Aires Gonçalves de Varziela
Gondomar	António Afonso de Jovim	Bastião Afonso de São Miguel
Refojos	João Rodrigues de Ventoselas	João Eanes de Casais
Vila Nova	Gonçalo Eanes de Gaia	-

Ouvidores e Meirinhos do termo – 1511

JULGADO	OUVIDOR	MEIRINHO
Maia	Afonso Rodrigues do Casal	Esteves de Modivas
Zurara	Pedro Eanes Cambado	Salvador Ferreira
Penafiel	Pedro Eanes, mercador	Luís Alvares de Vila Verde
Aguiar	André Pires de Lavra	Gonçalo Eanes
Gondomar	João Gil de Atães	Gonçalo Eanes de Ramalde
Refojos	João Rodrigues de Ventoselas	Pedro Afonso da Padreira

¹¹⁸ GONÇALVES, Iria – *As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV*, Porto, A.H.M.P., 1987, p. 48.

Ouvidores e Meirinhos do termo – s / d

JULGADO	OUVIDOR	MEIRINHO
Maia	João do Campo	Bastião Afonso
Zurara	João Rodrigues, calafate	Pedro Pires
Penafiel	Gonçalo Martins de Boulhe	-
Bouças	João Eanes, genro de Pedro Afonso	O Cardoso
Aguiar	Afonso Eanes de S. Romão	Eanes Gonçalves
Gondomar	Bastião Pires	João Gonçalves
Refojos	Gonçalo Fernandes de Castanheira	João do Oureiro
Vila Nova	João Eanes Valente, carpinteiro	Pedro Esteves
Gaia	Afonso Alvares	Gonçalo Vasques de Mafamude

O recrutamento dos funcionários parece ser feito em estratos sociais mais baixos, destacando-se a nomeação de alguns mesterais para o cargo de ouvidor, tal como se verifica em duas das listas apresentadas. A população local detinha uma assinalável capacidade de intervenção na escolha destes elementos¹²⁰. A mesma situação surge nas duas últimas listas, uma relativa ao ano de 1511 e outra também sem data.

A presença destes funcionários na Câmara é raramente documentada. Na reunião do dia 7 de Março de 1509 os oficiais camarários ordenaram que João Afonso da Vila, ouvidor nomeado para a Maia no ano anterior fosse citado para prestar contas acerca de uma pena imposta a Bartolomeu de Remda¹²¹, juntamente com o tesoureiro da cidade.

A acta do dia 9 de Abril de 1511 nos refere que o ouvidor de Bouças se dirigiu à vereação para pedir aos oficiais que o substituíssem, uma vez que estava para “... *partir pera fora e que lhe era necessario e hi fazia saber pera que ficasse na terra quem ouvysse as coussas que a seu carregio pertencer ...*”. Os oficiais aceitaram a justificação atempada da ausência do funcionário e nomearam Álvaro Eanes, ouvidor do ano anterior¹²².

¹¹⁹ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu Termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*, volume II, p. 672.

¹²⁰ SILVA, Francisco Ribeiro da – ob. cit., volume I, p. 60.

¹²¹ A.H.M.P., *Vereações*, Liv. 9, fl. 47.

¹²² A.H.M.P., *Vereações*, Liv. 9, fl. 157.

3.2. A correição pelo termo

Anualmente, os juizes e os vereadores eram obrigados a fazerem a correição pelo termo, o que nem sempre era integralmente cumprido. Estas visitas consistiam na averiguação e despacho dos casos que dissessem respeito aos diferentes julgados, servindo igualmente para a fiscalização da observância dos preços tabelados¹²³.

Os julgados eram atribuídos aos vereadores em sessão camarária, apenas surgindo nas actas estudadas a distribuição realizada na reunião de 14 de Março de 1511.

Julgados do termo distribuídos pelos vereadores para a correição - 1511

Vicente Correia	Matosinhos S. João da Maia Refojos
Jorge Lourenço	Penafiel Aguiar de Sousa
Nuno Álvares	Gaia Gondomar

O fim do mandato dos vereadores de 1509 não foi pacífico porque não terminaram a referida correição, sendo citados na reunião de 10 de Julho de 1510 para concluírem as suas obrigações¹²⁴. A acusação tinha sido feita pelo procurador na reunião anterior, realizada no dia 6, requerendo que esses antigos oficiais fossem constrangidos para o efeito e que a Câmara lhes impusesse uma pena¹²⁵.

3.3. Os conflitos de jurisdição

O termo portuense encontrava-se polvilhado de Coutos e Honras que, segundo Ribeiro da Silva, gozavam de jurisdição cível. Nestes casos eram os próprios senhores a

¹²³ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu Termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*, p. 61.

¹²⁴ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 101v.-102v.

¹²⁵ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 101-101v.

nomear os juizes, o procurador e outras justiças, enquanto a jurisdição crime pertenceria normalmente às autoridades municipais¹²⁶.

A nomeação concelhia de quadrilheiros, de meirinhos e ouvidores não abrangia alguns Coutos e outras regiões integradas no termo, mantendo-se vivas as pretensões de muitos senhores. A própria Coroa estava interessada em travar certos particularismos de eclesiásticos e senhores de terras, procurando saber se a jurisdição régia não era alienada a favor destes poderosos.

Os julgados do termo possuíam, deste modo, outros funcionários administrativos e oficiais que, por vezes, os documentos revelam. É o caso do “juiz dos reguengos” do julgado de Refojos. Em Novembro de 1510, Francisco Rodrigues, detentor do cargo, foi chamado à Câmara pelo procurador da cidade porque este duvidava das suas capacidades e conhecimento das competências inerentes ao cargo. O referido juiz afirmou perante os oficiais que era competente e possuía o documento que o provia no cargo que ocupava há dois ou três anos¹²⁷. Mesmo assim, os oficiais recomendaram-lhe que não excedesse as suas competências e não se intrometesse em assuntos da jurisdição da cidade¹²⁸.

O conflito mais grave opôs a Câmara ao abade de Santo Tirso em 1510. A acta de 12 de Outubro desse ano¹²⁹ refere que existia um problema de jurisdição entre as duas entidades relativamente ao couto de São João da Foz. Após serem realizadas as inquirições necessárias, decerto recolhendo vários testemunhos, os oficiais da cidade resolveram que era necessário enviar um procurador à Corte para resolver o assunto. Não são apresentadas, porém, as razões deste conflito, que possivelmente girava à volta do que se deveria entender por “jurisdição cível”.

¹²⁶ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu Termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*, p. 64.

¹²⁷ Não é referida a autoridade que o empossou no cargo.

¹²⁸ A.H.M.P., *Vereações*, Liv. 9, fl. 132v.

¹²⁹ A.H.M.P., *Vereações*, Liv. 9, fl. 120 - 120v.

II – O município e os outros poderes

1. Os elementos de ligação com o poder central

A articulação entre o poder central e os municípios, ao longo da época medieval, foi quase sempre difícil e plena de obstáculos.

Desde o século XIII que os monarcas portugueses procuraram aumentar a sua influência sobre os concelhos, apoiando-se na sua estrutura para contrapor o poder régio ao poder dos grandes senhores. No início do século XVI, em pleno reinado de D. Manuel I, a centralização régia conheceu passos decisivos, mercê de uma política legislativa ambiciosa. Até ao período estudado os monarcas haviam já procedido a várias tentativas de uniformização das leis gerais do reino, uma vez que a sua inexistência provocava desconhecimentos reais ou oportunos e, acima de tudo, abusos por parte das autoridades e senhores locais.

Os esforços de D. Duarte e do regente D. Pedro culminaram com a compilação das “Leis e Posturas”, das “Ordenações de D. Duarte” e das “Ordenações Afonsinas”¹³⁰. Deste modo, as leis gerais do reino passaram a ter maior visibilidade e coerência e o poder régio uma excelente possibilidade de eficácia concreta na actuação dos seus representantes a nível local.

Desses representantes o mais importante, no que concerne ao período estudado, era o corregedor, que deveria providenciar o cumprimento das ordenações e o seu registo no livro do concelho pelo escrivão da comarca¹³¹.

Estes oficiais régios surgiram, com uma certa regularidade, no reinado de D. Dinis. Será D. Afonso IV a estabelecer o Regimento dos Corregedores, procurando eliminar a existência de bandos nos concelhos, cuja acção se fazia sentir principalmente no período que antecedia a escolha dos magistrados locais, mas também controlar mais de perto as questões que envolvessem poderosos¹³².

A resistência aos corregedores por parte dos concelhos fez-se sentir quase imediatamente, registando-se, ao longo dos séculos XIV e XV, queixas constantes apresentadas em Cortes, denunciando os abusos e agravos produzidos por estes indivíduos e suas comitivas.

¹³⁰ MORENO, Humberto Baquero – *O poder local entre a tradição e a inovação em meados do século XV*, in “Revista de História”, vol. X, Porto, C.H.U.P., 1990, p. 10.

¹³¹ MORENO, Humberto Baquero – ob. cit., p. 10.

¹³² MORENO, Humberto Baquero – *A presença dos corregedores nos municípios e os conflitos de competências (1332-1459)*, in “Revista de História”, vol. IX, Porto, C.H.U.P., 1989, p. 79.

No mesmo sentido, os procuradores das cidades presentes nas Cortes insurgiram-se várias vezes contra outro funcionário régio, o juiz de fora, que possuía competências ainda mais alarmantes para a autonomia dos concelhos. Se os corregedores não estavam autorizados pelo seu regimento a tratar causas da competência dos juizes locais¹³³, os juizes de fora terão como missão substituir definitivamente os juizes ordinários, de eleição local.

No Porto, a resistência contra este oficial régio permitiu à Câmara assegurar os seus próprios juizes durante o período estudado, apesar da insistência e da pressão exercida por D. Manuel I para que a cidade aceitasse o juiz de fora.

1.1.O corregedor da comarca

O Regimento dos Corregedores de 1332 e o Regimento de 1340 constituem os documentos que procuraram restringir os abusos dos corregedores, agentes do poder régio que actuavam directamente junto ao poder local. Este oficial surge com regularidade a partir de 1323, no reinado de D. Dinis¹³⁴, numa época conturbada dos Concelhos, minados pela acção de bandos no seu interior relacionados com poderosos que procuravam aumentar a sua influência na vida concelhia.

A actuação dos corregedores obteve, desde a sua criação, uma reacção negativa por parte dos Concelhos, considerada como abusiva face às prerrogativas dos oficiais locais. Ao longo dos séculos XIV e XV multiplicaram-se as queixas dos Concelhos contra estes oficiais régios que, de acordo com os procuradores enviados às Cortes, desrespeitavam facilmente os forais e privilégios locais.

Em 1433 surgiu a ideia da criação de um conjunto de normas e recomendações que servissem para regular a actuação dos corregedores no desempenho da justiça. O indivíduo, para além de ser obrigatoriamente um letrado, ocuparia o cargo apenas durante três anos. Durante o desempenho do cargo, deveria respeitar as competências e decisões dos oficiais locais, contribuir para o rápido andamento dos processos e ser alvo de uma fiscalização por parte dos elementos concelhios.

¹³³ HESPANHA, António Manuel – *História das Instituições. Épocas medieval e moderna*, Coimbra, Livraria Almedina, p. 429.

¹³⁴ MORENO, Humberto Baquero – *A presença dos corregedores nos municípios e os conflitos de competências (1332-1459)*, in “Revista de História”, F.L.U.P., vol. X, 1989, p. 77.

Na segunda metade do século XV as queixas agravaram-se e levaram os representantes do poder local a pedirem a extinção de um cargo cujos titulares continuavam a intrometer-se nas decisões municipais e a desrespeitar as normas estabelecidas para a sua actuação.

Apesar dos pedidos o cargo não foi extinto, permanecendo no início do século XVI como principal elemento de ligação entre os municípios e o poder central. O próprio rei D. Manuel I procederá a uma reformulação do “Regimento dos Corregedores”, em 1524¹³⁵.

De acordo com as Ordenações Manuelinas, o corregedor possuía competências diversas ao nível da justiça, recebendo querelas ou inquirições¹³⁶, podendo também dar ordem de prisão. Neste caso os presos eram posteriormente remetidos aos juizes para estes desembargarem o caso¹³⁷.

Em relação aos oficiais locais, o corregedor deveria averiguar se eram céleres no despacho dos feitos, não devendo intrometer-se nas suas competências¹³⁸. No reinado de D. Manuel também se acentuou o controle das contas concelhias, efectuado pelo corregedor e, mais tarde, pelo juiz de fora¹³⁹.

O corregedor era obrigado a fazer a correição pelo menos uma vez por ano, não podendo permanecer no mesmo lugar mais que trinta dias, quando se tratava de uma cidade como o Porto, salvo especial mandado régio¹⁴⁰. Todas as sentenças dadas eram escritas por um tabelião ou escrivão que o deveria acompanhar sempre¹⁴¹.

Durante o período estudado, o corregedor da comarca de Entre Douro – e – Minho era Pedro de Aguiar, referenciado como bacharel¹⁴², condição que corresponde ao perfil pretendido pelo poder central.

A sua presença nas reuniões da Câmara do Porto faz-se sentir principalmente quando se elegem os oficiais para cada ano camarário, indicando que tal eleição não se poderia realizar sem o representante do poder régio, que também jurava os juizes e vereadores para os respectivos cargos.

¹³⁵ MORENO, Humberto Baquero – *A presença dos corregedores nos municípios e os conflitos de competências (1332-1459)*, in “Revista de História”, F.L.U.P., vol. X, 1989, p. 12.

¹³⁶ *Ordenações Manuelinas*, Lv. 1, Tit. XXXIX, p. 248.

¹³⁷ *Ordenações manuelinas*, Lv. 1, Tit. XXXIX, p. 255.

¹³⁸ *Ordenações manuelinas*, Lv. 1, Tit. XXXIX, p. 249.

¹³⁹ *Nova História de Portugal*, volume V- “Do Renascimento à União Dinástica”, p. 152.

¹⁴⁰ *Ordenações manuelinas*, Lv. 1, Tit. XXXIX, p. 262.

¹⁴¹ *Ordenações manuelinas*, Lv. 1, Tit. XXXIX, p. 262.

¹⁴² A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 101v.

Presenças do corregedor nas reuniões da Câmara

	1508	1509	1510	1511
N ^o de presenças	8	2	14 ¹⁴³	14 ¹⁴⁴
N ^o de reuniões	34	26	41	49

Apenas na reunião de 7 de Julho de 1509 surge um conflito entre a Câmara e o corregedor, relacionado com a elaboração das pautas com os nomes dos cidadãos elegíveis para os diferentes cargos, nos três anos seguintes. Tal como o regimento régio estabelecia, a Câmara elegeu seis indivíduos para, isolados, elaborarem as referidas pautas, após o próprio corregedor ler em plena sessão o regimento régio sobre o procedimento a seguir em tal caso¹⁴⁵. Contudo, os oficiais queixaram-se que o corregedor “limpara” as pautas sem a sua presença, afirmando o representante do poder central que o monarca lhe dissera para seguir o regimento régio. O problema foi resolvido rapidamente, concordando Pedro de Aguiar em “limpar” as pautas na presença dos oficiais.

Como já foi referido, o corregedor deveria averiguar se os oficiais locais desempenhavam bem as suas funções. Em Março de 1509, o procurador da cidade queixou-se que os oficiais faziam as suas audiências fora da localidade, prejudicando certamente quem se dirigia à Câmara para resolver os seus problemas. Como apenas Pedro de Aguiar poderia solucionar o problema, foi decidido que o escrivão deveria escrever ao corregedor, logo que os juizes enviassem uma resposta por escrito¹⁴⁶.

As ausências dos juizes também eram alvo das atenções do corregedor. Na reunião de 14 de Julho de 1509, quando jurou os novos oficiais, a ausência de um dos juizes levou-o a mandar notificar o porteiro do juiz para este se dispor a servir “... *sua semana* ...”, impondo uma pesada pena de dois anos de degredo, se a situação não fosse resolvida¹⁴⁷.

É também na sua presença que os novos oficiais de 1510, na reunião de 10 de Julho, decidem avisar os vereadores anteriores para terminarem a sua correição pelo termo da cidade¹⁴⁸.

¹⁴³ Em 2 reuniões é substituído pelo “ouvidor pelo corregedor”.

¹⁴⁴ Em 7 reuniões é substituído pelo “ouvidor pelo corregedor”.

¹⁴⁵ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 58v.-61v.

¹⁴⁶ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 47v.-48v.

¹⁴⁷ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 62-64.

¹⁴⁸ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 101v.

O corregedor, de acordo com as Ordenações Manuelinas, deveria receber as queixas de quem se sentisse lesado com a acção dos oficiais camarários. Esta função é confirmada na reunião de 31 de Julho de 1510 quando Pedro de Aguiar apresentou aos oficiais as queixas de algumas pessoas, dizendo que não despachavam os feitos das injúrias verbais, aconselhando brevidade no despacho destes assuntos¹⁴⁹.

Pedro de Aguiar esteve também presente quando a cidade recebeu cartas régias, nomeadamente sobre a abertura de canais no Rio Douro. Esta carta foi entregue por um cavaleiro da Casa Real, Diogo de Azevedo, e lida pelo corregedor na reunião de 6 de Agosto de 1511. De acordo com as indicações de D. Manuel, o corregedor deveria ouvir todas as partes interessadas no assunto e elaborar um parecer a enviar como resposta ao rei¹⁵⁰.

De todas estas informações se depreende que a dependência dos oficiais locais em relação ao poder central é cada vez maior, vulgarizando-se as deslocações dos representantes da cidade junto do corregedor¹⁵¹, cuja assinatura e presença legitimam variados actos da vida e da administração portuense, no início da centúria de quinhentos.

1.2.O ouvidor pelo corregedor

Em 29 de Janeiro de 1511 surgiu na Câmara Lopo Rebelo, que havia sido nomeado ouvidor pelo corregedor por mandado régio¹⁵². O problema consistia em já ocupar outro cargo, o de juiz dos órfãos, pedindo aos oficiais que elessem outra pessoa para o substituir, visto que a função de ouvidor lhe ocupava muito tempo. Para evitar qualquer dúvida, os oficiais receberam em 21 de Fevereiro um alvará a isentar Lopo Rebelo do cargo de juiz dos órfãos¹⁵³.

Em 1510 esteve presente apenas por duas vezes, substituindo Pedro de Aguiar nas reuniões camarárias, como já foi assinalado no quadro anterior. Contudo, em 1511 iguala as presenças do próprio corregedor, apresentando-se em sete reuniões.

¹⁴⁹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 105v. – 106.

¹⁵⁰ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 109 – 110v.

¹⁵¹ FERREIRA, Ana Maria Pereira – *Algumas despesas do município portuense no início do século XVI: 1509 – 1510*, in “Boletim da C. M. do Porto”, 2ª série, volume 3 / 4, 1985/86, p. 172.

¹⁵² A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 138v. – 139.

¹⁵³ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 145v. – 146v.

Não é possível detectar nas actas de vereação qualquer justificação para a ausência do corregedor, podendo significar que se encontrava a efectuar a correição por outros lugares da comarca. As Ordenações Manuelinas permitem ao corregedor nomear um substituto, se fosse mesmo necessário, somente durante um mês em cada ano. O prazo seria mais prolongado se o corregedor estivesse a realizar a correição pela comarca, dependendo então do período de ausência¹⁵⁴.

1.3.Os procuradores enviados à Corte

A resolução dos problemas mais graves enfrentados pela Câmara, nomeadamente quando os oficiais consideravam que as liberdades e privilégios da cidade estavam em causa, obrigavam ao recurso à decisão régia. Para apresentar estes casos ao monarca a cidade enviava procuradores com a missão de “demandarem” decisões superiores.

Procuradores enviados à Corte (1508-1511)

Data	Nomes	Assunto	Resultado	Fonte
Julho – Agosto de 1508	Gomes Pais Afonso Tomé	Demanda sobre o Conde da Feira pelas casas que comprou na Rua Nova a D. Maria da Cunha.	Trouxeram uma carta do rei e outra de D. António.	A.H.M.P., Vereações, Livro 9, fl.18v.
Setembro de 1508 - Junho de 1509	João Pais João Rodrigues	Demanda sobre o Conde da Feira.	Enviaram cartas em Janeiro de 1509; apresentaram em Junho uma carta régia.	<i>Idem</i> , fl. 31v., 33
Abril - Junho de 1509	Gomes pais Afonso Tomé	Demanda sobre o Conde da Feira (com cartas para o rei, rainha e outras pessoas).	Trouxeram uma carta do rei.	<i>Idem</i> , fl. 50v., 56v.
Até Setembro de 1510 ¹⁵⁵	João de Paiva	“...feitos que a cidade la trazia...”	Apareceu “pera dar conta e rezom do que fizera”.	<i>Idem</i> , fl. 114v.
Outubro de 1510 ¹⁵⁶	Jerónimo Luís	Conflito com o abade de Santo Tirso sobre a jurisdição do couto de S. João da Foz, juizado dos órfãos de Penafiel e Aguiar.		<i>Idem</i> , fl. 120v.
Novembro de 1510 - Fevereiro de 1511	Paulo de Pedrosa	Bustamante arrecada portagens e direitos do mordomado que pertencem ao bispo e cabido do Porto.	Apresentou uma sentença, um alvará e uma carta do rei.	<i>Idem</i> , fl. 129v., 146

¹⁵⁴ Ordenações Manuelinas, Liv. 1, Tit. XXXIX, p. 261.

¹⁵⁵ As actas não indicam a data da sua eleição como procurador da cidade na Corte.

¹⁵⁶ Não é referido o seu regresso à cidade.

Em Julho de 1508, Gomes Pais e Afonso Tomé foram enviados à Corte com o objectivo de esclarecer o rei sobre o conflito entre a cidade e o Conde da Feira. Regressaram no mês seguinte e apresentaram os resultados da sua missão na reunião do dia 23¹⁵⁷, não muito positivos uma vez que as férias da Casa da Suplicação interromperam o processo. Deste modo, a Câmara foi obrigada a eleger mais dois cidadãos, escolhendo, na reunião de 27 de Setembro, João Pais e Jusarte Lobo, a quem seriam prontamente concedidos os “... *apontamentos, cartas e dinheiro para sua despesa* ...”¹⁵⁸. Esta eleição não foi definitiva porque Jusarte Lobo avisou a Câmara que não podia deslocar-se à Corte por motivo “... *licito e conveniente* ...”. Na sessão do dia 30 os oficiais elegeram o bacharel João Rodrigues, o próprio procurador dos feitos da cidade, assinalando a acta que também foi escolhido por ser “... *homem letrado* ...”¹⁵⁹.

Os dois enviados referidos ainda se encontravam na Corte em janeiro de 1509, altura em que enviaram para a Câmara algumas cartas sobre o andamento da sua demanda, lidas na sessão do dia 10 de Janeiro¹⁶⁰. Nesta mesma reunião, tendo em conta certamente o longo período de ausência, os oficiais decidiram enviar-lhes mais 20 cruzados para as suas despesas. Outras cartas enviadas pelos representantes da cidade foram lidas na sessão de 31 de Janeiro, nomeadamente uma carta régia afirmando que o Conde da Feira recebera a concessão das taracenas¹⁶¹, não podendo a cidade fazer-lhe qualquer agravo. A resposta da Câmara foi imediata, tendo em conta que este facto legitimava a presença na cidade do Conde da feira, decidindo os oficiais escrever sobre o assunto ao rei, à rainha ou a outra pessoa, escrevendo também aos procuradores no sentido de redobram os seus esforços na resolução do caso¹⁶².

Estas missivas enviadas pelos procuradores eram essenciais para a Câmara tomar conhecimento do andamento de assuntos tão importantes, respondendo sempre que necessário. Esta resposta também seguia em forma de cartas, tal como fizeram os oficiais na reunião de 28 de Abril de 1509, na qual viram e assinaram as cartas que pretendiam enviar à Corte, para onde enviaram novamente Afonso Tomé e Gomes Pais¹⁶³.

¹⁵⁷ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 18 – 18v.

¹⁵⁸ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 31 – 32v.

¹⁵⁹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 32v. – 35.

¹⁶⁰ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 42.

¹⁶¹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 43v. – 45.

¹⁶² A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 44v.

¹⁶³ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 50v.

Estes apenas se apresentaram à Câmara na reunião de 27 de Junho de 1509, dando conta aos oficiais do que fizeram e requereram na Corte, apresentando também uma carta régia sobre o assunto principal¹⁶⁴.

Em 1510 João Paiva foi enviado à Corte, apresentando os resultados dos seus requerimentos na sessão de 7 de Setembro¹⁶⁵. No mês seguinte, uma contenda entre a cidade e o abade de Santo Tirso sobre a jurisdição do couto de S. João da Foz e sobre o juizado dos órfãos do julgado de Penafiel e de Aguiar¹⁶⁶, obrigou a Câmara a eleger outro procurador, sendo escolhido por vozes o bacharel Jerónimo Luís¹⁶⁷. Contudo, este bacharel também se encontrava indisponível para a missão a efectuar, pedindo a realização de uma nova eleição, efectuada pela Câmara na sessão de 23 de Novembro de 1510. Nesta eleição, efectuada por vozes secretas, foi escolhido Paulo de Pedrosa¹⁶⁸, que regressou no mês de Fevereiro de 1511, apresentando aos oficiais várias cartas régias e o resultado final das suas demandas¹⁶⁹.

É importante assinalar que todos os indivíduos enviados pela cidade eram cidadãos e encontravam-se integrados na organização camarária. Outra condição essencial parece ser a de letrado, recaindo também a escolha, como foi referido, em alguns bacharéis da cidade. Decerto esta escolha não será estranha às necessidades específicas destas missões delicadas, para as quais as artes de escrever, bem falar e negociar os casos eram essenciais.

1.4.As cartas e alvarás régios

A vontade do monarca era conhecida através de alvarás ou cartas que a cidade recebia por intermédio dos seus próprios representantes enviados à Corte ou por outras personalidades que se dirigiam ao Porto por ordem directa de D. Manuel I.

A sua intervenção fez-se sentir ao nível de obras públicas de grande envergadura, nomeadamente para reparações da muralha do Porto e abertura de canais no Rio Douro, na nomeação de indivíduos para determinados cargos, concessão de privilégios e divulgação das vitórias portuguesas no longínquo Oriente.

¹⁶⁴ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 56 – 57v.

¹⁶⁵ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 114v.

¹⁶⁶ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 120v.

¹⁶⁷ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 121v. – 122.

¹⁶⁸ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 129 – 132.

As reformas monetárias verificadas neste período também encontram eco nas actas da Câmara portuense, revelando o reflexo que a reorganização das finanças públicas encetada nos séculos XV e XVI teve junto dos concelhos.

1.4.1. O provimento de cargos

Em meados do século XV a intervenção directa do poder central estruturou-se cada vez mais e ultrapassou a acção dos corregedores. O próprio monarca nomeia um número cada vez maior de indivíduos para determinados cargos municipais, examinando também as listas dos cidadãos elegíveis para os principais cargos, sem qualquer dependência da aprovação prévia do concelho¹⁷⁰.

As decisões régias surgem nos documentos estudados em forma de cartas, enviadas através de indivíduos escolhidos pelo monarca ou, mais frequentemente, por intermédio dos próprios procuradores enviados pela cidade.

A escolha de indivíduos para cargos importantes na administração concelhia é significativa da ingerência régia. Logicamente, é o rei que nomeia Lopo Rebelo como ouvidor pelo corregedor, em 1511¹⁷¹. Na reunião de 21 de Fevereiro do mesmo ano a Câmara recebeu uma carta régia que retirava a Brás Gonçalves o cargo de juiz dos órfãos no julgado de Aguiar e Penafiel. A Câmara limitou-se a acatar a decisão, mandando cumprir a sentença e ordenando a dois tabeliães que transcrevessem o alvará¹⁷². D. Manuel I também enviou outro alvará isentando o referido Lopo Rebelo do ofício de juiz dos órfãos da cidade para ocupar sem restrições o lugar de ouvidor pelo corregedor.

Por vezes, as decisões do poder central não eram pacíficas, provocando resistências por parte dos oficiais locais. Quando João de Valadares foi nomeado para o cargo de escrivão do aver – do – peso, os oficiais camarários fizeram registar que tinham dúvidas sobre a mesma nomeação. Contudo, mais uma vez acataram as determinações régias, assinalando na reunião de 19 de Fevereiro de 1511 que permitiam que João de

¹⁶⁹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 145v. – 146v.

¹⁷⁰ *Nova História de Portugal*, volume V – “Do Renascimento à União Dinástica”, p. 412.

¹⁷¹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 138v. – 139.

¹⁷² A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 145v. – 146v.

Valadares ocupasse o cargo, desde que este arrecadasse convenientemente os direitos régios¹⁷³.

Em Maio do mesmo ano, na sessão do dia 6, a Câmara recebeu outro registo, pelo qual D. Manuel nomeava o escudeiro Afonso Fernandes como tabelião das notas, cargo anteriormente ocupado pelo seu sogro, Pedro Fernandes, que tinha renunciado a favor do genro¹⁷⁴.

Ainda no mesmo ano, as críticas da Câmara em relação ao indivíduo provido por decisão régia no cargo de juiz dos órfãos, levaram D. Manuel a retroceder na sua escolha, ordenando que não ocupasse o ofício através de um alvará entregue aos oficiais camarários por Paulo de Pedrosa na sessão de 21 de Fevereiro¹⁷⁵.

1.4.2. A concessão de privilégios

O poder central também concedia privilégios, prática amplamente documentada nos documentos pertencentes aos livros da chancelaria real.

A necessidade de defesa do território e de garantir uma força militar capaz de enfrentar o inimigo levava os monarcas portugueses a obrigar quem tivesse dinheiro a possuir um ou mais cavalos, essenciais para formar um exército. Um dos privilégios concedidos era o de não ser obrigado a circular em cavalo. Este privilégio foi concedido por D. Manuel aos cidadãos portuenses que andassem na “embolada”. Esta expressão surge nos documentos relacionada com a eleição de Fernão da Mota como vereador, devendo referir-se aos cidadãos eleitos para os cargos mais importantes da Câmara¹⁷⁶. Na reunião de 21 de Fevereiro de 1511 foi apresentada uma carta régia nesse sentido, permitindo a esses cidadãos andar em mula de sela e freio, e não a cavalo¹⁷⁷. O mesmo privilégio foi concedido por alvará régio de 30 de Outubro de 1511 ao corregedor Pedro de Aguiar, a quem é permitido andar em besta muar¹⁷⁸.

A atribuição do estatuto de cidadão do Porto também deixa de ser prerrogativa da cidade, impondo D. Manuel a sua vontade. Em 1508, uma carta régia datada de 28 de

¹⁷³ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 143 – 145.

¹⁷⁴ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 206 – 206v.

¹⁷⁵ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 218 – 218v.

¹⁷⁶ “... e asy Fernam da Mota cidadaao que ora nesta embolada derradeira sayo por vereador ...”. Cf. A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 171v.

¹⁷⁷ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 145v. – 146v.

¹⁷⁸ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 217v.

Setembro concedeu o estatuto de cidadão do Porto ao escudeiro Fernão Gonçalves, não se conhecendo qualquer oposição da Câmara a esta situação¹⁷⁹. Pode depreender-se da atitude passiva do concelho que a vontade régia, pelo menos em relação à concessão da referida mercê, era perfeitamente aceite. O “nascimento” deixa de ser o único factor para a aquisição da qualidade de cidadão, juntando-se-lhe o “merecimento” e o reconhecimento que o indivíduo possuía todas as qualidades para exercer cargos e ofícios de governança¹⁸⁰.

1.4.3. As obras públicas

Um dos problemas mais relevantes que a Câmara teve que discutir foi o da abertura de canais do Rio Douro, certamente relacionados com a navegação fluvial e o tráfego comercial que ligava o interior à cidade do Porto.

D. Manuel I procurou saber o parecer de todos os interessados, ordenando ao corregedor da comarca que presidisse ao processo. A carta régia, datada de 17 de Julho de 1510, fora transportada por Diogo de Azevedo, cavaleiro da Casa Real, e lida pelo corregedor na reunião de 6 de Agosto do referido ano¹⁸¹. Os oficiais decidiram juntarem-se e discutirem o assunto rapidamente, incentivados também por Diogo de Azevedo que, no dia seguinte, lhes pediu uma decisão célere. A Câmara reuniu-se no Sábado seguinte, decidindo que a carta deveria ser elaborada pelo próprio corregedor e escrita pelo escrivão da Câmara¹⁸².

O restauro das muralhas urbanas também preocupava o monarca. Neste sentido, a cidade recebeu uma carta régia, lida pelos oficiais camarários na reunião de 2 de Agosto de 1508, pela qual D. Manuel I determinava que era necessário proceder ao lançamento de uma finta, cujo montante era de 30 000 reais¹⁸³, para financiar a reparação de um troço da muralha que se situava junto da Porta Nova. Se, por vezes, a Coroa comparticipava nas despesas, parece que desta vez o Concelho teria de as suportar sozinho, resolvendo a Câmara lançar uma finta na cidade e outra no termo. Nestas situações, o importante era assegurar que os tributos fossem pagos pelo maior número

¹⁷⁹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 217.

¹⁸⁰ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e seu termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*, Porto, A.H.M.P., 1988, p. 297.

¹⁸¹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 108 – 109.

¹⁸² A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 109 – 110v.

de pessoas possível, argumentando-se que todos beneficiavam com as obras em causa¹⁸⁴.

1.4.4. As novas moedas

O reinado de D. Manuel complementou as reformas na moeda verificadas no reinado de D. João II. Deste modo, o monarca resolveu criar novas moedas. Na reunião de 14 de Agosto de 1510 a Câmara discutiu uma ordem régia para a realização de uma nova moeda de cobre. A decisão não foi bem recebida, considerada por todos os presentes na sessão como prejudicial ao povo. Por isso, os oficiais decidiram escrever ao rei sobre os inconvenientes desta medida¹⁸⁵. Apesar de serem acusadas de provocar aumento nos preços das mercadorias miúdas, as moedas foram cunhadas em 1511, criando-se o real de cobre¹⁸⁶, a primeira moeda cunhada em Portugal com o valor inscrito, marcada com um grande «R», por baixo da coroa¹⁸⁷.

1.4.5. As notícias do Oriente

D. Manuel também se preocupou com a propaganda das acções portuguesas no Oriente. A construção de um império comercial necessitava do apoio incondicional das camadas sociais do reino, servindo certamente o anúncio das vitórias portuguesas em terras tão longínquas para estimular este apoio.

Durante o período estudado a cidade recebeu duas notícias sobre as acções portuguesas no Oriente. A primeira carta reporta-se a 1509 e foi recebida pelos oficiais camarários na reunião de 28 de Fevereiro. Esta missiva, enviada por D. Manuel, anunciava uma vitória portuguesa em Calecute e ordenava que se fizesse uma procissão na cidade assinalando a mesma. Os oficiais, tendo em conta que no Porto grassava um

¹⁸³ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 13v. – 15.

¹⁸⁴ MONTEIRO, João Gouveia – *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média. Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*, Ed. Colibri / F.L.U.C., 1999, p. 171.

¹⁸⁵ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 111 – 112.

¹⁸⁶ MARQUES, A. H. de O. – *As Finanças*, in “Nova História de Portugal”, p. 260.

¹⁸⁷ MARQUES, A. H. de O. – ob. cit., p. 256.

surto de peste, ordenaram que a procissão solene se realizasse em Matosinhos, local onde a maior parte da população se refugiara¹⁸⁸.

Em 1511, a notícia de mais uma vitória portuguesa na Índia foi enviada à cidade, desta vez por intermédio de um moço da estrebaria do rei. A carta régia foi lida na reunião de 5 de Julho, decidindo os oficiais dar quatro cruzados ao referido moço¹⁸⁹.

¹⁸⁸ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 46v.

¹⁸⁹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 175.

2. A relação com os poderosos

Como já foi dito, a Câmara do Porto e a elite urbana conviviam, dentro das próprias fronteiras do termo, com eclesiásticos e senhores de terras que, com maior ou menor sucesso, procuravam fazer valer as suas prerrogativas.

A maioria dos moradores do concelho tinham como senhores directos bispos, abades e priores, bem como cavaleiros fidalgos¹⁹⁰. Toda esta gente estava acima do direito comum, defendendo os seus privilégios e isenções, contrariando a jurisdição concelhia.

Na primeira metade do século XVI, os fidalgos que mais problemas colocaram ao Porto foram os Condes da Feira e os senhores da terra da Maia¹⁹¹, que insistentemente pretendiam residir na cidade, motivando protestos veementes da Câmara portuense junto do monarca e o envio de vários procuradores à Corte.

Dentro do próprio espaço urbano, as relações com a Mitra portuense parecem ser, por outro lado, mais pacíficas, apenas se registando algum atrito quando em causa estavam as portagens e outras taxas que pertenciam ao bispo e ao cabido mas que outros indivíduos tentavam usurpar.

2.1. A residência de fidalgos

A proibição da residência de fidalgos remonta ao século XIV, quando o consenso entre o bispo e os homens – bons permitiu libertar a cidade das pressões desses poderosos¹⁹². Contudo, estes cidadãos formavam eles próprios uma elite, e tiveram nitidamente como meta a nobilitação¹⁹³. Os diversos estudos já realizados fazem notar a ideia de uma elite que se sucede a si própria ao longo do tempo, mercê de alianças matrimoniais e da proximidade relativamente ao centro do poder local, a Câmara. O “sorteio de elegíveis levado a cabo no âmbito de um colégio eleitoral

¹⁹⁰ SOUSA, Armindo de – *Tempos Medievais*, p. 180.

¹⁹¹ MACHADO, Maria de Fátima Pereira – *O Porto de D. Manuel a D. João III (1518-1530)*, Diss. de mestrado, Porto, F.L.U.P., 1997, p. 58 - 59.

¹⁹² DUARTE, Luís Miguel – *Um burgo medieval que muda de senhor*, “Ler História”, n.º 5, Ed. Salamandra, 1985, p. 10.

¹⁹³ DUARTE, Luís Miguel – ob. cit., p. 13.

bastante restrito”¹⁹⁴ permite que os cargos circulem entre um número reduzido de indivíduos, situação que oferece uma natureza aristocrática ou oligárquica¹⁹⁵ ao poder local.

A cidade manteve a luta contra a permanência de fidalgos na cidade, recusando-lhes igualmente terem nela residência, desde o século XIV, reforçada com as diversas confirmações que os monarcas realizaram a favor do Porto. Apenas se permitiria uma estadia limitada a três dias, existindo registo de reacções violentas por parte da população quando o prazo não foi respeitado¹⁹⁶. D Manuel revogou este privilégio da cidade em 1502 mas voltou a reconhecê-lo em 1505¹⁹⁷.

Por isso mesmo, as casas nobres eram inexistentes no Porto, pelo menos até o alcaide – mor, João Rodrigues de Sá, construir o seu paço em 1494, na Rua de Cimo de Vila¹⁹⁸. Este seria o pai de Francisco de Sá, primeiro conde de Matosinhos e de S. João da Foz. No século XVI foi ainda construído o Palácio do Corpo da Guarda, cujo primeiro titular foi Henrique de Sousa Tavares, governador da Relação do Porto¹⁹⁹.

Ribeiro da Silva recomenda cuidado em qualquer generalização precipitada sobre este assunto, uma vez que o privilégio em causa não parece excluir, pelo menos na prática, todos os fidalgos²⁰⁰. A questão principal parece ser a atitude dos fidalgos que procurariam sobrepor-se às leis que regulavam a vida quotidiana da cidade²⁰¹ e, acima de tudo, a tentativa por parte da oligarquia urbana de eliminar a acção e interferência de outros poderes sobre o seu “monopólio” local.

¹⁹⁴ DUARTE; Luís Miguel – ob. cit., p. 15.

¹⁹⁵ LARA, António de Sousa – *Genealogia, elites e mutação social*, “Temas de Genealogia...”, Porto, 1998, p. 37.

¹⁹⁶ Em 1474 Rui Pereira foi obrigado a fugir da cidade, após a casa onde estava aposentado ter sido incendiada pela população, causando a morte a um dos seus criados. Cf. MACHADO, Maria de F. Pereira – *O Porto de D. Manuel a D. João III (...)*, p. 52.

¹⁹⁷ CASTRO, Armando de – *O simbolismo e a estrutura social no Portugal de seiscentos*, in “Privilégios dos cidadãos da cidade do Porto”, Lisboa, I.N.C.M., 1987, p. 14 e SOUSA, Armindo de – *Tempos Medievais*, p. 207.

¹⁹⁸ FERREIRA – ALVES, Joaquim – *A casa nobre no Porto nos séculos XVII e XVIII. Introdução ao seu estudo*, in “Temas de Genealogia...”, p. 71.

¹⁹⁹ FERREIRA – ALVES, Joaquim – ob. cit., p. 71.

²⁰⁰ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e seu termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*, Porto, A.H.M.P., 1988, p. 281.

2.1.1. O Conde da Feira

Um dos principais privilégios da cidade do Porto, bem como de outras cidades e vilas portuguesas era o da proibição da residência de fidalgos, por tempo indeterminado, no espaço urbano.

Durante o período estudado o fidalgo que causou maiores problemas à cidade foi o Conde da Feira que, após comprar algumas casas na Rua Nova a D. Maria da Cunha, pretendia permanecer na cidade.

O assunto obrigou várias vezes ao envio de procuradores à Corte. Em Julho de 1508 Gomes Pais e Afonso Tomé foram enviados à Corte, regressando no mês seguinte sem grandes resultados. Este facto obrigou à eleição de novos cidadãos, sendo escolhidos João Pais e João Rodrigues que, de Setembro de 1508 a Junho de 1509, estiveram na corte apresentando os assuntos da cidade.

Estes procuradores enviaram várias cartas régias para a cidade, recebidas pelos oficiais na sessão de 31 de Janeiro de 1509. Uma dessas missivas indicava que o Conde da Feira recebera do monarca o ofício de vedor das taracenas, não podendo a cidade fazer-lhe qualquer prejuízo. Como esta resposta de D. Manuel I legitimava indirectamente a presença do fidalgo na cidade, os oficiais prontamente decidiram escrever sobre tal agravo ao rei, à Rainha e a outras pessoas que os seus representantes na Corte indicassem. A Câmara não desperdiçou a oportunidade para recomendar aos seus procuradores para acelerarem o andamento do processo²⁰², enviando mais dois cidadãos, Afonso Tomé e Gomes Pais²⁰³.

A resposta do monarca aos protestos da Câmara foi conhecida na reunião de 27 de Junho de 1509, quando os enviados apresentaram os resultados das suas demandas²⁰⁴. Indicaram que o rei ordenava a apresentação de provas sobre a posição das duas partes, ou seja, da cidade e do Conde da Feira. Para o efeito, deveria ser eleito um cidadão incumbido de receber as testemunhas e providenciar a inquirição, sendo nessa reunião escolhido Lopo Rebelo. Este cidadão afirmou logo que aceitava, mas que as testemunhas do Conde deveriam ser juradas pelos oficiais camarários, o que foi aceite.

²⁰¹ SILVA, Francisco Ribeiro da – ob. cit., p. 282.

²⁰² A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 43v. – 45.

²⁰³ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 50v.

2.1.2. Outros fidalgos

O problema da residência de fidalgos no Porto fez-se sentir também em Maio de 1511. Na reunião do dia 31 desse mês²⁰⁵ o procurador fez saber aos oficiais que se encontravam na cidade alguns fidalgos, destacando-se D. Manuel²⁰⁶, e outras pessoas, requerendo à Câmara que os notificasse para se irem embora.

Os oficiais decidiram enviar o próprio procurador, acompanhado por dois tabeliães, para realizar a notificação. Este fidalgo afirmaria ao procurador que “...*estava na cidade a mao de mestre e se curava de suas infirmitades...*”, pretendendo sair logo que fosse possível. A acção saldou-se com sucesso porque na sessão de 4 de Junho o procurador dirigiu-se novamente à Câmara, desta vez para confirmar que D. Manuel saíra da cidade, atitude em grande parte condicionada por alguns indícios de peste que entretanto surgiram em casa de Diogo Brandão²⁰⁷, e que parecem ter afugentado o fidalgo.

2.2. O bispo e o cabido

O cabido da Sé do Porto era constituído por vários elementos, incluindo dignidades como o chantre ou o tesoureiro. A estes indivíduos cabia assistir o bispo em todas as tarefas relacionadas com a diocese²⁰⁸. Ao que parece, a partir do século XII o prestígio do cabido aumentou, transformando-se “numa verdadeira aristocracia eclesiástica – culta, influente e muito rica”²⁰⁹. De resto, a sua origem era bastante restrita, decidindo a própria Mitra, em 1472, que apenas poderiam aceder às dignidades capitulares clérigos de sangue nobre ou graduados em teologia, direito civil ou canónico, medicina e artes²¹⁰.

Apesar de, após 1406, o bispo deixar de ser senhor da cidade, o escol clerical manteve a sua riqueza, a propriedade de grande parte dos prédios urbanos, o prestígio e

²⁰⁴ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 56 – 57v.

²⁰⁵ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 164 – 164v.

²⁰⁶ Pensamos tratar-se de D. Manuel de Sousa, que em 1512 volta a alegar motivos de saúde para permanecer mais tempo na cidade, contando com o apoio do rei e do bispo para a realização do seu objectivo. Cf. MACHADO, Maria de F. Pereira – *O Porto de D. Manuel a D. João III (...)*, p. 59.

²⁰⁷ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 164v. – 165.

²⁰⁸ *Nova História de Portugal*, volume V, p. 145.

²⁰⁹ SOUSA, Armindo de – *Tempos Medievais*, p. 223.

a influência política²¹¹. Não se pode desprezar a sua capacidade de arregimentar clientelas e aumentar o número dos que viviam na sua dependência, caseiros, criados ou servidores.

A propriedade episcopal do Porto era considerável e fonte de alargados rendimentos. Basta dar o exemplo da abertura da Rua de Santa Catarina das Flores, efectuada entre 1518 e 1521, unindo o largo do convento de S. Domingos ao de S. Bento da Avé Maria, ocupando uma área que pertencia ao bispo e ao cabido. A Mitra iria arrecadar cerca de 20 000 reais anuais pelas rendas dos terrenos na rua mais distinta da cidade²¹². D. Pedro da Costa, bispo do Porto a partir de 1507, também obrigou ao uso das insígnias da Mitra (o Anjo e a Roda de Navalhas) nas casas construídas na Rua das Flores²¹³, decerto procurando relembrar o seu poder e afirmar um prestígio bem patente. O bispado possuía igualmente mais de uma centena de prédios na cidade, cobrando outras rendas dentro e fora das muralhas do Porto.

O maior problema com o bispo e o cabido foi provocado por Diogo de Bustamante²¹⁴, em 1510. Este cidadão cobrava portagens e vários direitos do mordomado que pertencia à Mitra portuense, “... *com agravo de muitas pessoas...*”, de acordo com a acta de 23 de Novembro de 1510.

A importância do assunto levou a convocar uma reunião por pregão, comparecendo muitos cidadãos “... *e asy muitos cujos nomes o escrivam nom escreveu por nom saber...*”²¹⁵, numa referência clara aos do povo. Os presentes decidiram eleger quatro cidadãos para resolverem o problema com o bispo, mas este não aceitou a proposta. Esta atitude levou os oficiais a concluírem que apenas o rei poderia resolver a questão, pelo que procederam à eleição de um cidadão para ser enviado à corte, recaindo a escolha em Paulo de Pedrosa. Enquanto a resposta não viesse, Bustamante estaria proibido de cobrar mais do que o devido.

Paulo de Pedrosa regressou ao Porto em Fevereiro de 1511, apresentando aos oficiais o resultado das suas demandas na sessão do dia 21²¹⁶. A Câmara ficou a saber que o monarca também não decidiu imediatamente, resolvendo enviar para a cidade

²¹⁰ SOUSA, Armindo de – *Tempos Medievais*, p. 225-226.

²¹¹ SOUSA, Armindo de – ob. cit., p. 199.

²¹² Nova História de Portugal, volume V, p. 143.

²¹³ VASCONCELOS, Flório de – *Um Bispo do Porto na Corte de Carlos V*, in “O Tripeiro”, 7ª série (Série Nova) – Ano X, nº 5, Maio 1991, p. 152.

²¹⁴ Surge como mestre de fazer naus, contratado para as Taracenas, in BARROS, Amândio – *Barcos e gentes do mar do Porto*, in “Revista de História”, F.L.U.P., p. 204.

²¹⁵ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 129 – 132.

²¹⁶ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 145v – 146v.

Fernão de Paiva, com o objectivo de inquirir sobre os direitos que o bispo arrecadava²¹⁷. A Câmara reuniu-se em mais uma reunião convocada por pregão, no dia 19 de Março de 1511, sendo decidido “...fazer concerto...” com a Mitra e Fernão de Paiva. Na reunião do dia 26 de Fevereiro de 1511 a Câmara discutiu, mais uma vez, o assunto, referindo-se a necessidade de prover o cartório da cidade e seu tabelionato para o que pertencia ao caso das portagens e direitos da Mitra na cidade, bem como apontarem e analisarem todas as informações juntamente com o enviado régio²¹⁸. Para este efeito, foram eleitos quatro cidadãos, Lopo Rebelo, Gomes Pais, João Pais e João Jacome.

As “negociações” incluíram duas reuniões entre o enviado régio, a Mitra e os cidadãos eleitos e oficiais camarários²¹⁹. Na sessão de 19 de Março ainda não tinha sido possível um acordo, obrigando a edilidade a escolher mais cidadãos para participarem no processo, designando Jusarte Lobo, Pedro de Andrade, Fernão Novais e Vasco Carneiro, o Moço.

Os resultados do processo tornaram-se apenas conhecidos na sessão de 31 de Março²²⁰, estando presentes os cidadãos eleitos para o caso e o próprio Fernão de Paiva. A acta descreve os direitos do bispo com minúcia, forma evidente de esclarecer qualquer dúvida ou abuso posteriores. Estes direitos estão referidos como conformes ao “foral novo” e confirmam que os principais problemas incidiam sobre os cereais que vinham por mar e os direitos que a Mitra cobrava sobre a compra e venda de certas mercadorias.

²¹⁷ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 151v. – 153. Na reunião estavam presentes 5 oficiais, 26 homens – bons, 8 do povo “... e asy outros muitos do povo cujos nomes aqui nom sam escritos por eu escrivam lhes nom saber...”.

²¹⁸ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 147 – 148.

²¹⁹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 152.

III – Aspectos económicos

²²⁰ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 154v. – 156.

1. O abastecimento da cidade

A geografia em que o Porto se insere condicionou o seu desenvolvimento na dependência do Oceano Atlântico e do Rio Douro. De facto, a economia da cidade e o seu próprio abastecimento relacionaram-se intimamente com estas vias de comunicação, que facilitavam o afluxo de grande variedade de produtos.

Através do Rio Douro chegavam barcas carregadas de vinho e outros produtos como pão e frutas provenientes de Trás – os – Montes e da restante comarca de Entre Douro e Minho. Navios de maior capacidade atravessavam o Atlântico e passavam a difícil barra do Douro com sal de Aveiro, peixe da Galiza, cereais da Madeira ou tecidos ingleses e flamengos.

O termo fornecia à cidade cereais, fruta, vinho, gado, madeira, lenha, couros e diversos derivados²²¹, contribuindo para o seu escoamento a rede viária, de intenso tráfego, que ligava os julgados ao Porto, complementando a via fluvial que era o Douro, mais rápida e segura²²².

A importante construção naval portuense foi factor essencial para o desenvolvimento desta comunicação marítima, com o seu centro nos estaleiros da Ribeira e das Taracenas, situados em frente da muralha ribeirinha, mas também em Massarelos, em Lordelo e em Vila Nova, onde se aparelhavam grande número de embarcações de primeira ordem. Os ofícios especializados alimentavam esta produção com os necessários panos das velas e os cordames.

Todos os produtos que entravam na cidade deveriam ser controlados pelos oficiais camarários, que procuravam zelar pela sua qualidade e também manter os preços dos produtos de primeira necessidade acessíveis à maior parte da população. Para este efeito impunham medidas que restringiam a actividade de regateiras e regatões, sempre tentados a optar pela revenda de determinados produtos, atitude que conduzia a uma subida de preços.

Para que este controle das mercadorias fosse eficaz a Câmara impunha que fossem descarregadas em locais determinados, nomeadamente em frente à cidade, nos diversos cais que existiam na Ribeira, excepto quando a cidade fosse atingida pela peste. Nestes períodos os navios descarregavam as mercadorias em vários outros locais. Quando o perigo de contágio terminava, os oficiais eram obrigados a lembrar a todos, por

²²¹ SOUSA, Armindo de – *Tempos Medievais*, p. 183.

pregão, que os navios que entrassem pela barra deveriam descarregar em frente à cidade. Esta situação encontra-se documentada para os anos de 1508²²³ e de 1512²²⁴.

Quando os mercadores chegavam com os seus produtos, era imprescindível a presença dos oficiais da Câmara e de escrivães, necessários para tudo registar, sem os quais não era possível a entrada da mercadoria na cidade e consequente distribuição pelos vários locais de venda.

A venda dos produtos era realizada em vários locais da cidade, pequenos mercados permanentes situados nas praças e nas imediações das portas da cidade, sendo as regateiras e os regatões, já mencionados, os seus agentes mais importantes. A própria Câmara possuía lugares de venda, principalmente localizados na Praça da Ribeira, e que eram arrendados a padeiras, frigideiras, fruteiras e outras personagens que decerto contribuíam para o barulho e colorido próprios de tão agitado local.

No período medieval encontram-se também documentadas algumas feiras que se realizavam na cidade, em frente à Sé, juntamente com a de Gaia e a de S. Bartolomeu no julgado de Refojos²²⁵. Já D. João I havia concedido o privilégio de uma feira franqueada, mensal, a realizar no primeiro dia de cada mês²²⁶.

Acima de tudo, os oficiais temiam a carestia dos produtos de primeira necessidade, sentimento comum na época, e que impunha também medidas restritivas em relação à saída de algumas mercadorias. De facto, em grande parte das reuniões camarárias os assuntos tratados são de natureza económica, nomeadamente sobre produtos alimentares como cereais, peixe ou carne, ou relativamente a materiais destinados para outros fins, como a madeira e a cal.

1.1.Os cereais

A base da alimentação medieval era o cereal, o pão acompanhado com o que fosse possível, principalmente quando se tratava dos mais pobres. O pão de trigo era apenas consumido nos grandes centros urbanos e pelos grupos de maior poder económico,

²²² SOUSA, Armindo de – *Tempos Medievais*, p. 187.

²²³ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 38 – 38v.

²²⁴ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 186v. – 187.

²²⁵ SOUSA, Armindo de – *Tempos Medievais*, p. 184.

²²⁶ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu Termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*, Porto, A.H.M.P., 1988, p. 702.

enquanto que a maior parte da população se alimentava com pão de milho, centeio, cevada ou de mistura²²⁷.

Os responsáveis por uma cidade consideravam, por isso mesmo, que a existência corrente de cereal para uma população que não era produtora devia ser alvo de muitos cuidados. Esta atenção era redobrada sempre que se verificavam carestias na região ou no reino, prevalecendo ainda mais as medidas restritivas em relação à saída do produto para outros países.

A Câmara avaliava sempre a produção cerealífera, salvaguardando as quantidades necessárias para o ano seguinte²²⁸. Contudo, as actas poucas vezes referem o abastecimento de cereais para a cidade. Oliveira Marques, por sua vez, assinala os anos de 1507 e 1508 como apresentando fracas colheitas, integrando-os num período de crise iniciado em 1503²²⁹ e a que se segue uma fase positiva.

Em 13 de Setembro de 1508 os oficiais do ano anterior foram chamados à Câmara porque se desconhecia o paradeiro de um alvará régio, por eles recebido, que oferecia à cidade 300 moios de trigo da Madeira²³⁰. Os oficiais, que já haviam escrito para a ilha pedindo o referido cereal, temiam que o pedido não fosse aceite devido à falta do alvará.

Ana Maria Ferreira indica que a Câmara pagou, entre Agosto de 1509 e Junho de 1510, mais de 6 000 reais a diversos mercadores, nacionais e estrangeiros, por descarregarem trigo na cidade²³¹. Esta referência serve também para inferir da importância das rotas marítimas para o abastecimento em cereais da população do Porto.

Os cereais podiam também ser encontrados nas imediações da cidade, tal como nos indica a acta de 20 de Setembro do referido ano, quando o lavrador Gonçalo Moreno foi citado por pregão ordenado pelo procurador para que fornecesse "... pão ..." aos regatões da cidade²³². Não é referida, no entanto, a origem exacta do produto nem tão pouco o tipo de cereal requisitado ou a quantidade. Os solos do termo parecem ser generosos, sendo o trigo fornecido pela Maia ou Santo Tirso. Em Refojos imperava o

²²⁷ *Nova História de Portugal*, volume V, p. 183.

²²⁸ MACHADO, Maria de Fátima – *O Porto de D. Manuel a D. João III (1518 - 1530)*, Diss. de mestrado policopiada, F.L.U.P., 1997, p. 65.

²²⁹ MARQUES, A. H. de O., *O Clima*, in “*Nova História de Portugal*”, volume V, Editorial Presença, 1998, pp. 162 – 164.

²³⁰ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 24v., 25.

²³¹ FERREIRA, Ana Maria Pereira – *Algumas despesas do município portuense no início do século XVI: 1509-1510 (...)*, p. 176.

²³² A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 99v.

milho; em Aguiar e Penafiel o milho e o centeio; Gondomar e Gaia eram férteis em milho e trigo, produzindo igualmente cevada²³³.

Na mesma reunião o procurador da cidade indicou também aos oficiais que alguns regatões do termo compravam “... *meacooes de paam* ...” para o revender, pedindo que enviassem urgentemente aos ouvidores dos termos a ordem para identificarem os infractores e, deste modo, se aplicarem as penas correspondentes²³⁴.

1.2.O peixe

A proximidade com o mar permitiu ao Porto um abastecimento frequente de peixe variado. O grande problema prendia-se com a revenda do produto, prática que prejudicava o consumidor pelo aumento de preços que provocava. As regateiras e os próprios pescadores participavam neste processo.

Em 1508, por exemplo, a Câmara notificou os pescadores de Matosinhos porque estes cortavam postas das raias para as vender, sendo-lhes aplicada a multa de 6 reais sempre que o fizessem²³⁵.

Outra preocupação camarária era evitar a saída dos produtos e eventual falta no mercado. É neste sentido que a Câmara proíbe os barqueiros que pescavam entre Quebrantões e Formigas, no rio Douro, de venderem sáveis aos almocreves de fora. Tal prática, segundo os oficiais, penalizava os habitantes da região. Os oficiais impuseram também que cada barqueiro tivesse 12 sáveis “... *para os da terra e caminhantes* ...”, pagando uma multa de 500 reais se assim não procedessem²³⁶. Para evitar que, durante a noite, os barqueiros realizassem as vendas ilegais, a Câmara ordenou ao alcaide que vigiasse o rio “... *de meya noite a meya noite* ...”²³⁷, aos domingos e dias santos, apreendendo o peixe encontrado. Deveria também ser acompanhado por um tabelião para fazer o devido registo.

O pescado podia também vir de fora do País, havendo notícia em 15 de Fevereiro de 1511 de sardinha proveniente da Galiza. Os dois galegos que transportavam a mercadoria dirigiram-se à Câmara por considerarem “... *que lhes pediam muitos direitos*”

²³³ SOUSA, Armindo de – *Tempos Medievais*, p. 183.

²³⁴ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 29v.

²³⁵ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 5v.

²³⁶ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 48, 48v.

²³⁷ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 48v.

*que nom sabiam o certo que eram obrigados de pagar ...*²³⁸. Imediatamente os oficiais lhes apresentaram os livros onde se registava “... *que o estrangeiro que a cidade trouver sardinha e pescado e marcadoria de que se nom ha de pagar dizima se pagasse per cada maravediis que som corenta e oito reais II dinheiros e se entende por dinheiro hum ceitil e saca por milheiro bl reais e quatro ceitys ...*”²³⁹.

De assinalar que a Câmara recebia 10 reais por milheiro de sardinhas vendidas nas embarcações ancoradas no Rio Douro, enquanto as sardinhas vendidas em terra não pagavam este “... *milheiro ...*”²⁴⁰.

Na cidade, a venda de peixe pertencia a regateiras e regatões, indivíduos que eram juramentados pelos oficiais camarários e obrigados a respeitar os preços tabelados pela Câmara. O seu nome ficava registado no livro dos acordos, existindo uma dessas listas nos documentos estudados, provavelmente referente ao ano de 1511.

Regateiras do pescado ²⁴¹ - 1511	
Barbara Rodrigues	Catarina Anes <i>da Ponte</i>
Garcia Alvares	Maria Eanes <i>filha de João Nunes Cacaoeira</i>
Isabel Afonso	A Moraes
Inês Eanes	A Carneira
Marta Dias	Isabel Dias <i>de Cima do Muro</i>
Catarina Vasques	

Uma curiosidade será a referência a ostras na acta de 8 de Março de 1511²⁴². O alfaiate Lourenço Pires arrecadava esse produto dizendo que tinha uma licença passada pelo alcaide da cidade. A Câmara não aceitou a sua justificação, proibindo o alfaiate de o fazer.

²³⁸ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 142.

²³⁹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 142.

²⁴⁰ MACHADO, Maria de Fátima – *O Porto de D. Manuel a D. João III (...)*, p. 75.

²⁴¹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 237. A maior parte destes nomes surge nas listas para 1519 e 1525, o que representa uma visível continuidade (cf. MACHADO, Maria de Fátima - ob. cit., p. 98).

²⁴² A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 170 v.

1.3.A carne

Este produto é o mais referido no período estudado, principalmente devido aos abusos dos vendedores e à carestia sentida em 1509, sendo evidentes os esforços da Câmara em manter uma certa estabilidade de preços e não agravar os encargos do consumidor. Os abusos deviam-se essencialmente aos lucros elevados provenientes da venda de carne e seus derivados como o couro. A diferença de preços em relação a Castela e o aumento da procura da carne favoreceu também a passagem de gado para este País, apesar das medidas tomadas pelas autoridades²⁴³.

Em 1 de Março de 1508 os oficiais decidiram penhorar os carniceiros da cidade e seu termo, de acordo com as posturas do Concelho, uma vez que alguns estabeleciam preços superiores aos indicados. Competia à Câmara zelar pela qualidade e preço justo do produto.

O ano de 1509 apresenta, como já foi referido, uma carestia de carne, aumentando a preocupação dos oficiais da Câmara em abastecer convenientemente a cidade. Os contratos com os carniceiros neste sentido eram frequentes, favorecendo o seu monopólio em relação à comercialização da carne no açougue da cidade²⁴⁴.

Apesar desta situação, o acordo mútuo nem sempre foi pacífico. O responsável pela sisa das carnes, Diogo de Bustamante, pediu à Câmara, em 19 de Maio, que os carniceiros fossem avisados para cortarem a carne em abastança²⁴⁵. O mesmo requerimento foi feito na sessão de 2 de Julho, pedindo desta vez carta testemunhável²⁴⁶, dando a entender que os pedidos não estavam a ser respeitados. O próprio corregedor, de acordo com a acta de 14 de Julho, notificou alguns carniceiros para fornecerem doze bois por semana à cidade, se assim fosse necessário²⁴⁷.

Nesta reunião de 14 de Julho o corregedor estabeleceu também que os vereadores deveriam inquirir se os carniceiros talhavam a "... *emxerqua* ..." ²⁴⁸. Esta carne não era vendida no talho mas sim vendida de porta em porta podendo, eventualmente, tratar-se de carne de salmoura, que já não era inteiramente fresca²⁴⁹. Se tal situação fosse

²⁴³ RODRIGUES, Ana Maria – *A produção agro – pecuária*, In “Nova História de Portugal”, volume V, pp. 177, 181.

²⁴⁴ MACHADO, Maria de Fátima Pereira – *O Porto de D. Manuel a D. João III (...)*, p. 72.

²⁴⁵ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 52 v.

²⁴⁶ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 53.

²⁴⁷ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 63.

²⁴⁸ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 63 v.

²⁴⁹ MARQUES, José – *Em torno do termo MARRÁ*, In “Revista de História”, II série, volume XIII, Porto, F.L.U.P., 1996, p. 252.

assinalada os vereadores mandariam prender os carnicheiros até o próprio corregedor decidir a pena a aplicar.

O mesmo procedimento foi estabelecido para os carnicheiros que não talhassem a carne de boi pelo preço de 11 ceitis o arrátel.²⁵⁰ Apenas os carnicheiros de Zurara, Matosinhos, São João da Foz e Arrifana de Sousa estavam autorizados a cortar a carne a dois reais o arrátel. Os restantes, para além de uma pena pecuniária, poderiam ser presos e degredados para Ceuta por um ano²⁵¹. O próprio alcaide pequeno, incumbido de procurar os infractores, receberia 200 reais por cada carnicheiro preso.

Na mesma reunião o corregedor informou os presentes que os carnicheiros também deveriam pagar a sisa pelas *avenças* dos três anos anteriores, implicando a falta do seu pagamento o degredo para Ceuta durante um ano²⁵².

Em 4 de Janeiro de 1511 os carnicheiros Pedro Gonçalves, Diogo do Souto e João da Santa, bem como o ovelheiro João Pires, foram chamados à Câmara e informados que deveriam fornecer carne para os matadouros da cidade. Os referidos indivíduos, após discutirem o assunto com os restantes carnicheiros, informaram os oficiais que dariam todos os sábados até ao Entrudo, cinco bois²⁵³, desde que os cabreiros ajudassem com um boi por semana.

Contudo, também esta decisão não foi pacífica. No dia 11 os oficiais mandaram chamar os “cabreiros” para os notificarem do acordo, dizendo-lhes que se não fornecessem a carne seriam impedidos de cortar e vender gado miúdo. Um dos “cabreiros”, Pedro Alvares, afirmou que forneceria à cidade três bois, mas os outros dois indivíduos não aceitaram e recusaram-se a ajudar²⁵⁴. A Câmara logo lhes impôs uma pena de 6 cruzados caso infringissem as restrições impostas.

A mesma necessidade de um bom aprovisionamento de carnes surge no mês de Março, quando os oficiais mandaram, mais uma vez, chamar os carnicheiros para falarem sobre o fornecimento de carne à cidade para o período da Páscoa e para todo o ano²⁵⁵. A quantidade é decidida na sessão do dia 29, nomeadamente 20 bois para a Páscoa e Pascoela, estabelecendo-se o preço de 2 reais e meio o arrátel²⁵⁶. Os carnicheiros não

²⁵⁰ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 63 v.

²⁵¹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 64.

²⁵² A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 63.

²⁵³ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 136 v.

²⁵⁴ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 137.

²⁵⁵ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 153 v.

²⁵⁶ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 154.

concordam com o preço, dizendo que os regatões levavam a carne para fora e que, por isso, não podiam vender os bois a menos de 3 reais o arrátel.

Em Abril decide-se o “... *alevntamento das carnes* ...” na Comarca de Entre Douro e Minho, devido à necessidade de remediar a carestia que se vivia no Reino²⁵⁷. No dia 30 a Câmara elegeu João Pais para se deslocar aos almoxarifados e notificar-lhes os danos e os alevntamentos²⁵⁸.

Na reunião de 7 de Maio seguinte estiveram presentes Pedro Correia de Ponte de Lima e Lourenço de Guimarães. Estes apresentaram cartas enviadas pelas respectivas vilas sobre o referido caso. Juntamente com os oficiais do Porto estudaram a melhor forma de requerer ao rei uma solução para remediar a carestia de carnes na região, decidindo enviar à Corte três cidadãos, um do Porto, um de Guimarães e outro de Ponte de Lima. As pessoas presentes pretendiam eleger o cidadão do Porto apenas na reunião seguinte mas a urgência do caso levou o corregedor a ordenar a sua eleição imediata, elegendo-se Jusarte Lobo, escudeiro e fidalgo²⁵⁹. Jusarte Lobo, contudo, avisou a Câmara que já estava eleito para outros assuntos, não sendo possível acompanhar os cidadãos das outras vilas na sua deslocação à Corte. Os oficiais devem ter procedido a outra eleição, mas as actas não revelam a sua realização²⁶⁰.

1.4.O vinho

O vinho era também importante na alimentação medieval, e chegava ao Porto proveniente do próprio País ou de regiões como Castela. Tal como qualquer produto pagava taxas o que, por vezes, causava problemas e conflitos.

Em 26 de Outubro de 1510 regista-se a queixa do castelhano Francisco d’ Alfya, morador em Lepe, sobre a dízima que os rendeiros da alfândega lhe haviam imposto em 1503 por trazer vinhos para a cidade, alegando que o tinham informado que estava isento de tal imposto. Os oficiais desse ano decidiram inquirir sobre o assunto, mas obrigaram Francisco d’ Alfya a entregar 2 000 reais ao tesoureiro para eventuais despesas com o caso.

²⁵⁷ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 159 v., 160.

²⁵⁸ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 158, 158 v.

²⁵⁹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 160 v.

²⁶⁰ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 162.

Apresentando como testemunhas dois dos oficiais do ano referido, o mercador pretendia agora reaver o seu dinheiro ou, pelo menos, o que restara após todas as despesas da Câmara. Na presença do próprio corregedor verificaram o “... *livro do recebimento e despesa* ...” do dito ano, encontrando o registo da quantia mas concluindo também “... *nam ser rezam a dicta cidade fazer demandarem suas liberdades a custa dos estrangeiros* ...”, pelo que decidiram entregar os 2 000 reais ao mercador castelhano²⁶¹.

As tentativas de fuga às obrigações camarárias em relação ao transporte e comercialização do vinho eram frequentes, obrigando a Câmara a uma atenção redobrada. Este facto é relatado na acta de 8 de Março de 1511, na qual o porteiro Pedro Fernandes avisou os oficiais que descobriu uma barca de vinhos, propriedade de João Luís, que descarregava o produto em Campanhã²⁶², longe dos olhares dos oficiais concelhios. Apenas se permitiam tais descarregamentos nos cais que existiam na cidade, pelo que a Câmara impôs ao dono da barca o pagamento de 10 cruzados para a cidade e cativos.

1.5.O sal

O sal provinha do Reino e do estrangeiro, nomeadamente Castela, e era utilizado para a conservação da carne e do peixe.

A cidade possuía lojas de sal que, durante a peste que grassou na cidade no decurso do ano de 1509, se mudaram para S. João da Foz, tal como a maior parte da população. A 19 de Maio do ano referido a peste encontrava-se já debelada, pelo que o procurador pediu à Câmara que fosse lançado um pregão para que todos os que possuísem lojas de sal se mudassem novamente para a cidade.²⁶³

A Câmara, no sentido de controlar a venda deste produto, apenas permitia a sua comercialização na cidade. Só assim se entende a proibição de se vender sal em Matosinhos e S. João da Foz, ordenada em 24 de Janeiro de 1512, perdendo as lojas os que o fizessem²⁶⁴.

²⁶¹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 123 v., 124.

²⁶² A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 150.

²⁶³ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 52 v.

1.6.O azeite

O azeite era utilizado para a iluminação e alimentação, substituindo mesmo a gordura do toucinho nos dias de abstinência²⁶⁵. Os oficiais da Câmara tinham como função controlar a qualidade do produto e, acima de tudo, os seus preços. É o que acontece em 21 de Julho de 1509 quando os oficiais estabeleceram que o azeite não devia ser vendido a 28 reais a canada, como era praticado, mas a 24 reais. Para o efeito tinham citado para a reunião desse dia Fernão de Sousa e Clara Afonso, vendedores de azeite na cidade, avisando-os que pagariam 500 reais para a cidade e cativos se não respeitassem o preço estabelecido para a “... novidade ...” de azeite e o preço que os almotacés entendessem para a restante qualidade²⁶⁶.

1.7.A madeira e a cal

A revenda dos materiais de construção constituía também um problema para a Câmara, embora fosse proibida. As actas estudadas dão-nos notícia de um pregão realizado em Setembro de 1508²⁶⁷, pelo qual se avisavam os regatões para não comprarem madeira, tábuas e cal com o intuito de revender os produtos mas que os deixassem entrar livremente na cidade para serem vendidos na Rua Nova “...como sempre fez e costumou...”. Esta norma mostra como a Câmara se preocupava em previamente determinar os locais de venda dos produtos²⁶⁸ e, desta forma, defender os interesses do consumidor.

²⁶⁴ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 186 v., 187.

²⁶⁵ GONÇALVES, Iria – *Acerca da alimentação medieval*, In “Imagens do Mundo Medieval”, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, p. 206.

²⁶⁶ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 66.

²⁶⁷ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 70 v.

²⁶⁸ GONÇALVES, Iria – *Defesa do consumidor na cidade medieval: os produtos alimentares (Lisboa – séc. XIV – XV)*, In “Um olhar sobre a cidade medieval”, Cascais, 1996, p. 99.

1.8.O sebo e os couros

A preocupação da Câmara em relação a estes produtos parece ter sido grande, mercê da carestia em carnes verificada em 1509 e já referida anteriormente neste capítulo.

A carestia de qualquer produto levava ao aumento do seu preço, tal como aconteceu em 1510. Em 13 de Novembro deste ano algumas pessoas queixaram-se que o sebo era muito caro e que os carnicheiros agravavam a situação carregando o produto para fora do Reino, por via marítima e terrestre, encarecendo sobretudo o preço do calçado. Perante a situação, a Câmara decidiu que o procurador e o escrivão deveriam inquirir da quantidade de sebo possuída pelos carnicheiros e avisar os mesmos que o não poderiam vender sob pena de pagarem 20 cruzados de ouro para a cidade e cativos²⁶⁹. Mercê das diligências efectuadas, os oficiais camarários ficaram a saber no dia 20 do mesmo mês que alguém se preparava em Arrifana para enviar coiros e sebo com destino a Castela. Logo mandaram que os produtos fossem transportados para a cidade²⁷⁰.

Neste ano, as actas reflectem a preocupação dos oficiais em relação a um eventual aumento dos preços e crise na produção de calçado na cidade. Tais cuidados levaram os oficiais a ordenar o lançamento de um pregão pela cidade, a 23 de Novembro, e o envio de *mandos* para os julgados do termo, perante os quais ninguém poderia alegar desconhecimento das proibições camarárias²⁷¹. De acordo com a acta da reunião a proibição estendia-se ao carregamento de coiros, sebo e cordame. Quem o fizesse sujeitava-se a perder metade do produto para a cidade. A restante quantia iria para os cativos e também para quem denunciasse os infractores.

As penas impostas não parecem ter surtido efeito sobre algumas pessoas porque no mesmo dia da reunião um navio carregava coiros para Bilbau, acabando por partir para o seu destino, mesmo sem licença, segundo o registo feito na sessão de 12 de Dezembro seguinte²⁷². Aos oficiais restou apenas a decisão de penhorar o navio em 2 000 reais.

A defesa da produção nacional também se faz sentir nas actas de vereação. A 19 de Maio de 1511 foi lançado um pregão na cidade pelo pregoeiro Gonçalo Afonso e pelo porteiro João Alvares dirigido a todos os correeiros, cintoreiros e tendeiros. Estes ficavam proibidos de vender qualquer obra proveniente de Castela e que fosse de

²⁶⁹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 126 v.

²⁷⁰ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 128.

²⁷¹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 136 v.

carneiro, correndo o risco de verem os produtos queimados e pagarem as penas pecuniárias decididas nos regimentos camarários²⁷³.

²⁷² A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 134.

²⁷³ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 239.

2. A regulamentação das actividades económicas

A Câmara deveria intervir em todos os aspectos da vida económica, fixando os preços dos produtos e a sua qualidade, favorecendo o consumo sem desencorajar o consumidor, principalmente no que dizia respeito aos produtos de primeira necessidade.

Os oficiais determinavam também a marcação de alguns, entregando as respectivas marcas aos vedores de cada ofício, empossados pela própria Câmara, reduzindo as hipóteses de falsificação e garantindo à população a proveniência e qualidade desses produtos.

Deste modo, as autoridades procuravam um equilíbrio, por vezes difícil, entre a população, os mesteiros e os mercadores, nunca esquecendo o correcto abastecimento da cidade.

2.1.O tabelamento dos preços

Os oficiais da Câmara tiveram várias intervenções ao nível do preço dos produtos. No período que serve de base cronológica a este estudo, as actas indicam os preços de alguns produtos alimentares e a necessidade inerente de travar os abusos dos vendedores que, sempre que podiam, aumentavam os preços conforme os seus interesses.

Preço de Alguns Produtos Alimentares

Produto	1508	1509	1510	1511	Fonte
Carne de boi		11 ceitis o arrátel			<i>Vereações</i> , Lv. 9, fl. 62-64.
Azeite		24 reais a canada de novidade			<i>Vereações</i> , Lv. 9, fl. 65v.-66v.
Farinha			1 real por alqueire		<i>Vereações</i> , Lv. 9, fl. 111-112.

Em ocasiões especiais, como a Festa da Páscoa, a Câmara tentou firmar acordos com os carnicheiros para providenciarem um abastecimento razoável de carne para a cidade, estabelecendo também o preço. Em 1511 os oficiais indicaram aos carnicheiros que deveriam dar vinte bois para a Páscoa e Pascoela, a 2 reais e meio o arrátel.

Contudo, os fornecedores não concordaram com o preço estabelecido, indicando que não podiam vender a carne a menos de 3 reais o arrátel, uma vez que se sentiam prejudicados pela acção dos regatões, acusados de venderem a carne para fora da região²⁷⁴.

O desrespeito por parte dos vendedores em relação ao tabelamento dos preços parece ser frequente, levando a edilidade, na sessão de 1 de Março de 1509, a ameaçar os carnicheiros da penhora dos seus bens, caso continuassem os abusos nos preços da carne²⁷⁵.

As multas comportavam penas pecuniárias ou, como no caso referido, a penhora dos produtos vendidos ou bens dos infractores. A prisão do indivíduo também era aplicada. No caso do preço estabelecido em 1509, na reunião de 14 de Julho, os infractores seriam presos até o corregedor tomar conta da ocorrência e, ele próprio, estabelecer a pena a aplicar²⁷⁶.

Em relação ao azeite, também os vendedores aumentavam indevidamente os preços. Na reunião de 21 de Julho de 1509 os oficiais assinalam que o produto se vendia a 28 reais a canada, quando o preço estabelecido era de 24 reais. A multa para os infractores comportava o pagamento de 500 reais para a cidade e cativos, no caso do azeite ser de “.. novidade ...”. Os almotacés pronunciavam-se sobre o restante azeite vendido²⁷⁷.

Os almotacés, de facto, desempenhavam um papel muito importante, fiscalizando o cumprimento das posturas municipais, solicitando o levantamento de taxas²⁷⁸ ou, como no caso referido, aplicar multas relacionadas com a venda de produtos.

Acima de tudo, os preços praticados deveriam ser os mais justos para o consumidor, correspondendo as sanções às subidas de preço praticadas ilegalmente²⁷⁹.

²⁷⁴ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 154. Reunião de 29 de Março de 1511.

²⁷⁵ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 46 v.

²⁷⁶ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 62-64.

²⁷⁷ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 65v.-66v.

²⁷⁸ MACHADO, Maria de Fátima – *O Porto de D. Manuel a D. João III (...)*, p. 82.

²⁷⁹ GONÇALVES, Iria – *Defesa do consumidor na cidade medieval: os produtos alimentares* in “Um olhar sobre a cidade medieval”, Cascais, 1996, p. 104.

2.2.Os pesos e medidas

Uma das características da Idade Média é a diversidade de padrões de aferimento²⁸⁰. O sistema medieval baseava-se no palmo, no côvado e na vara, sendo o primeiro considerado como medida - base²⁸¹.

No Porto são conhecidas as medidas gravadas numa parede da Sé, exemplo da preocupação de legitimar essas medidas – padrão e, principalmente, de evitar os abusos dos mercadores. A utilização de medidas falseadas ou mais curtas era frequente, bem como a aplicação incorrecta de certas medidas a produtos com os quais não estavam relacionados²⁸². A falsificação podia relacionar-se também com os pesos ou com as balanças utilizadas²⁸³.

Cabia aos almotacés, de acordo com as Ordenações Afonsinas, verificarem as medidas do pão, vinho e azeite “... *pera as veerem se som direitas* ...”²⁸⁴, logo que fossem eleitos. A reforma das ordenações efectuada no reinado de D. Manuel I acrescentou que a verificação e afinação dos pesos e medidas deveria ser feita pelos almotacés eleitos para os meses de Janeiro e Julho²⁸⁵.

Os pesos e medidas da cidade são referidos na reunião de 14 de Março de 1511. Nesta reunião os vereadores foram incumbidos de fazerem a “... *correição* ...” pelo termo, principalmente nos coutos e honras que o integravam. A acta assinala também que um porteiro da Câmara os deveria acompanhar com os pesos e medidas da cidade, essenciais para a sua missão²⁸⁶.

2.3.A marcação de produtos

Para além das medidas – padrão, alguns produtos eram marcados, prática que visava garantir a qualidade dos produtos comercializados, mas também controlar a sua proveniência.

²⁸⁰ MACHADO, Maria de Fátima - *O Porto de D. Manuel a D. João III* (...), p. 84.

²⁸¹ BARROCA, Mário - *Medidas – Padrão medievais portuguesas*, in “Revista de História”, II série, vol. IX, F.L.U.P., 1992, p. 54.

²⁸² BARROCA, Mário – ob. cit., p. 56.

²⁸³ GONÇALVES, Iria – ob. cit., p. 109.

²⁸⁴ *Ordenações Afonsinas*, Livro I, t. XXVIII, p. 181.

²⁸⁵ *Ordenações Manuelinas*, Livro I, t. XLIX, p. 341.

²⁸⁶ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 151.

No Porto, tal como nas outras cidades, a fiscalização dos artefactos produzidos nos chamados “... *ofícios macanicos* ...”²⁸⁷ estava a cargo dos vedores do respectivo ofício²⁸⁸, obrigatoriamente juramentados na Câmara. As marcas eram essencialmente aplicadas a objectos de estanho e de prata, bem como às espadas²⁸⁹.

As actas estudadas referem a louça produzida pelos tanoeiros²⁹⁰, bem como os artefactos de estanho produzidos pelos picheleiros. A análise dos documentos permite assinalar, mais uma vez, o desrespeito pelas posturas municipais. Este facto é confirmado na reunião de 17 de Setembro de 1511, quando alguns picheleiros foram acusados de “lavrarem” obras de estanho falsificando “... *a maneira e toque que antre elle he ho ordenado* ...”²⁹¹.

No mesmo ano, a 11 de Abril, os oficiais camarários foram obrigados a lembrar aos tanoeiros para não fazerem louça por marcar²⁹², verificando-se que o esquecimento das regras de fabrico por parte dos mesterais era mais frequente que o desejado. Mais uma vez, o pregão foi utilizado para informar os infractores, lançado pelo porteiro da Câmara João Alvares e pelo pregoeiro João Fernandes.

²⁸⁷ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 234.

²⁸⁸ MACHADO, Maria de Fátima Pereira – *O Porto de D. Manuel a D. João III* (...), p. 86.

²⁸⁹ MACHADO, Maria de Fátima Pereira – ob. cit., p. 86.

²⁹⁰ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 7v.-8.

²⁹¹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 180-180v.

3. Alguns ofícios urbanos

Uma cidade como o Porto apresentava uma actividade artesanal bastante diversificada e, ainda hoje, lembrada pela toponímia urbana. De facto, a primeira forma de organização dos mestres foi por arruamentos, concentrando-se em cada rua a maior parte dos mestrais do mesmo ofício, quer para limitar a concorrência, quer para facilitar o controle dos preços por parte dos oficiais camarários e dos próprios consumidores. É assim que encontramos os surradores²⁹³ nas vielas dos Pelames, os ferreiros e os armeiros ao longo da Ferraria de Baixo e da Ferraria de Cima, os caldeireiros na rua que viria a ter o mesmo nome, ourives na Ourivesaria, fabricantes de calçado na Rua da Sapataria e muitas outras lembranças dessa frutuosa actividade.

Os mestres organizavam-se em Bandeiras, órgãos de carácter cívico, cuja designação radicava na bandeira que identificava o mester na procissão do Corpo de Deus, agremiando-se também em Confrarias, estas de carácter mais religioso e que podiam ser comuns a mais do que um ofício de acordo com as afinidades existentes²⁹⁴.

De acordo com António Manuel Hespanha, este mundo corporativo encontra-se também hierarquizado, distinguindo os “oficiais”, artesãos cuja competência era verificada pelo “exame de mestria”, “obreiros”, ou seja, trabalhadores assalariados ainda não examinados, e “mestres de tenda”²⁹⁵. Efectivamente, os mestrais não compunham “um grupo coeso, economicamente homogéneo ou politicamente mobilizado”²⁹⁶, caracterizando-se por conflitos contínuos, mesmo entre elementos do mesmo ofício.

O aspecto comum a artesãos e pequenos comerciantes será o seu afastamento, completo ou parcial, do sistema concelhio. A sua submissão política e económica foi praticada²⁹⁷, com maior ou menor sucesso por parte da oligarquia formada pelos grandes mercadores e pelas famílias mais importantes da cidade. De facto, desde a segunda metade do século XIV que os oficiais mecânicos aparecem expressamente referidos nas actas da vereação, não possuindo, todavia, uma participação

²⁹² A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 247.

²⁹³ Refere-se aos indivíduos que curtiavam as peles.

²⁹⁴ CRUZ, António – *Da organização dos mestres do Porto*, Lisboa, s. /d. (conferência pronunciada no Porto em 22.05.1956), p. 7.

²⁹⁵ HESPANHA, António Manuel – *História das Instituições. Épocas Medieval e Moderna* (...), p. 196.

²⁹⁶ SOUSA, Armindo de – *Tempos Medievais*, p. 202 – 203.

²⁹⁷ HESPANHA, António Manuel – ob. cit., p. 233.

institucionalizada e participando nas sessões apenas como observadores, a título individual ou em grupo quando o assunto lhes dizia respeito²⁹⁸.

Não podemos esquecer que as actividades dos mesterais eram controladas por vedores, obrigatoriamente empossados pela Câmara. A qualidade da sua produção era garantida, em alguns casos, apenas pelas marcas que pertenciam à cidade, sem as quais não poderiam vender os respectivos produtos. Era também a Câmara que estabelecia e controlava os preços dos produtos, embora não sem uma certa resistência por parte dos mesterais quando lhes desagradava o estabelecido.

3.1.Os tanoeiros

Os tanoeiros, cuja importância se liga ao volume do comércio de vinho que a cidade apresentava, possuíam os seus vedores. Em 1508 foram os próprios tanoeiros que apresentaram à Câmara os vedores eleitos entre eles, Gonçalo Fernandes e Francisco Anes, limitando-se o juiz e vereadores presentes a lhes darem juramento, não se esquecendo de ordenar aos elementos do ofício que toda a louça produzida fosse marcada e verificada pelos vedores²⁹⁹.

Os objectos que eles deviam marcar, tais como potes e talhas de barro³⁰⁰, serviam para o armazenamento do vinho e compunham uma indústria subsidiária da produção vinícola.

3.2.Os ourives

Os ourives apresentavam um poder económico mais elevado que a maior parte dos mesterais e, conseqüentemente, um maior prestígio dentro da malha social portuense do início do século XVI.

²⁹⁸ DUARTE, Luís Miguel – *Um burgo medieval que muda de senhor. Episódios da vida do Porto medieval*, in “Ler História”, n.º 5, 1985, p. 15.

²⁹⁹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 7v.-8. Reunião de 12 de Julho de 1508.

³⁰⁰ PEREIRA, António dos Santos – *Espaços, Homens e Recursos. Contribuição para a História da Produção em Portugal (1475-1525)*, vol.1, Diss. de Doutoramento, Lisboa, 1994, p. 365, cit. in “Nova História de Portugal”, volume V, p. 183.

Os vedores dos ourives eram responsáveis por diversos pesos e medidas da cidade, recebendo as marcas de ferro, os pesos e medidas de azeite no momento de tomada de posse do cargo³⁰¹. A confirmar esta situação, é referido na sessão de 9 de Agosto de 1508 que “... *a cidade dava os padroes marcas pesos pera marquarem e asinarem e as medidas de cobre e pesos varios e varas e covados asy da dicta cidade como de seus termos e Antre Doiro e Minho e Trallosmontes segumdo regymento del rey nosso senhor ...*”³⁰².

Contudo, na mesma reunião é assinalado que os vedores cobravam alguns direitos pelo “... *afinamento ...*” e uso das marcas, não pagando à cidade a “... *pensão ...*” relativa à sua actividade. Os ourives presentes, Antão Alvares e Álvaro Pires, confrontados com esta exigência, disseram que iriam discutir o problema com os outros mesteirais. Logo na reunião seguinte, realizada a 16 de Agosto, os mesteirais compareceram e apresentaram uma petição escrita aos oficiais, cujo conteúdo não é revelado pelos documentos. Como o caso interessava ao procurador da cidade, os oficiais ordenaram que este procedesse à sua leitura, mas “... *por o dicto procurador foi dicto que tendo ele a dicta petiçom per ella respondida lha furtarom da mesa e que protestava que os dictos orivezes viesem com outra e que responderia e que nom vimdo elle requeria a justiça da cidade ...*”³⁰³. O inexplicável desaparecimento da petição em plena reunião camarária levou a que o assunto voltasse a ser discutido na reunião de 19 de Agosto, na qual os elementos presentes na reunião decidiram que os vedores dos ourives não deveriam pagar *pensão* à cidade por não ser a prática usual no que dizia respeito à sua função de afinadores³⁰⁴.

3.3.Os picheleiros

Todos os objectos de estanho eram obrigados a apresentar a marca da cidade para poderem ser comercializados³⁰⁵. Também este ofício possuía vedores, a quem todos os artefactos de estanho deveriam ser mostrados, uma vez que estes tinham a posse da respectiva marca durante o mandato. Por isso, é o vedor cessante que, na reunião de 4

³⁰¹ MACHADO, Maria de Fátima Pereira – *O Porto de D. Manuel a D. João III (...)*, p. 87.

³⁰² A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 15v.

³⁰³ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 16.

³⁰⁴ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 17.

³⁰⁵ MACHADO, Maria de Fátima Pereira – ob. cit., p. 88.

de Setembro de 1510, transporta a marca e a entrega ao novo vedor, na respectiva tomada de posse³⁰⁶.

Para além do encargo de marcar o estanho lavrado, o vedor deveria também examinar os artefactos, procurando inquirir sobre a qualidade do produto. Quando Gládio Gonçalves é juramentado na Câmara como vedor, na sessão de 11 de Outubro de 1511, os oficiais relembram-lhe que deve examinar a obra de todos os picheleiros e indicar à Câmara aqueles que venderem estanho por marcar³⁰⁷.

Já em 1508 tinham sido citados pela Câmara os picheleiros Nuno Rodrigues, Fernão d’ Alvares e Álvaro Gonçalves para mostrarem os seus produtos ao vedor do ofício³⁰⁸, provavelmente por existirem dúvidas sobre a sua qualidade ou legalidade.

Vedores dos Picheleiros

1508	1509	1510	1511
António Rodrigues	-	Fernão d’ Alvares	Gládio Gonçalves

3.4.Os ferreiros

A única referência aos ferreiros é o juramento como vedores dos serralheiros Gonçalo Fernandes e Gonçalo Martins, também a 8 de Março de 1511³⁰⁹. Tal como os picheleiros, faziam parte dos artífices especializados que se ocupavam das indústrias metalúrgicas e do fabrico de pequenos objectos.

3.5.Os sapateiros

Os sapateiros constituíam o grupo mais numeroso, sendo muitos deles proprietários e foreiros da Câmara³¹⁰.

³⁰⁶ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 113v.-114.

³⁰⁷ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 181v.

³⁰⁸ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 95.

³⁰⁹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 149-150.

³¹⁰ MACHADO, Maria de Fátima Pereira – *O Porto de D. Manuel a D. João III (...)*, p. 91.

Em 1511 foram juramentados como vedores dos sapateiros Fernão Afonso, morador na Rua das Cangostas³¹¹ e Martim Rodrigues do Souto “... *pera prouver aos çapateiros de cordavom* ...”. O livro de vereações estudado apresenta o Regimento dos Sapateiros, pelo qual se deviam eleger três vedores por ano³¹². Este regimento foi lançado em pregão por toda a cidade pelo porteiro João Fernandes a 15 de Abril de 1511. O registo no livro dos acordos, no entanto, fora já realizado pelo escrivão da Câmara no dia 14 de Março.

Os documentos analisados também nos apresentam, afortunadamente, o Regimento que os alfaiates deveriam respeitar³¹³. Segundo este regimento nenhum sapateiro poderia possuir uma tenda sem o prévio exame dos vedores, eleitos na Câmara de três em três anos, incorrendo numa pena de 15 dias de prisão. A esta pena se acrescentava o pagamento de 1 000 reais, dos quais um terço era encaminhado para as obras da cidade, outro terço para o ofício e outro para quem acusasse o infractor³¹⁴.

Este documento também obrigava os mesteirais a respeitarem certas regras de produção, necessárias para garantir a qualidade da mercadoria apresentada ao consumidor, alertando os sapateiros que todos os meses os vedores, acompanhados por um escrivão, deveriam realizar uma inspecção às suas tendas. Se estes encontrassem “...maao curtume e engano...”³¹⁵ estavam autorizados a queimarem ou cortarem os produtos.

3.6.Os curadores

As referências aos curadores são , mínimas. Apenas na reunião de 8 de Março de 1511 se refere a eleição de Gonçalo Dias, morador no adro de S. Domingos, como vedor³¹⁶. Trata-se, com certeza, dos curtidores, artesãos associados aos curtumes utilizados na confecção do calçado, no revestimento de mobiliário ou no vasilhame de vários produtos³¹⁷.

³¹¹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 149v.

³¹² A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 212.

³¹³ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 212 – 213.

³¹⁴ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 201.

³¹⁵ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 213.

³¹⁶ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 149-150.

³¹⁷ *Nova História de Portugal*, volume V, p. 188.

3.7.Os alfaiates

Profissão indispensável ao quotidiano da população, os alfaiates possuíam dois vedores. Pelo menos, foi o número de vedores juramentado na reunião de 8 de Março de 1511, nomeadamente Lopo Vasques, morador na Rua Nova e João de Chaves³¹⁸.

O Regimento sobre o exame dos alfaiates também foi registado no Livro de Vereações³¹⁹. Também os alfaiates eram obrigados a um exame prévio por parte dos vedores do seu ofício, eleitos anualmente, para possuírem uma tenda de alfaiataria. Se não respeitassem esta condição incorriam numa pena de 15 dias de prisão e 1 000 reais de multa, sendo um terço para as obras da cidade, um terço para o ofício e outro para quem acusasse o alfaiate. Todos os mesteirais examinados eram obrigados a pagar uma taxa para “...as despesas do ofício...” no montante de 300 reais se fossem portugueses e de 600 reais se fossem estrangeiros. Um terço dessa soma era destinado ao pagamento dos próprios examinadores, que o deveriam repartir entre si.

Tal como os sapateiros, deveriam ser sujeitos a uma inspecção mensal por parte das entidades competentes, procurando a Câmara evitar que a qualidade da mercadoria fosse de alguma forma alterada. Parece que estas práticas eram comuns, procurando os alfaiates vender roupa velha por nova mandando-a “... cardar e fryssar e fazendo lhe dellas outros meesterios...”. Se esta situação fosse detectada, o infractor perderia toda a roupa e seria preso por 15 dias, pagando também uma multa de 1000 reais, metade para as obras da cidade e a outra metade para quem o acusasse³²⁰.

3.8.Os gibeteiros

Os gibeteiros encontravam-se ligados à confecção de vestuário. Uma rara referência data de 8 de Março de 1511, aquando do juramento do cristão – novo João Martins como vedor do ofício³²¹.

O ofício foi também assinalado no Regimento dos alfaiates, anteriormente analisado, valendo para os seus membros as mesmas normas de produção e regras de exame expostas nesse documento.

³¹⁸ A.H.M.P., Vereações, Lv. 9, fl. 149v.

³¹⁹ A.H.M.P., Vereações, Lv. 9, fl. 200 – 202.

³²⁰ A.H.M.P., Vereações, Lv. 9, fl. 201v.

3.9.Os adelos

Os adelos também foram pouco referenciados. Apenas se regista a menção a uma mulher, Inês Fernandes da Rocha, cristã – nova. Esta pediu, na sessão de 16 de Outubro de 1510 que os oficiais lhe dessem autorização para exercer o seu ofício, apresentando como fiador o cirurgião Vicente António³²². O fiador parece ter oferecido a garantia desejada pela Câmara porque os oficiais logo a juraram como adela.

Nas Ordenações Manuelinas surge a referência à sua actividade, nomeadamente no que respeitava aos “... *penhores e cousas que lhes dam a vender* ...”³²³, sugerindo que se trata de vendedores de objectos usados.

³²¹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 149-150.

³²² A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 225v.

³²³ *Ordenações Manuelinas*, Lv. 1, Tit. LXVI, p. 473.

IV – Finanças municipais

1. As receitas

As finanças dos concelhos sofreram geralmente de uma instabilidade de receitas ao longo do século XV. O Porto não era excepção à regra, procurando a Câmara arrecadar eficazmente as quantias impostas aos diferentes aspectos da vida urbana.

As receitas da Câmara portuense eram obtidas sobre os rendimentos dos bens próprios do concelho, nomeadamente prédios urbanos e rústicos; direitos cobrados sobre a utilização de bens comuns do concelho; multas pela violação das posturas; penas pecuniárias; rendimentos da aferição de pesos e medidas; rendas de portagens e outros tributos locais; rendimentos da almotaçaria. Fundamentalmente provinham do rendimento dos bens concelhios, da cobrança de direitos municipais e, a partir de 1460, da tença régia³²⁴.

As receitas eram controladas pelo procurador ou pelo tesoureiro, assistidos obrigatoriamente por um escrivão que tudo apontava³²⁵. As contas eram depois examinadas pelo corregedor da comarca e registadas em livros próprios. Os “Livros de Receita e Despesa” são referidos na sessão de 29 de Julho de 1508, quando o novo tesoureiro pediu “... *os livros da recepta e despesa dos quatro annos atras mais chegados* ...” com o objectivo de verificar as dívidas ainda existentes e as fazer executar, como lhe pediam os oficiais³²⁶. Estes livros respeitavam a um ano, que se iniciava a 24 de Junho, e serviam para registar os bens próprios do concelho, constantemente actualizados, ano após ano³²⁷.

Até ao ano de 1474-75 era o procurador da cidade quem recebia o dinheiro e efectuava as despesas. Em 1475 surge já um tesoureiro, actuando juntamente com o procurador da cidade³²⁸.

O apuramento do saldo final era efectuado pelos vereadores do ano que começava, na presença das pessoas directamente envolvidas nas contas do Concelho e dos oficiais do ano anterior³²⁹.

³²⁴ GONÇALVES, Iria – *As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV*, Porto, A.H.M.P., 1987, p. 18.

³²⁵ GONÇALVES, Iria – *Despesas da Câmara Municipal de Loulé em meados do século XV*, in ob. cit., p. 191.

³²⁶ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 13.

³²⁷ GONÇALVES, Iria – *As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV*, Porto, A.H.M.P., 1987, p. 9-10.

³²⁸ GONÇALVES, Iria – ob. cit., p. 12.

³²⁹ GONÇALVES, Iria – ob. cit., p. 13.

Alguns estudos tornam evidente que o concelho dispunha de receitas pouco desafogadas para a maioria das despesas a realizar. Por isso, muitas vezes a Câmara recorria à disponibilidade dos seus cidadãos honrados, que contribuíram diversas vezes para encargos municipais³³⁰.

1.1. A propriedade municipal

As propriedades concelhias eram maioritariamente aforadas a título hereditário, sofrendo os seus contratos uma considerável movimentação³³¹.

Para além dos foros relativos a casas, a Câmara beneficiava também de outras rendas, provenientes do aluguer de estruturas pertencentes à cidade, como bancas de venda, aloques ou moinhos, bem como da utilização de espaços públicos, como na construção de sacadas ou alpendres.

1.1.1. As habitações

Uma das mais importantes fontes de receita da Câmara eram os foros da propriedade concelhia, que se estendia por quase todo o espaço urbano, incluindo Miragaia, Vila Nova e Gaia³³², nomeadamente as habitações.

Os numerosos contratos estabelecidos podiam ser por vidas ou perpétuos e hereditários³³³. Os aforamentos correspondem, na generalidade, a casas ou terrenos para construção, chãos e rossios, acompanhados da sua localização no espaço urbano. No entanto, a descrição das habitações não surge como elemento importante nos documentos estudados, limitando-se normalmente o escrivão a assinalar “... *huuas cassas* ...”.

Em relação aos foros, Iria Gonçalves admite que, no final do século XV, apenas alguns ultrapassavam os 400 reais, sendo a grande maioria bastante abaixo deste

³³⁰ SOUSA, Armindo de – *Tempos Medievais*, p. 236.

³³¹ GONÇALVES, Iria – *As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV*, Porto, A.H.M.P., 1987., p. 20.

³³² MACHADO, Maria de Fátima Pereira– *O Porto de D. Manuel a D. João III (...)*, p. 102.

³³³ MACHADO, Maria de Fátima Pereira- ob. cit., p. 102.

valor³³⁴. Os valores apresentados no quadro anterior, relativos aos foros e ao domínio, revelam que não se verificou um aumento significativo. Os foros oscilam entre os 200 reais e os 600 reais, referindo-se em todos os casos a mais que uma casa.

Foros de casas

Objecto	Localização	Foreiro	Período	Observações	Fonte
Casas	Rua dos Besteiros	Gil Lourenço			A.H.M.P., <i>Vereações</i> , Lv. 9, fl. 12v.
Casas	Praça junto ao Rio da Vila	Diogo de Bustamante	Três vidas	“Estam pera se virem a terra e parte dellas queimadas”	<i>Idem</i> , fl.20, 33-34 v.
Casas	Junto da Porta do Olival e que partem de uma parte com James de Aragão e da outra com casas de Gonçalo Rodrigues e por trás com um enxido que foi de Lopo Luís e por diante com a rua que vai para a Porta do Olival	Martim Fernandez <i>escudeiro</i>		Pretende vendê-las	<i>Idem</i> , fl . 22, 22 v.
Casas	Rua das Taipas	Diogo de Messas		Tem de pagar 1000 reais de domínio para as vender	<i>Idem</i> , fl. 37 v.
Pedaco de casa	Praça	João Gonçalves, alfaiate		Tem que mostrar testemunho da posse ou abandoná-lo	<i>Idem</i> , fl.55v.,58
Casas		Mafalda Afonso		200 reais	<i>Idem</i> , fl.112v.
Casas	Junto da Ponte de S. Domingos sobre as tendas	Luís Eanes		Deve apresentar carta de venda sob pena de 40 cruzados	<i>Idem</i> , fl .99
Casas	Rua do Cimo de Vila	Gonçalo Alvares <i>clerigo</i>	Três vidas	400 reais	<i>Idem</i> ,fl. 230v., 231
Casas	Rua do Souto	João Eanes, tanociro		Tem de pagar 600 reais de domínio para as vender	<i>Idem</i> , fl 47
Casas	Rua de S. Miguel	Soeiro Gomes <i>cristão-novo</i>			<i>Idem</i> , fl .247v.

³³⁴ GONÇALVES, Iria – *As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV*, Porto, A.H.M.P., 1987, p. 30.

Logo no início do ano camarário de 1508, a 29 de Julho, surge um pedido de Gil Lourenço, procurador pelo corregedor, para comprar uma casa na Rua dos Besteiros. A Câmara acede ao pedido, alegando serviços prestados à cidade pelo indivíduo referido³³⁵.

Também era necessária autorização da Câmara para efectuar a venda de qualquer casa que se encontrasse no âmbito urbano. Assim procede o escudeiro Martim Fernandes, em 2 de Setembro do mesmo ano, que pretendia vender umas casas junto da Porta do Olival. A Câmara autoriza a venda uma vez que não está interessada na sua aquisição, estabelecendo que as não vendesse a “... *peessoas de condiçam* ...”³³⁶.

Em 21 de Outubro, Diogo de Mesas é autorizado a vender umas casas que possuía na Rua das Taipas com a condição de pagar à cidade 1 000 reais pelo domínio³³⁷, uma vez que eram propriedade da Câmara³³⁸.

Também o tanoeiro João Anes necessita de pagar 600 reais de domínio para vender casas na Rua do Souto, como é referido em acta do dia 7 de Março de 1509³³⁹.

Por sua vez, em sessão de 17 de Julho de 1510, o cristão-novo Soeiro Gomes também pede autorização para vender umas casas foreiras da Câmara que se situam na Rua de S. Miguel³⁴⁰, não havendo registo da decisão camarária.

Sendo uma importante fonte de receitas, a posse de propriedades urbanas era alvo de uma atenção apurada, nomeadamente por parte do procurador da cidade, também responsável pela correcta arrecadação das receitas da cidade.

Esta atenção é visível na queixa feita na Câmara pelo referido procurador em relação a Luís Anes, na sessão de 7 de Outubro de 1508. Luís Anes, segundo o procurador, vendera casas da cidade junto da ponte de S. Domingos sem o fazer saber à Vereação. Desde logo Luís Anes afirma que a autorização havia sido dada pela própria Câmara, mediante o pagamento de 10 000 reais. Para aclarar qualquer dúvida os oficiais obrigaram o referido indivíduo a apresentar a carta de venda na sessão seguinte, sob o risco de pagar 40 cruzados se assim não fizesse³⁴¹.

De acordo com as queixas do procurador registadas na acta do dia 20 de Junho de 1509, o alfaiate João Gonçalves possuía “... *um pedaço de casa* ...” na Praça e não

³³⁵ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 12v.

³³⁶ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 22.

³³⁷ O domínio onerava as mudanças de propriedade.

³³⁸ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 37v., 38.

³³⁹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 47.

³⁴⁰ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 247v.

³⁴¹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 99.

pagava nada pela dita posse, sendo acordado que deveria apresentar na primeira câmara testemunho da posse³⁴².

O problema parece continuar até 4 de Julho, afirmando o procurador na reunião desse dia que o referido alfaiate ainda não apresentara qualquer testemunho. Os oficiais decidiram então lançar em pregão a posse da casa, resolvendo definitivamente o assunto³⁴³.

O esquecimento em relação aos pagamentos a efectuar parece não ser isolado, obrigando a Câmara a uma atenção contínua. Em 4 de Dezembro de 1510, o procurador faz saber que também Bustamante não pagara as rendas de suas casas no S. Miguel, pedindo ao tesoureiro da cidade que as arrecade. A Câmara incumbe oficialmente o tesoureiro da referida missão, impondo como pena “... *pagar de sua própria casa* ...” se Bustamante não respeitar a sua obrigação³⁴⁴.

Tal como era utilizado para anunciar as mais importantes decisões camarárias, o pregão servia para anunciar as casas que estavam disponíveis para venda. Os pregoeiros, depois de percorrerem a cidade, tinham que “... *dar fé* ...” em Câmara, ou seja, afirmar perante os oficiais que havia efectivado o pregão. Gonçalo Afonso, pregoeiro da Câmara, deu fé na sessão de 20 de Setembro de 1508 que deitara pregão pela cidade a 22 de Agosto, anunciando que todos os que possuíssem casas para vender colocassem um pregão afixado na respectiva porta³⁴⁵.

Os aforamentos de casas incluíam quase sempre a obrigação dos moradores assegurarem a sua manutenção. Os materiais de construção como a madeira ou a palha não contribuíam para uma conservação duradoura da habitação³⁴⁶, pelo que deveria tornar-se oneroso para certos indivíduos respeitar tal obrigação. Deverá ser o caso em relação a Mafalda Afonso, mulher de João de Lamego, que em sessão de 17 de Agosto de 1510 apresentou um prazo de umas casas e pediu licença para as vender. A Câmara autorizou, afirmando que as casas estavam danificadas, mediante o pagamento de 200 reais de domínio³⁴⁷.

Em 1508 a Câmara encontrava-se em litígio com Diogo de Bustamante devido ao mau estado em que as casas da Câmara que este possuía se encontravam. O caso pendia

³⁴² A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 55v.

³⁴³ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 58.

³⁴⁴ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 133.

³⁴⁵ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 70v.

³⁴⁶ CONDE, Manuel Sílvia Alves – *Horizontes do Portugal Medieval. Estudos Históricos*, Cascais, 1999, p. 295.

³⁴⁷ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 112v.

na “... *casa do civell* ...” porque estas propriedades, que se localizavam junto da Porta acima do Rio da Vila, encontravam-se parcialmente queimadas e prestes a ruir. Como caseiro da cidade, Diogo de Bustamante era obrigado a proceder à reparação das casas, bem como da torre que se incluía nas mesmas. O caseiro recusou-se a efectuar as medidas camarárias se não lhe concedessem um novo prazo sobre as casas, situação a que os oficiais acederam. De facto, na mesma reunião estabeleceram o novo contrato, por três vidas, sendo ele e sua mulher uma vida. O último elemento do casal deveria indicar as duas vidas seguintes.

Com o contrato estabelecido a Câmara voltou a indicar ao caseiro, agora mais satisfeito, as suas obrigações quanto às reparações a efectuar nas casas, sob pena de pagar o dobro pelas casas ou mesmo de as perder definitivamente. A cidade, contudo, não o obrigava a reparar as casas queimadas, cabendo-lhe esta decisão³⁴⁸.

O empraçamento de umas casas na Rua de Cimo de Vila ao clérigo Gonçalo Alvares, feito por três vidas e 400 reais anuais, incluía também a obrigação da sua reparação. O próprio pregoeiro afirmava que não encontrara mais pessoas interessadas nas ditas casas, facto que indicia o seu mau estado de conservação³⁴⁹.

A exiguidade do espaço nas casas medievais impelia os moradores a fazerem modificações no sentido de o alargarem, se não em altura, então para a frente. Nestes casos, o avanço fazia-se sobre a via pública, sob a forma de sacadas ou alpendres, colocando algumas dificuldades em relação ao trânsito e mesmo a entrada do sol e arejamento das ruas³⁵⁰.

Assim se entende o pedido feito na sessão de 14 de Junho de 1511 por Fernão Gonçalves, que pretendia alargar a serventia de sua casa. A Câmara decide que a sacada e a serventia da dita casa devem ser aforados para todo o sempre, através do pagamento de 20 cruzados anuais³⁵¹.

O mesmo sucede quanto à sacada que unia a casa de João de Barros e sua mulher à muralha da cidade, aforada por tempo enfitêutico por 10 reais anuais, acrescidos de 15 reais.³⁵²

³⁴⁸ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. fl. 34 – 34v.

³⁴⁹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. fl. 230v., 231.

³⁵⁰ GONÇALVES, Iria – *As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV*, Porto, A.H.M.P., 1987, p. 40.

³⁵¹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 221.

1.1.2.Os terrenos

O espaço intra - muros possuía, no início do século XVI, vários sectores ainda não urbanizados pertencentes à câmara.

Estes espaços, conhecidos por “rossios” ou “chãos”, eram muitas vezes aforados para futura construção, cabendo ao foreiro todos os investimentos neste sentido.

Foros de terrenos

Objecto	Localização	Foreiro	Período	Observações	Fonte
Campo Chão	De trás da Rua Chã, junto dos paços de João Rodrigues de Sá, da parte Norte	Gonçalo Alvarez <i>clérigo (em nome de sua mãe)</i>		Pretendia demitir-se da sua posse	A.H.M.P., Vereações, Lv. 9, fl. 36
Lugar	“alem da Gafaria”	Diogo de Azevedo			<i>Idem</i> , fl.115, 115v.
Pedaço de chão e fraga	Pelames	Diogo Vasques e Luis Fernandes	Fatiosim		<i>Idem</i> , fl.219, 220v.
Rossio	Sobre o rio da Vila ao chafariz da Ponte de S. Domingos, junto das casas de Jusarte Lobo			Propriedade da cidade	<i>Idem</i> , fl.9v-10
Um rossio e um chão	“Acerqua do muro da parte de dentro da dita cidade que esta ao postigo de junto da rua de samiguel”			Foram dados a Fernão Brandão para construir casas	<i>Idem</i> , fl.106

Em 1508, a 11 de Outubro, a Câmara retoma a posse de um campo que se situava junto dos paços de João Rodrigues de Sá. O clérigo Gonçalo Alvares, escrivão do vigário da cidade, representando sua mãe, “demituiu-se” da sua posse, pelo que a Câmara se preparou para o aforar novamente “... *a quem mais der* ...”³⁵³.

Em 9 de Abril de 1511 a Câmara emprazou por “... *tempo fatiosim* ...” um pedaço de chão e fraga situado acima dos Pelames ao mercador Diogo Vasques e ao sapateiro Luís Fernandes³⁵⁴, autorizando os mesmos a “... *fazer no dito chaaos casa ou quallquer bemfeitoria que lhes aprouver* ...”, fixando como pagamento 10 cruzados no dia de S. Miguel de Setembro.

³⁵² A.H.M.P., Vereações, Lv. 9, fl. 226, 226v.

³⁵³ A.H.M.P., Vereações, Lv. 9, fl. 36.

³⁵⁴ A.H.M.P., Vereações, Lv. 9, fl.219.

Um conflito com Fernão Brandão sobre a cobrança de uma portagem em Avintes deu azo a uma das mais interessantes descrições relativas à localização de um rossio na cidade.

Fernão Brandão apenas aceitava abandonar a portagem que efectuava indevidamente se a Câmara lhe concedesse um rossio para futuras construções. Os oficiais cederam e, na reunião do dia 3 de Agosto de 1510, concordaram em conceder o terreno. Durante a tarde do mesmo dia um conjunto de personalidades que incluía os vereadores, o procurador da cidade, o escrivão da Câmara, Fernão Brandão e outros intervenientes no processo deslocaram-se ao dito rossio. Este encostava à muralha da cidade, junto do postigo mais próximo da Rua de S. Miguel e foi marcado da seguinte maneira: “... *primeiramente loguo junto do dito pustygo da parte de fundo junto da escada do muro aos b primeiros degraaos honde se poos huua X [cruz] e fica a escada bem [ilegível] de sua serventia da dita cruz a cordell ao lomgo da serventia do dicto postigoo a cassa de Martim Ferreira que som estallagens e sam da dicta cidade ate acerqua do caminho e calçada que vem da porta do Olival e vay pera Belmonte se pos outra cruz em huum penedo e de suas traves pera baixo quanto ho vendaval vay emtestar em a parede do emxido que traz mestre Francisco que he da cidade e bem asy huum pouco abaixo desa parede do dicto emxido do dicto mestre Francisco vay emtestar no muro há cyma da escadinha que vay pera o dicto muro de maneira que a serventia do dicto muro fica livre pera se poder bem por ella servir ...*”³⁵⁵.

Para além da concessão deste terreno, a Câmara permitia a Fernão Brandão abrir uma porta na parede de baixo, contra o postigo da cordoaria.

Obviamente, era proibido proceder a qualquer construção em terrenos camarários, sem autorização dos oficiais. Em 26 de Julho de 1508 o procurador, mais uma vez, informa a Câmara da construção de uma parede num rossio da cidade junto ao rio da Vila e ao chafariz da ponte de S. Domingos, junto das casas de Jusarte Lobo. Segundo o procurador, esta parede prejudicava o rio e chafariz referidos, e não possuía a licença necessária, requerendo aos oficiais que fossem inspeccionar a obra e a embargassem. Os oficiais ordenaram que no próprio dia se realizasse essa inspecção, verificando que a parede estava ilegal e ordenando o seu derrube³⁵⁶.

³⁵⁵ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 107.

³⁵⁶ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 9v. – 10.

1.1.3.Os lugares

Como já foi referido, a Câmara necessitava de autorizar a venda de qualquer terreno. O cidadão Diogo de Azevedo, a quem afligiam algumas dívidas, pediu autorização para vender um lugar que possuía “alem da gafaria”. A licença foi concedida com a condição de não vender a “... *pessoas vedadas no privilegio da cidade* ...”³⁵⁷, numa clara alusão aos poderosos, dizendo Diogo de Azevedo que “... *bem ho sabia e que seria pessoa per que a cidade ouvesse seu foro e hoberdiencia* ...”. O mesmo cidadão pediu logo “... *huua fe* ...” desta licença passada pelo escrivão da Câmara.

1.1.4.Os buracos ou aloques

Directamente relacionados com o tratamento dos couros encontramos os buracos ou aloques que se situavam nos Pelames, onde se concentrava esta actividade, e cuja utilização ficava muito barata.

Foros de “buracos” ou aloques

Objecto	Localização	Foreiro	Período	Foro	Fonte
Buraco de pelame	Pelames	Tristão Gonçalves, <i>sapateiro</i>	Fatiosim		A.H.M.P., <i>Vereações</i> , Lv. 9, fl.219, 220v.
Um buraco e um lugar	Pelames	João Afonso, <i>sapateiro</i>		10 reais	<i>Idem</i> , fl.219, 220v.
Um buraco na fraga	Cimo dos Pelames	Tristão Gonçalves, <i>sapateiro</i>		23 reais	<i>Idem</i> , fl.227.
Dois buracos	Pelames	Tristão Gonçalves, <i>sapateiro</i>			<i>Idem</i> , fl.247

Os sapateiros são os mais interessados na sua aquisição, tal como o sapateiro Tristão Gonçalves que , a 9 de Abril de 1511 recebe por tempo enfitêutico um buraco de pelame. Também o sapateiro João Afonso recebe, na mesma reunião, um buraco e lugar por 10 reais³⁵⁸, que deveria pagar no dia de S. Miguel de Setembro. Tristão Gonçalves

³⁵⁷ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl.115.

³⁵⁸ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 220v

parece querer expandir a sua actividade, porque a 25 de Abril se lança na aquisição de mais dois buracos que a Câmara lhe arremataria se, após lançar pregão, mais ninguém os quisesse³⁵⁹. No dia seguinte, 26 de Abril, receberá outro buraco “... *na fraga no cimo dos Pelames* ...”, também “... *por tempo fatiosim pera sempre* ...”, por 23 reais anuais³⁶⁰.

1.1.5.Os moinhos

A Câmara possuía no espaço urbano moinhos, necessários ao fabrico do pão. As actas referem-se apenas a dois moinhos que se encontravam no Rio da Vila, e pelos quais o criado e moleiro Luís Eanes não pagava a pensão devida à Câmara. O procurador da cidade, expondo a situação na reunião de 13 de Novembro de 1510, mandou chamar o moleiro que, após confessar que não pagava os 100 reais anuais há cinco anos, foi citado para comparecer na Câmara juntamente com sua mulher por ordem dos oficiais, correndo o risco de perder os moinhos³⁶¹ “... *per incomisso* ...”, ou seja, por não cumprir o estabelecido.

Iria Gonçalves refere que deveriam ser poucas as pessoas interessadas em laborar nestes moinhos, com as águas poluídas do Rio da Vila, vazadouro das sujidades urbanas e das diferentes actividades artesanais, principalmente ligadas ao tratamento de peles, justificando assim o módico valor a pagar pelo foreiro³⁶².

1.2. As sisas

A necessidade de uma colecta eficaz das receitas levava a Câmara a delegar em certos indivíduos essa tarefa, arrendando impostos importantes como as sisas a pessoas que se encarregariam da sua execução. Essa prática era válida tanto para a cidade como para o termo.

O imposto incidia fundamentalmente nas mercadorias que entravam na cidade ou atravessavam o Rio Douro. O ramo das sisas dividia-se, até 1586, entre as “entradas e

³⁵⁹ A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 247

³⁶⁰ A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 227.

³⁶¹ A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 9, Fl.127

³⁶² GONÇALVES, Iria – *As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV*, Porto, A.H.M.P., 1987, p. 37.

correntes de terra” e em “entradas do mar”, chamando-se às primeiras também correntes da terra do ramo do ver ou “a ver” do peso³⁶³. No século XV as sisas incidiam sobre todas as mercadorias, com excepção do ouro, prata, pão cozido, cavalos e armas, sendo metade paga pelo comprador e a outra pelo vendedor da mercadoria³⁶⁴.

A Câmara preocupava-se em não permitir qualquer fuga ao seu pagamento. Contudo, esta fuga verificava-se, tal como assinala João Pais, juiz das sisas, na reunião de 21 de Janeiro de 1512³⁶⁵, afirmando que as barcas que atravessavam o Douro, transportando azeite, mel e outras mercadorias, não pagavam os respectivos direitos. Esta situação verificava-se porque os barqueiros não utilizavam a passagem de Vila Nova preferindo a de Santa Clara, evitando o surto de peste que grassara na cidade e também as obrigações estipuladas. A decisão da Câmara foi imediata, obrigando os barqueiros a atravessarem o rio em Vila Nova, sob pena do pagamento de 1000 reais se o não fizessem³⁶⁶, afirmando que a cidade já era “...saam e sem nehuum impedimento...”.

Outros produtos eram abrangidos por este imposto, tal como os panos que passavam pela alfândega. Em 5 de Fevereiro de 1512 a Câmara aceita como recebedor da respectiva sisa Francisco Fernandes, que deveria também servir o ofício de escrivão do aver do peso³⁶⁷. Francisco Fernandes, genro do Arcediago da Sé do Porto fora recomendado pelo contador e tesoureiro Vicente Pessoa, cavaleiro da Casa Real, que possuía uma carta de João de Valadares, anterior detentor dos cargos e a quem o rei permitira nomear o seu sucessor.

Aos rendeiros eram impostas determinadas condições, nomeadamente a exigência de um fiador, devendo suportar as despesas e encargos necessários para a arrecadação dos direitos. Por vezes, os rendeiros excediam as suas competências oprimindo a população com os seus abusos. Esta situação foi apresentada em sessão de 19 de Julho de 1508, na qual o procurador de Penafiel se queixa das “opressões” feitas pelos rendeiros das sisas da referida região³⁶⁸. Apenas na sessão de 26 de Julho os oficiais

³⁶³ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e seu termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder (...)*, p. 866.

³⁶⁴ SILVA, Francisco Ribeiro da – ob. cit., p. 851.

³⁶⁵ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 185v.

³⁶⁶ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 185v., 186.

³⁶⁷ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 198.

³⁶⁸ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 8v.

decidem escrever uma carta ao rei sobre tais agravos³⁶⁹, denotando alguma indecisão sobre o assunto.

O monarca procurava contribuir para a relativa autonomia financeira dos Concelhos. É neste sentido que Gomes Pais, na sessão de 14 de Julho de 1509, apresenta na Câmara a decisão régia de dar as sisas aos concelhos por cinco anos a partir de Janeiro seguinte, não deixando de lembrar que as sisas da Comarca ficavam ao seu cargo por ordem régia³⁷⁰. Gomes Pais notificou também os oficiais para reunirem a Câmara e decidirem se aceitavam as sisas num prazo de oito dias. O assunto era tão importante que se mandaram lançar pregões por toda a cidade para a dita reunião, a qual se realizou no dia 4 de Agosto³⁷¹. Na reunião, bastante concorrida³⁷², decidiu-se por “vozes” que a cidade deveria aceitar tomar as sisas do pão, das carnes e do aver do peso, não sem antes “... *lançar pregam per a dicta cidade e ruas e praças dellas que todo cidadaaao e outras pessoas de quallquer calidade e povo della fosse oje juntos em camara pera ser perguntados se queriam tomar alguuas remdas ...*”³⁷³, uma vez que as queixas sobre as opressões dos rendeiros eram frequentes.

Apenas na sessão de 15 de Dezembro, também convocada por pregão, foram eleitos os indivíduos que tomariam em suas mãos a arrecadação das sisas. As numerosas pessoas presentes, incluindo seis elementos dos mesteres da cidade, foram perguntados a “vozes secretas”, elegendo os cidadãos João Pais, Álvaro Dinis, João Afonso Moreira, João Pereira como escrivão e João de Paiva. Foram também eleitos elementos dos mesteres, nomeadamente Bastiam Martins como recebedor e Fernão d’Alvares³⁷⁴.

Por vezes, as competências dos rendeiros das sisas confundiam-se devido, essencialmente, à cobiça dos indivíduos e aos frequentes abusos de poder. O próprio escrivão das sisas, Diogo Fernandes, eleito pela Câmara, se queixava na reunião de 7 de Dezembro de 1510 que o impediam de exercer o seu ofício, nomeadamente de despachar os navios e mercadorias da tabela da sisa do aver do peso. A queixa dirigia-se ao contador Diogo Brandão, que lhe impusera tais restrições e uma pena de 50 cruzados se as não acatasse. Os oficiais da vereação tranquilizaram o referido escrivão, lembrando que fora por eles eleito e que apenas a Câmara lhe poderia indicar as suas

³⁶⁹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 10v.

³⁷⁰ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 62v.

³⁷¹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 67.

³⁷² A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 67, 67v. Na reunião estavam presentes 6 oficiais da Câmara e 45 indivíduos, entre cidadãos e membros dos mesteres.

³⁷³ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 68.

³⁷⁴ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 135.

competências. Não deixaram, contudo, de impor uma pena de 50 cruzados no caso de Diogo Fernandes não cumprir o seu dever perante a cidade³⁷⁵, mandando “... *que servise o dicto hoficio e que a cidade o tiraria da dicta pena a paz e salvo ...*”.

O problema entre o escrivão das sisas do concelho e o contador continuou na sessão de 12 de Dezembro, apresentando Diogo Fernandes aos oficiais da Câmara os autos pelos quais o contador o condenava à pena atrás referida. Desta vez, os oficiais recomendaram ao escrivão que fizesse um requerimento ao contador, pagando a cidade qualquer despesa, afirmando ainda que não queriam tomar qualquer partido na contenda³⁷⁶.

As sisas, incidindo sobre os produtos que entravam na cidade, eram uma importante fonte de receitas para a edilidade, pelo que a preocupação em relação à actividade dos seus rendeiros é bem visível nas actas de vereação. Na sessão de 7 de Junho de 1511, os oficiais relembram aos rendeiros que devem ser diligentes na sua função, aconselhando o lançamento de um pregão sobre o atraso no pagamento do referido imposto³⁷⁷, sempre que necessário. Esta preocupação deve-se ao facto de na cidade grassar um surto de peste, obrigando a população a fugir para outras paragens, dificultando o arrecadar das sisas.

O problema seria também colocado na reunião de 21 de Junho, mas desta vez porque os próprios recebedores das sisas pretendiam sair da cidade, obrigando os oficiais a elegerem outras pessoas³⁷⁸. Foi eleito, na reunião de 12 de Julho, Fernão da Mota. Este ficaria na cidade como recebedor das sisas mas também como juiz, uma vez que os juizes e os vereadores acabariam por igualmente sair da cidade.

1.3. As portagens

A importância comercial da cidade e a sua condição de ponto de confluência de vias de comunicação, implicava uma atenção especial em relação à passagem de pessoas e mercadorias na área do termo. Esta preocupação era necessária principalmente em relação ao Rio Douro, onde os barqueiros se encarregavam da comunicação entre as margens.

³⁷⁵ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 133v.

³⁷⁶ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 134.

³⁷⁷ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 166v.

Como em todos os aspectos que implicavam algum lucro, também na arrecadação das portagens pela passagem de pessoas e mercadorias no Douro se verificavam atropelos à autoridade camarária e ilegalidades várias.

Fernão Brandão, por exemplo, cobrava uma portagem em Avintes no ano de 1508. Tal facto só foi conhecido dos oficiais camarários porque o procurador o apresentou na sessão de 29 de Julho³⁷⁹. A ilegalidade afectava os cofres da cidade, pelo que os oficiais da cidade decidiram proibir tal actividade e ameaçar Fernão Brandão de prisão.

Apesar desta ameaça o confronto com a Câmara continuou uma vez que a 24 de Julho de 1510 o ouvidor Lopo Rebelo ainda referia a mesma prática por parte de Fernão Brandão. A Câmara apelou para que abandonasse a portagem, dizendo Fernão Brandão que o faria se a Câmara lhe concedesse um rossio para construir casas³⁸⁰. Logo a 3 de Agosto os oficiais apresentaram um rossio junto da muralha e perto do postigo da Rua de S. Miguel³⁸¹, nomeando dois indivíduos, Afonso Tomé e Lopo Rebelo, para resolverem definitivamente o assunto com Fernão Brandão.

Para além de Avintes, a passagem de Entre – os - Rios era também utilizada. Mais uma vez, o procurador acusou um indivíduo, o portageiro João Fernandes, de receber uma portagem que não era sua, incorrendo também numa multa de 20 cruzados, punido com base em testemunhos que deveriam ser apresentados em Câmara para clarificar a situação.³⁸²

Em 1510, a Câmara procurou saber as condições em que a portagem era arrecadada em Vila Nova. As dúvidas centravam-se em Catarina Vasques, mulher do portageiro Heitor Fernandes. Encontrando-se presente na reunião de 9 de Novembro, os oficiais intimaram a portageira a apresentar os documentos que lhe permitiam arrecadar a referida portagem, respondendo esta que não estava na posse do documento mas que o havia já pedido a Álvaro Eanes Cernache, detentor dos direitos e portagens de Gaia e respectivas autorizações. Os oficiais não permitiram qualquer desculpa por parte de Catarina Vasques, proibindo-a de arrecadar qualquer portagem enquanto não apresentasse o “... *forall autentico* ...” que lhe atribuía tais funções, correndo o risco de ser presa e obrigada a pagar o dobro da portagem que levasse³⁸³. Parece que a portageira não obedeceu às exigências da Câmara, porque na reunião de 15 de Janeiro de 1511

³⁷⁸ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 169v.

³⁷⁹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 11v,12,12v,13

³⁸⁰ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 103-105

³⁸¹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl.106v,107

³⁸² A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl.31,31v,32,32v

surge novamente citada por continuar com a portagem e não apresentar a necessária licença. Desta vez, os oficiais estabelecem uma multa de 2 000 reais, ficando registado que Catarina Vasques, presente na reunião, afirmou que iria obedecer às determinações estabelecidas³⁸⁴.

O movimento de pessoas e bens deveria ser importante, uma vez que os próprios poderosos procuravam arrecadar portagens pela travessia do Rio Douro. Segundo as informações contidas na acta de 21 de Março de 1509, a abadessa de Santa Clara arrecadava portagem em Entre- os - Rios, apresentando o juiz uma carta régia proibindo tal prática. Devemos depreender que a Câmara enviou os seus procuradores à Corte para, entre outros, procurar resolver este problema. A pena para a abadessa era de 10 cruzados para a cidade e cativos, se não acatasse a decisão.³⁸⁵

Os abusos eram constantes, implicando o próprio João Rodrigues de Sá, alcaide – mor da cidade. Fernão de Sousa, criado do alcaide, foi acusado em 6 de Junho de 1509 de levar portagem em Matosinhos, para onde grande parte da população fugira por grassar um surto de peste na cidade. O criado afirmou aos oficiais que a autorização para levar 27 reais de cada casa fora dada pelo alcaide. O procedimento dos oficiais foi comum a outros casos, obrigando Fernão de Sousa a mostrar um testemunho ou tombo do que afirmava e a devolver um penhor que já tinha de um morador, pagando 20 cruzados se o não fizesse.³⁸⁶

1.4. As rendas de direitos municipais

As rendas dos direitos que cabiam à Câmara eram, como se demonstra no presente capítulo, de índole diversa. As mais importantes eram relacionavam-se com a entrada ou medição de mercadorias provenientes do exterior³⁸⁷, destacando-se a entrada dos vinhos e a medição do azeite.

A cidade nomeava “contadores”³⁸⁸ que deveriam tomar as contas e providenciar a sua execução no prazo estipulado. Poderiam também obrigar quem tivesse contas em

³⁸³ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 125v.

³⁸⁴ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 137v.

³⁸⁵ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 49,49v

³⁸⁶ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 54,54v,55

³⁸⁷ GONÇALVES, Iria – *As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV*, Porto, A.H.M.P., 1987, p. 42.

³⁸⁸ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 21

atraso ao seu pagamento. Assim aconteceu a Diogo Ferraz que, em 12 de Dezembro de 1510 apresentou aos oficiais da cidade alguns autos que o contador tinha em litígio com ele³⁸⁹. A Câmara aconselhou que Diogo Ferraz enviasse um requerimento ao contador para resolver o problema, sendo as despesas pagas pela cidade.

As rendas que existissem para arrecadar eram delegadas a indivíduos que oferecessem uma garantia razoável. Os pregoeiros da cidade procediam, sempre que necessário, ao pregão das rendas, procurando informar os interessados e dando fé em Câmara de que o tinham feito³⁹⁰. O valor dos arrendamentos dependia certamente das pessoas presentes ao acto de arrematação e da concorrência que se fazia sentir entre os interessados.

A referida recolha apresentava vários problemas. O atraso no processo de arrecadação parece ser frequente, justificando as recomendações aos funcionários e a ordem do próprio corregedor para que as contas sejam apresentadas. Na sessão de 26 de Agosto de 1508, o corregedor ordenou que os oficiais que cessaram funções apresentassem as contas nas suas casas, uma vez que ainda faltavam tomar várias contas, para as quais a Câmara prontamente elegeu dois cidadãos³⁹¹.

Um dos impostos que a Câmara recebia, como já foi referido, era a dízima cobrada pela entrada na cidade dos vinhos que vinham por mar. Em 1511, na reunião de 10 de Maio, o procurador avisou os oficiais que na corte discutiam sobre a posse deste imposto por parte da cidade, podendo a Câmara perder a sua posse. Os que se encontravam na reunião camarária decidiram logo enviar uma carta ao rei sobre o assunto, pela qual a cidade deveria requerer justiça no caso presente e, portanto, manter a cobrança da referida dízima³⁹². Estipularam também que o enviado à corte deveria receber dois cruzados para as despesas.

1.5.As coimas

Para os cofres da cidade contribuíam também as multas que abrangiam vários aspectos do quotidiano da cidade, principalmente os económicos, correspondendo a infracções às posturas estabelecidas pelo concelho. Os oficiais da Câmara

³⁸⁹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 134

³⁹⁰ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 211

³⁹¹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 20

preocupavam-se sobretudo com o desrespeito para com os preços dos produtos alimentares, bem como as irregularidades verificadas na utilização de pesos e medidas³⁹³.

Os almotacés tinham como função aplicar as multas sobre as irregularidades da vida económica³⁹⁴, elaborando uma lista das coimas recebidas. A sua acção fazia-se sentir apenas no espaço urbano, enquanto no termo esta fiscalização era competência dos ouvidores nos diferentes julgados.

As coimas eram também delegadas a rendeiros que deveriam prover à sua execução no prazo determinado. Afonso Gonçalves, rendeiro das coimas em 1511, queixou-se que algumas pessoas lhe deviam as coimas e haviam saído da cidade por causa do surto de peste que grassava na cidade³⁹⁵, justificando deste modo um possível atraso na sua apresentação.

Quando se verificavam os referidos atrasos, a Câmara ordenava a realização de um pregão pela cidade, avisando as pessoas que deveriam pagar as coimas que tinham em atraso³⁹⁶.

Os abusos por parte dos responsáveis por esta arrecadação também deveriam ser controlados pela Câmara. É neste sentido que, em 1509, na reunião de 7 de Março, foram citados o ouvidor da Maia em 1508, João Afonso da Vila, bem como o tesoureiro da cidade nesse ano, João Rodrigues. Estes antigos oficiais foram obrigados a darem explicações sobre uma pena 5 reais imposta a Bartolomeu Remda, sendo-lhes concedido um período de quinze dias para apresentarem a sua justificação³⁹⁷.

Em 1510 colocou-se um problema mais grave no jugado de Refojos. Alguns moradores dirigiram-se à cidade e participaram, juntamente com o ouvidor do jugado para o ano referido e o ouvidor do ano anterior, na reunião do dia 25 de Setembro. Perante os oficiais, queixaram-se das penas e coimas impostas pelos danos causados pelo gado que possuíam, obrigando a Câmara a estabelecer claramente o montante das mesmas penas, por forma a evitar os abusos e as injustiças. Deste modo, os oficiais estabeleceram na própria reunião que os estragos provocados por bois ou bestas fossem punidos com 10 reais de multa. Se fossem provocados por cabras a multa deveria

³⁹² A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 161v.

³⁹³ GONÇALVES, Iria – *As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV*, Porto, A.H.M.P., 1987, p. 46.

³⁹⁴ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 54v

³⁹⁵ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 169v

³⁹⁶ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 238.

³⁹⁷ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 47.

resumir-se a 5 reais. Em qualquer dos casos, de acordo com o requerimento do procurador, os animais não deveriam ser abatidos³⁹⁸.

Multas, penas e coimas

Infractor	Motivo	Multa ou Pena	Fonte
João Pais	Se não lançar até oito dias os reais da finta para a reparação da muralha	40 cruzados	A.H.M.P., Vereações, Lv. 9, fl. 99v.
Carniceiros da cidade	Inchar gado miúdo	100 reais e perda do gado	Idem, fl. 5
Pescadores de Matosinhos	Tirar as postas das raias para as vender	6 reais	Idem, fl. 5 v.
Fernão Brandão	Arrecadar portagem em Avintes	Prisão	Idem, fl. 12
Regatães da madeira e tabuado	Comprar madeira e tabuado de Riba de Vizela e outras partes para revender	“certa pena”	Idem, fl. 29 v.
Regatães	Comprar madeira, tábuas, cal e outras coisas para revender		Idem, fl. 70
Regatães dos Termos	Comprar “meacooes de paam” para revender	“aquella pena que sobre tall casso merecesem”	Idem, fl. 29 v.
Joham Fernandez portageiro	Arrecadar portagem em Antrambollos Rios	20 cruzados	Idem, fl. 32 v.
Carniceiros	Estabelecer preço superior ao estipulado nas posturas	Penhora	Idem, fl. 46v
Abadessa de Santa Clara	cobrar portagem em Entre-os-Rios	10 cruzados	Idem, fl. 49v
Fernão de Sousa, criado de João Rodrigues de Sá	Cobrar portagem em Matosinhos aos que lá estavam por impedimento da cidade	20 cruzados	Idem, fl. 54v
Carniceiros da cidade		Degredo para Ceuta por um ano se não desse para a cidade 12 bois cada semana	Idem, fl. 63
Carniceiros	Talhar a enxerqua		Idem, fl. 63v.
Carniceiros	Cobrar mais de 11 ceitis o arrátel de boi fora dos locais determinados pela Câmara	Pena pecuniária e degredo por um ano para Ceuta	Idem, fl. 64
Azeiteiros	Se levarem mais de 24 reais a canada de azeite bom	500 reais para a cidade e cativos	Idem, fl. 66
Maria Eanes, a Moça	Carregar certa soma de arcos para um navio em Matosinhos	10 cruzados	Idem, fl. 99v.
Barqueiros que pescam sáveis em Arriba do Doiro	Venderem sáveis aos almocreves de fora	500 reais se não tiverem uma dúzia de sáveis para os da terra e caminhantes	Idem, fl. 48v.

³⁹⁸ A.H.M.P., Vereações, Lv. 9, fl. 116.

1.6.A tença régia

Os monarcas procuraram auxiliar, desde 1460, as finanças do Porto, nomeadamente através da concessão da tença régia por parte do poder central. Este dinheiro representava um importante auxílio às sempre debilitadas finanças municipais, representando na segunda metade do século XV, segundo Iria Gonçalves, cerca de 30 % da fazenda concelhia³⁹⁹.

Em 1511, a 10 de Maio, o procurador da cidade relembra em vereação que o enviado à Corte deveria requerer a carta de tença de 20 000 reais anuais⁴⁰⁰ que “... *a cidade em cada huum anno ha polla alfandega ...*”, não havendo mais informações sobre o assunto.

³⁹⁹ GONÇALVES, Iria – *As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV*, Porto, A.H.M.P., 1987, p. 51.

⁴⁰⁰ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 161v.

2. Despesas

Os oficiais enfrentavam a necessidade de efectuar várias despesas: o pagamento de funcionários concelhios e outros profissionais de interesse público, bem como despesas com a aplicação da justiça; a deslocação de procuradores da cidade à corte; a manutenção da muralha da cidade e outros equipamentos públicos da cidade, como chafarizes ou calçadas; as cerimónias públicas que a Câmara devia promover, destacando-se a procissão do “Corpus Christi”.

2.1.A muralha

A muralha que cercava o perímetro urbano do Porto implicava gastos com a sua manutenção. Também para este efeito se nomeavam vedores e recebedores das fintas, impostos utilizados para financiar as obras. A sua conservação podia implicar pequenos arranjos, a instalação de novas fechaduras ou simplesmente trabalhos de limpeza. Por vezes, eram necessárias obras de maior vulto, nomeadamente nas portas da cidade, por questões de segurança militar ou por motivo de peste.

Na reunião de 2 de Agosto de 1508 foi lida uma carta régia sobre a reparação da muralha da cidade⁴⁰¹. As determinações de D. Manuel incidiam na necessidade de efectuar a recolha de 30 000 reais para as obras a efectuar no troço da muralha localizado junto à Porta Nova. Para o efeito os oficiais deveriam eleger imediatamente um vedor e os recebedores da finta respectiva. Na mesma sessão a Câmara escolheu por vozes Nicolau Fernandes para o primeiro cargo. De seguida, os presentes escolheram, por vozes secretas, João Pais e João Sanches como responsáveis pela finta a lançar na cidade e seu termo⁴⁰². Mais uma vez se colocou o problema da acumulação de cargos, não sendo possível a João Sanches desempenhar esta função porque, como afirmou aos presentes, ocupava outro cargo. Na última eleição da reunião foi escolhido Vasco Carneiro, o Moço, para o substituir.

⁴⁰¹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 13v. – 15.

⁴⁰² A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 14v.

A finta foi lançada em 13 de Setembro, após serem perguntados “as vozes” todos os presentes sobre o processo mais adequado, decidindo a Câmara lançar duas fintas, uma na cidade e outra no termo, “... *pagando o rico como rico e o prove como prove* ...”.⁴⁰³

Em Outubro de 1508 o muro junto da Porta Nova ainda necessitava de ser reparado. Desta vez era o vedor da obra, Nicolau Fernandes, que estava de partida para Porto Carreiro, pelo que a Câmara foi obrigada a proceder a nova eleição, sendo escolhido para o cargo o próprio procurador da cidade, João Afonso Moreira.

De facto, o atraso nas obras era frequente. Em 21 de Março de 1509, parte dos direitos da finta estabelecida para a referida reparação ainda estava por arrecadar⁴⁰⁴. Em 2 de Junho do mesmo ano ainda se notificava o juiz do couto de Avintes do direito da finta que se pagaria, mostrando que este imposto era efectivamente aplicado na cidade e no seu termo, mas que também se tratava de um processo por vezes lento.

A Câmara procurava prevenir tais atrasos, aplicando penas pecuniárias, tal como procedeu com João Pais, cujo atraso na cobrança da finta em 1508 obrigou os oficiais a imporem uma multa de 40 cruzados se, em oito dias, não acabasse de lançar a finta.⁴⁰⁵ As actas seguintes não esclarecem se João Pais obedeceu ao prazo estabelecido ou se a pena lhe foi aplicada.

2.2.As ruas e calçadas

As ruas medievais, como é conhecido, não primavam pela limpeza ou pela qualidade. No século XV surge a prática do calcetamento, reservada inicialmente para as ruas “nobres”, normalmente conhecidas por “ruas novas” e outros espaços públicos, contribuindo para minorar os inconvenientes da insalubridade e sujidade das vias públicas. No século XVI a preocupação com os arruamentos difunde-se e são os próprios moradores a pedirem autorização para melhorarem a condição da sua rua.

Em 15 de Fevereiro de 1511 o armeiro Álvaro Gonçalves apresentou na Câmara um pedido dos moradores da Rua de Belmonte para a calcetarem. O armeiro, que aí possuía casas informou os oficiais que os moradores estavam dispostos a custear o calcetamento

⁴⁰³ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 25v.

⁴⁰⁴ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 49 v.

⁴⁰⁵ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 99v.

da rua, desde que a Câmara mandasse vir a pedra⁴⁰⁶. A Câmara decidiu mandar vir a pedra o mais depressa possível, decerto aproveitando a boa disposição dos moradores.

Para melhor gerir e controlar as obras públicas da cidade a Câmara nomeava os chamados vedores das obras públicas. O vereador Nuno Alvares e o escudeiro João Alvares foram nomeados a 7 de Maio de 1511 vedores do “corregimento” da calçada da Porta do Olival e da calçada da Ponte do Souto, devendo João Alvares “escrever partes”.⁴⁰⁷

Esta nomeação indica que no início do século XVI existiam várias ruas calcetadas, contribuindo a Câmara para um maior embelezamento e salubridade do espaço urbano. Mas também indicia a necessidade de constantes reparações, provocada pela incompetência dos seus construtores ou pela fraca qualidade dos materiais utilizados. A própria configuração da cidade, caracterizada por declives acentuados, implicava a deterioração das várias calçadas, sujeitas ainda ao atrito provocado pelo escoamento das águas das chuvas e pela passagem de pessoas, animais e veículos diversos⁴⁰⁸.

2.3. Gastos de viagem

As despesas da Câmara relativamente a viagens prendem-se, no conjunto de actas estudado, com o envio de procuradores da cidade à Corte. Em relação aos casos apresentados não é conhecido o local, dizendo-se apenas que se deslocaram junto do rei, dependendo os gastos da distância a que a corte se encontrasse nesse momento.

Logo em 27 de Setembro de 1508 surge a referência da eleição de dois cidadãos para se dirigirem à Corte com “... *apontamentos, cartas e dinheiro para sua despesa* ...”⁴⁰⁹. Esta eleição foi motivada pela necessidade de confirmação das liberdades e privilégios da cidade, nomeadamente no que se referia aos problemas com o Conde da Feira.

Os representantes da cidade continuavam na Corte em 10 de Janeiro de 1509, uma vez que a cidade decidiu enviar-lhes mais 20 cruzados para as suas despesas⁴¹⁰.

⁴⁰⁶ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 141v.

⁴⁰⁷ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 161.

⁴⁰⁸ GONÇALVES, Iria – *As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV*, Porto, A.H.M.P., 1987, p. 88 – 89.

⁴⁰⁹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 31v.

⁴¹⁰ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 42.

Durante o período estudado outros cidadãos foram enviados pela cidade, mas as actas não referem as despesas efectuadas.

V – Outros aspectos da vida quotidiana

1. A segurança

No final da Idade Média a violência apresentava-se sobre várias facetas, muitas vezes associada aos próprios poderosos e seus protegidos⁴¹¹. Homicídios, ferimentos, ameaças verbais, feitiçaria ou concubinato com clérigos constituíam alguns dos crimes que os legisladores procuravam combater.

A violência era mais sentida, nas cidades medievais, durante a noite, obrigando à existência de um toque de “recolher obrigatório”⁴¹² que marcava o início de uma vigilância mais apertada. Já em 1392⁴¹³ a Câmara resolvera que se tangesse o sino da Porta do Olival para que a vigilância fosse mais eficaz, podendo o alcaide prender quem circulasse sem “...*candeia ou outro lume*...” após o referido toque e não apresentasse a devida justificação. Esta medida foi reforçada em 1401, quando os juizes e vereadores estabeleceram que o sino da Porta do Olival deveria ser ouvido “...*tanto em quanto huum homem possa hyr da porta de Cyma de villa ata a porta nova de miragaya*...”⁴¹⁴.

A preocupação com o policiamento das terras cabia aos alcaides – mores, cada vez mais arredados dos deveres “militares” no final da Idade Média⁴¹⁵ e ao Concelho. Mas a vigilância efectiva das ruas era efectuada pelo alcaide – pequeno e seus homens, devidamente equipados às custas da edilidade.

Apesar de a cidade possuir uma cadeia, o edifício era o exemplo das más condições de higiene e de segurança que caracterizam o período medieval, contribuindo também para a confirmação das impressionantes taxas de evasões verificadas na Idade Média.

Por outro lado, o direito medieval caracterizava-se por uma falta de clareza evidente, obrigando os oficiais locais a encará-lo como base de orientação ou simples referencial⁴¹⁶, uma vez que não abarcava todos os delitos verificados. Mais uma vez, o bom senso e a prática governativa deveriam encaminhar os oficiais camarários para a resolução dos crimes e posterior aplicação da pena mais adequada.

⁴¹¹ DUARTE, Luís Miguel – *Dependentes das elites vimaranenses face à justiça no reinado de D. Afonso V*, in “Revista de História”, Porto, F.L.U.P., 1989, p. 192.

⁴¹² MACHADO, Maria de F. P. – *O Porto de D. Manuel a D. João III (...)*, p. 147.

⁴¹³ Reunião de 1 de Junho. Cf. “*Vereações*”. *Anos de 1390 – 1395*, pp. 131 – 132. (“Documentos e Memórias para a História do Porto”, n.º II).

⁴¹⁴ “*Vereações*”. *Anos de 1401 – 1449*, A.H.M.P. (“Documentos e Memórias para a História do Porto”, n.º XL), p. 74.

⁴¹⁵ MONTEIRO, João Gouveia – *os castelos portugueses dos finais da Idade Média. Presença, perfil, conservação, vigilância e comando (...)*, p. 277.

⁴¹⁶ MONTEIRO, João Gouveia – ob. cit., p. 235.

1.1.O alcaide – mor

No período estudado, o alcaide - mor é João Rodrigues de Sá, cuja família dominava este cargo desde a última década do século XIV. Maria de Fátima Machado refere que este apenas ocupa o cargo a partir de 1525⁴¹⁷, sucedendo a seu pai, Henrique de Sá. Contudo, as actas indicam este nome como alcaide – mor em 1508, assim continuando nos restantes anos estudados. Pensamos que a confusão seja provocada pela coincidência dos nomes e que merece investigação mais aprofundada, devendo tratar-se de um seu homónimo, que também é referenciado como Vedor da Fazenda.

Os alcaides – mores do Porto

Alcaide – mor	Data	Fonte
João Rodrigues de Sá ⁴¹⁸	1397 –	MONTEIRO, João Gouveia – <i>Os castelos Portugueses ...</i> , 1999, p. 250.
Fernão de Sá	– 1449	Moreno, Humberto Baquero – <i>A Batalha de Alfarrobeira ...</i> , p. 940
João Rodrigues de Sá ⁴¹⁹	1449 – 1511	Moreno, Humberto Baquero – <i>Idem</i> , p. 940 – 944.
Henrique de Sá	1511 – 1525	MACHADO, Maria de Fátima – <i>O Porto de D. Manuel a D. João III</i> , p. 147.
João Rodrigues de Sá	1525 –	MACHADO, Maria de Fátima – <i>O Porto de D. Manuel a D. João III</i> , p. 147.

Um antepassado, outro João Rodrigues de Sá, recebeu de D. João I a Alcaidaria – Mor do Porto pelo seu apoio incondicional, iniciando uma preponderância dos Sás na cidade do Porto e também nos meios cortesãos. Pedro de Brito inclui esta família na nobreza cortesã, assinalando as suas ligações políticas e mesmo o papel dos seus elementos nas letras quinhentistas, participando o próprio João Rodrigues de Sá no Cancioneiro⁴²⁰. João Rodrigues de Sá, cavaleiro – fidalgo da casa do rei, era filho primogénito de Fernão de Sá, sucedendo-lhe na alcaidaria do Porto e ainda desempenhando funções de vedor da fazenda do Porto e fronteiro – mor da região de

⁴¹⁷ MACHADO, Maria de Fátima Pereira – *O Porto de D. Manuel a D. João III (...)*, p. 147.

⁴¹⁸ Foi camareiro – mor de D. João I e recebeu a alcaidaria do Porto devido aos feitos militares praticados durante o cerco castelhano a Lisboa, em 1384. Cf. *"Vereações" do Porto. Anos de 1390 – 1395*. (Comentário e notas de A. de Magalhães Basto), p. 341.

⁴¹⁹ Deve ter falecido antes de 25 de Setembro de 1511. Cf. MORENO, Humberto Baquero – ob. cit., p. 944.

⁴²⁰ BRITO, Pedro de – *Patriciado urbano quinhentista: as famílias dominantes do Porto (1500-1580)*, A.H.M.P., 1997 (col. "Documentos e memórias para a História do Porto", L), p. 30.

Entre Douro e Minho⁴²¹. No reinado de D. João II desempenhou as funções de vedor da Fazenda do Porto e da comarca de Entre Douro e Minho⁴²². O cargo de alcaide foi-lhe confirmado por D. Manuel I em 1501, assim como outros privilégios e doações. Do seu património faziam parte a terra de Aguiar de Sousa e o condado de Massarelos de São João da Foz⁴²³, recebendo também do monarca uma tença anual, em reconhecimento dos serviços prestados⁴²⁴.

As funções do alcaide – mor eram estabelecidas pelas Ordenações Afonsinas, devendo ser coadjuvado pelo alcaide – pequeno, a quem competia a segurança das ruas da cidade.

1.2.O alcaide – pequeno

Este cargo era ocupado por três anos, no fim dos quais o alcaide – mor deveria apresentar o nome de três homens para a Câmara escolher um deles. A este oficial competia guardar a cidade, acompanhado de quatro homens jurados, bem como a cadeia, de que possuía as chaves⁴²⁵.

O processo de substituição parece sofrer, por vezes, alguns desvios e atrasos cujas consequências nem sempre são as mais desejáveis. Na reunião de 16 de Dezembro de 1508 foi apresentado um caso relacionado, precisamente, com um atraso na substituição do alcaide – pequeno, João Alvares, que tinha cessado as suas funções três dias antes. A acta relaciona o facto de o lugar estar desocupado com a fuga de alguns presos da cadeia da cidade, verificada na noite anterior à própria reunião. O procurador da cidade, em face deste problema, mandou logo notificar o alcaide – mor que deveria apresentar três homens, seus escudeiros ou não, para a Câmara escolher um deles como substituto de João Alvares, requerendo igualmente aos oficiais presentes que escolhessem imediatamente uma pessoa para o cargo. Esta posição do procurador é justificada pelo facto de o alcaide – mor se encontrar na altura ausente em Sever e não existir a certeza de que havia já sido informado dos acontecimentos. Contudo, João Rodrigues de Sá enviara para a reunião um seu escudeiro e criado, Henrique Correia, que chegou a

⁴²¹ MORENO, Humberto Baquero – *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico (...)*, p. 940.

⁴²² MORENO, Humberto Baquero – ob. cit., p. 943.

⁴²³ MORENO, Humberto Baquero – ob. cit., p. 944.

⁴²⁴ MORENO, Humberto Baquero – ob. cit., p. 943.

tempo de apresentar uma carta que o indicava para o cargo. Os oficiais presentes na vereação, após a leitura da referida carta, deram logo juramento a Henrique Correia como alcaide – pequeno⁴²⁶.

Na mesma carta o alcaide – mor refere que posteriormente, e de acordo com os privilégios e sentenças da Câmara, apresentaria os nomes de nove homens para os oficiais escolherem o alcaide – pequeno, ficando registado no texto da acta “... *que lhes avya d’ apresentar os dictos tres homees pera huum delles tomarem por alcaide e que quando nam fosem contemtes dos ditos tres homees que lhes avya de nomear outros trees e nam sendo contemtes destes trees lhes avya de nomear outros trees em maneira que fosem nove ...*”⁴²⁷.

Sempre que o alcaide se ausentava era necessário nomear o seu substituto. Esta situação verificou-se em 1510, quando Henrique Correia deu a conhecer aos oficiais que pretendia “... *hir per alguns dias fora da cidade a seus negocios ...*”⁴²⁸. O próprio alcaide – pequeno apresentou como substituto o tabelião Pedro Gonçalves, a quem os oficiais logo deram juramento⁴²⁹.

A 12 de Julho de 1511 Henrique Correia, cujo mandato terminara, foi substituído pelo carpinteiro Gonçalo Anes, morador na Rua do Cimo da Vila⁴³⁰.

1.3.O escrivão da alcaidaria

Na reunião do dia 9 de Agosto de 1511 foi dado juramento a Fernão Lopes como escrivão da alcaidaria. Os oficiais escolheram também João Alvares Macieira para o substituir sempre que fosse necessário⁴³¹.

Apesar de esta ser a única referência ao cargo em todo o livro de vereações, a sua importância depreende-se das páginas das Ordenações Afonsinas, segundo as quais o alcaide – pequeno não poderia fazer a ronda nocturna sem estar acompanhado pelo

⁴²⁵ MACHADO, Maria de Fátima Pereira – *O Porto de D. Manuel a D. João III (...)*, p. 148.

⁴²⁶ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 39-41v.

⁴²⁷ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 40v.

⁴²⁸ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 119.

⁴²⁹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 119, 199v. Reunião de 9 de Outubro.

⁴³⁰ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 178.

⁴³¹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 178v.

escrivão a quem incumbia registar devidamente todas as ocorrências e dar fé, ou seja, testemunhar as acções do alcaide e dos seus homens⁴³².

Este oficial tinha como missão assinalar todas as prisões efectuadas, num livro próprio, bem como escrever os alvarás que indicavam o montante a pagar pelos presos que fossem soltos, registados num livro que deveria estar na posse do carcereiro⁴³³.

O escrevão também participava, juntamente com os homens do alcaide, na reunião realizada aquando do toque da “Avé Maria” e que servia para estabelecer a estratégia para a ronda nocturna⁴³⁴.

1.4.Os homens da alcaidaria

O alcaide – pequeno possuía um conjunto permanente de homens armados, que o auxiliavam na vigilância das ruas e também da cadeia.

Era o próprio alcaide a escolher esses homens, assim procedendo Henrique Correia que, na sessão de 17 de Janeiro de 1509, indica aos oficiais camarários os nomes de Fernão Anes, natural de Refojos e João Gonçalves, de S. Gonçalo de Amarante, por “... *homeens d’ alcaidaria* ...”, apresentando também uma fiança⁴³⁵, da qual não se registou o valor, reunindo-se todas as condições para lhes ser dado juramento.

A preocupação com a segurança torna-se evidente na reunião do dia 9 de Outubro de 1510, para a qual foi chamado Henrique Correia. Os oficiais perguntaram ao alcaide – pequeno se tinha homens de alcaidaria jurados e fiados “... *segundo forma da ordenaçom* ...”, respondendo este que os tinha e que já se encontravam registados no livro da Câmara, voltando a indicar os nomes acima referidos⁴³⁶.

1.5.Os quadrilheiros

A Câmara nomeava quadrilheiros para a cidade e também para os julgados que integravam o seu termo. Cumpriam um mandato de três anos, patrulhando as ruas da

⁴³² *Ordenações Afonsinas*, Lv. I, tit. XXX, p. 190.

⁴³³ *Ordenações Afonsinas*, Lv. I, tit. XXXIII, p. 213.

⁴³⁴ MACHADO, Maria de Fátima Pereira – *O Porto de D. Manuel a D. João III* (...), p. 148.

⁴³⁵ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 70.

⁴³⁶ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 241.

cidade durante a noite, possuindo para o efeito armas, que consistiam em lanças ou meias lanças⁴³⁷, fornecidas pela vereação⁴³⁸. Maria de Fátima Machado também lhes chama croques.

Os quadrilheiros não são referidos nas Ordenações Afonsinas, mas surgem nas Ordenações Manuelinas, elaboradas no período estudado, e nas quais se indica que a Câmara deveria eleger um quadrilheiro para servir por cada quadrilha de vinte moradores⁴³⁹, cujo rol de nomes lhe era dado na altura do seu juramento.

As actas estudadas não apresentam os quadrilheiros das freguesias do termo, indicando os documentos apenas os quadrilheiros designados para as ruas da cidade em 1511⁴⁴⁰, como mostra o quadro exposto.

Quadrilheiros da cidade – 1511

Local	Nome	Profissão
Rua da Praça da Ribeira Rua dos Mercadores (até à Rua Nova)	Fernão de Sousa	
Rua da Praça da Ribeira Rua dos Mercadores (até à Rua Nova)	João Ferreira	Barbeiro
Rua do Souto (do rio “ <i>pera quem</i> ”) Rua dos Mercadores	Vasco Pires	Curtidor
Rua dos Pelames até Cruz do Souto	João Pires de Bairro	Quadrilheiro
Rua dos Mercadores da parte de cima	Rui Fernandes	
Rua dos Mercadores da parte de cima	Gonçalo Fernandes	
Rua da Ponte de S. Domingos	João Afonso	Sapateiro de Belmonte
Rua de S. Nicolau	Fernão de Anes	
Rua de S. Miguel da parte de cima	Vasques	Alfaiate
Rua de S. Miguel da parte de baixo	António Fernandes	
Rua de S. Miguel da parte de baixo	Francisco de Lião	
Massarelos	João Afonso	Mercador
Massarelos	Duarte Gonçalves	
Porta do Olival	Bras Fernandes	Sapateiro

⁴³⁷ *Ordenações Manuelinas*, Lv. I, tit. LIV, p. 365.

⁴³⁸ MACHADO, Maria de Fátima Pereira –*O Porto de D. Manuel a D. João III* (...) p. 149.

⁴³⁹ *Ordenações Manuelinas*, Lv. I, tit. LIV, p. 364.

⁴⁴⁰ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 233-233v.

1.6.A cadeia

A cadeia situava-se nas imediações do edifício da Câmara. O que é certo é que, na época medieval, não era muito difícil fugir de qualquer cadeia, muitas vezes apenas porque a porta estava aberta. Também se apontam como circunstâncias favoráveis a esta situação o absentismo dos carcereiros, os assaltos por parte de grupos de homens ou a ausência de cadeias nos pés ou no pescoço dos presos⁴⁴¹.

As condições do edifício portuense também não eram as melhores. Em 1482 o alcaide pequeno foi acusado de obrigar os presos a fazerem as necessidades no local em que se encontravam⁴⁴² e o responsável pela cadeia em 1498 queixou-se aos oficiais camarários da falta de ferramenta adequada para aprisionar devidamente os indivíduos⁴⁴³. Estes instrumentos eram muito variados, incluindo cadeias, cadeados ou colares destinados a cada preso ou a grupos mais ou menos numerosos⁴⁴⁴. A sua manutenção cabia ao concelho, a cargo do qual também estava a custódia dos detidos enquanto decorria o processo e durante o tempo de cumprimento da pena.

As prisões, portanto, nem sempre eram muito seguras, situação atestada em 1508, quando se verificou uma fuga da cadeia do Porto. Segundo a acta do dia 16 de Dezembro⁴⁴⁵ desse ano, não existia responsável pela vigilância dos presos uma vez que o alcaide – pequeno cessara as suas funções. Como a sua substituição não foi imediata, esta vigilância não deve ter sido realizada, proporcionando satisfatoriamente aos indivíduos que se encontravam na cadeia uma hipótese de fuga e a oportunidade de engrossar a taxa de evasões que Luís Miguel Duarte justifica com a existência de “... edifícios vulneráveis, poucos e maus guardas (às vezes nenhuns!) e uma enorme ansiedade de fuga ...”⁴⁴⁶.

Neste caso a culpa não foi do alcaide – pequeno porque ainda não tinha sido escolhido aquando da evasão. Mas se esta se verificasse por incompetência do alcaide,

⁴⁴¹ DUARTE, Luís Miguel e FERREIRA, Maria C.F. – *Dependentes das elites vimaranenses face à justiça no reinado de D. Afonso V*, In “Revista de História”, F.L.U.P., II série, vol. VI, p. 179.

⁴⁴² MORENO, Humberto Baquero – *Alguns aspectos da marginalidade social, na cidade do Porto, nos fins da Idade Média*, In “Revista de História”, F.L.U.P., II série, vol. V, p. 115.

⁴⁴³ MORENO, Humberto Baquero – ob. cit., p. 119.

⁴⁴⁴ GONÇALVES, Iria – *As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV*, Porto, A.H.M.P., 1987, p. 81.

⁴⁴⁵ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 39-41v.

⁴⁴⁶ DUARTE, Luís Miguel – *Bandos, bandidos e crimes no Portugal das Caravelas*, In “Revista de História”, F.L.U.P., II série, vol. XIII, 1996, p. 246.

ou de qualquer outro elemento da segurança, as Ordenações previam como pena mais grave a própria prisão dos responsáveis⁴⁴⁷.

⁴⁴⁷ *Ordenações Afonsinas*, Lv. I, tit. XXX, p. 191.

2. A saúde pública e a assistência

Nos séculos XV e XVI ainda eram desconhecidas as causas das epidemias, encaradas maioritariamente como castigo divino. As explicações podiam basear-se na existência de águas estagnadas, ar viciado ou mesmo causas astrológicas.

A frequência de surtos epidémicos em Portugal⁴⁴⁸ não pode ser desligada da escassez alimentar e das péssimas condições de higiene que as próprias cidades apresentavam. A insalubridade das cidades era provocada por vários factores. Pelas janelas atirava-se tudo o que incomodava dentro de casa, apesar das multas aplicadas a quem não ecoasse três vezes “água vai” ou atingisse algum transeunte, se as águas fossem sujas. A inexistência de esgotos, poucos chafarizes ou tanques que pudessem prover de água limpa ou água potável a população, contribuíam para as deficiências da saúde pública, acrescidas das montureiras, lixo e toda a espécie de entulho que se juntavam em diversos pontos do espaço urbano.

A actividade comercial intensa que caracterizava o Porto agravava estes problemas, mercê dos contactos constantes com pessoas provenientes de diversas paragens. Os cuidados com o contágio implicavam a tomada de medidas que restringiam a circulação de pessoas, cuidados de limpeza redobrados, encerramento temporário das casas onde morresse alguém ou enterro rápido dos mortos. Os navios que chegavam à barra do Douro eram obrigatoriamente inspeccionados pelas autoridades municipais quando existiam suspeitas de contágio⁴⁴⁹, dedicando-se também uma especial atenção às portas e postigos que abriam a cidade ao exterior, mas que se fechavam quando as notícias traziam a eminência da morte.

2.1. As medidas contra a peste

Os surtos de peste constituíam um dos principais problemas que os centros urbanos tinham que enfrentar. As más condições de higiene que as ruas normalmente

⁴⁴⁸ São apontados 13 surtos de peste no século XV e 10 no século XVI. Cf. *Nova História de Portugal*, volume V, p. 654 – 655.

⁴⁴⁹ As visitas de saúde feitas aos navios cerceavam a sua entrada nos cais da cidade logo que surgisse a suspeita de “empestamento”. Cf. FERREIRA, J. A. - *Visitas de saúde às embarcações entradas na barra do Douro nos séculos XVI e XVII*, A.H.M.P., 1977. (col. “Documentos e Memórias para a História do Porto”, n.º XLI).

apresentavam eram provocadas pela circulação de animais, pela prática do “água vai” ou pelas lixeiras que rapidamente surgiam nos espaços vazios de construções. Esta situação facilitava a propagação de qualquer surto epidémico, que venciam rapidamente qualquer resistência e encontravam na medicina da época um adversário bastante fraco e desprovido de meios eficazes para o combate.

As medidas anti - epidémicas mais comuns eram o entaipamento de algumas ruas da cidade ou o encerramento, temporário ou permanente, de alguns postigos da muralha⁴⁵⁰. Era também necessário controlar a circulação de pessoas, reforçando-se a guarda das portas da cidade.

A Câmara do Porto, quando surgiam notícias de peste, nomeava guardas – mores, sempre cidadãos portuenses, elementos suplementares de vigilância e cuja missão principal era controlar a entrada de pessoas na cidade. Aquando da sua eleição as actas referem sempre que recebem o cargo com “... *todo seu poder e especiall mandado* ...”⁴⁵¹. Os guardas – mores deviam vigiar as portas da cidade, questionando as pessoas sobre a sua proveniência e o seu estado de saúde. A eles competia também reunir informações sobre os indícios de peste na cidade e iniciar o processo de isolamento das áreas afectadas.

Guardas – Mores da cidade (1508 – 1511)

Ano	Local afectado	Guardas – mores	Data da eleição	Fonte
1508	S. João da Foz	Fernão de Aranha João de Figueiró, o Moço	8 de Julho	A.H.M.P., <i>Vereações</i> , Lv.9, fl. 6,6v
1508	Porto	Diogo Homem	16 de Setembro	<i>Idem</i> , fl. 26v-28
1508	-	Egas Vasques ⁴⁵²	21 de Outubro	<i>Idem</i> , fl. 37-38
1510	Lisboa	João Afonso Moreira Pedro Alves	31 de Julho	<i>Idem</i> , fl. 105v.-106
1510	Lisboa, Vila do Conde e outros lugares	Diogo Pereira Bartolomeu Pessoa	29 de Setembro	<i>Idem</i> , fl. 116v-118
1511	Porto	Jorge Ferraz Pedro de Andrade	7 de Junho	<i>Idem</i> , fl. 165v-168
1511	Vila Nova	Afonso Anes da Ameijoeira Afonso Anes Valente	28 de Junho	<i>Idem</i> , fl. 172-173v

⁴⁵⁰ GONÇALVES, Iria – *As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV*, Porto, A.H.M.P., 1987, p. 85.

⁴⁵¹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 6v.

⁴⁵² Foi eleito pela Câmara porque apenas Fernão de Aranha desempenhava as funções de guarda - mor.

As actas estudadas revelam um número razoável de surtos de peste em vários locais, incluindo a própria cidade, sobressaltando várias vezes a população e os oficiais camarários. Em todos os casos se elegeram rapidamente guardas – mores.

A primeira notícia de peste que os documentos apresentam refere-se a um surto em S. João da Foz, localidade do termo portuense e bastante próxima geograficamente, registado na reunião de 8 de Julho de 1508⁴⁵³. O perigo do contágio levou os oficiais a elegerem Fernão de Aranha e João de Figueiró, o moço, como guardas – mores.

Os cuidados da Câmara continuaram até Setembro, altura em que os “... *ares pestenenceaaes* ...” parecem já se sentir na cidade, forçando à eleição de mais um guarda – mor, o vereador Diogo Homem⁴⁵⁴, para auxiliar os que já existiam. Na reunião de 20 de Setembro os oficiais registam que a peste estava instalada na cidade e que várias pessoas já se encontravam contaminadas. Contudo, o medo dos que ainda se encontravam sãos agravava a situação, uma vez que expulsavam os doentes de suas casas e, como o texto assinala, “... *por os doentes nam terem lugar apropriado pera omde fossem nem ningueem os querer acolher elles passavam trabalho e fadiga e morriam do dicto inpedimento por nam serem agasalhados nem terem as cousas necessarias pera suas doenças* ...”⁴⁵⁵. Obviamente, a falta de cuidados que este procedimento originava, diminuía as hipóteses de sobrevivência dos enfermos, levando a Câmara a lançar um pregão pela cidade, esclarecendo os portuenses que, se tivessem alguém doente em casa, deviam informar a edilidade.

As medidas parecem ter resultado, uma vez que no mês seguinte os oficiais, de certo menos preocupados, fazem registar que a cidade já se encontrava livre do perigo. Não deixaram, contudo, de eleger Egas Vasques como guarda – mor, justificando a eleição com o facto de apenas Fernão de Aranha ainda se encontrar a exercer o cargo, o que era insuficiente⁴⁵⁶. Esta situação pode derivar da responsabilidade e dos perigos inerentes ao cargo, nomeadamente o contacto directo com possíveis doentes, o que não encorajava a permanência no cargo.

O ano de 1509 não apresenta qualquer surto de peste. Contudo, com o Verão de 1510 voltam as notícias de epidemias, nomeadamente em Lisboa⁴⁵⁷. A primeira medida

⁴⁵³ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 6v.

⁴⁵⁴ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 27v.

⁴⁵⁵ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 29.

⁴⁵⁶ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 37.

⁴⁵⁷ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 106. Reunião de 31 de Julho de 1510.

camarária, mais uma vez, consistiu na nomeação de guardas – mores, neste caso dos cidadãos João Afonso Moreira e Pedro Alvares, que deveriam informar-se sobre as pessoas que vinham de Lisboa e de outros lugares afectados, executando sobre estes indivíduos as penas ou penhoras consignadas nos alvarás régios.

Também o alcaide e os porteiros foram esclarecidos sobre as suas obrigações, fazendo todos jurar sobre os Santos Evangelhos que iriam servir bem a cidade.

Em 29 de Setembro a Câmara regista que também Vila do Conde sofria uma epidemia, obrigando à eleição de mais guardas⁴⁵⁸. Foram eleitos Diogo Pereira e Bartolomeu Pessoa, também cidadãos, aos quais foi dada liberdade para imporem as penas que entendessem necessárias. Se alguém se sentisse prejudicado pela acção dos responsáveis pela vigilância da cidade, ou seja, guardas – mores, alcaide e porteiros, deveria dirigir-se à Câmara e apresentar a sua queixa.

A cidade do Porto foi afectada por outro surto epidémico em 1511, localizado na Rua Nova. Para a reunião de 7 de Junho foram chamadas várias pessoas por pregão, no sentido de decidirem sobre as medidas a tomar. Ficou estabelecido que todas as ruas deveriam possuir guardas, devendo estes informar os guardas – mores sempre que encontrassem alguém doente, procedendo-se também à escolha de Jorge Ferraz e Pedro de Andrade para este último cargo⁴⁵⁹. Estas medidas visavam obviamente circunscrever a área afectada e isolar os doentes.

No mês de Julho, muitas pessoas haviam já fugido, principalmente para Matosinhos, discutindo-se o problema na sessão de 12 de Julho, uma vez que também se incluíam nesse número os próprios juizes e vereadores da cidade. Deste modo a Câmara portuense deslocou-se para esta localidade, mas também a própria prisão da cidade, cuja instalação em Matosinhos foi decidida na sessão do dia 21⁴⁶⁰.

O vereador Fernão da Mota, que havia permanecido na cidade, foi escolhido para juiz e também para recebedor das sisas e rendas, com poder para nomear os oficiais que entendesse necessários⁴⁶¹. Foi necessário também substituir o procurador da cidade, sendo escolhido para o cargo João Pais.

A circulação de pessoas entre as duas margens foi discutida no dia 28 de Junho. Nesta reunião, Vicente Pessoa, que ocupava o cargo de contador, informou que fora para Vila Nova devido à peste e que também levava consigo algumas “... *tavollas* ...”

⁴⁵⁸ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 117.

⁴⁵⁹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 166.

⁴⁶⁰ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 170.

⁴⁶¹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 177.

respeitantes ao seu cargo. No exercício das suas funções mandara que passassem apenas duas barcas entre as duas margens do rio, tendo em conta que o número de utilizadores era reduzido, e que também nomeara guardas, justificando que o fizera “... *pera serviço del rei nosso senhor* ...” e sem prejuízo da autoridade dos oficiais camarários ou do próprio corregedor . Tendo certamente em conta a gravidade da situação os oficiais resolveram nomear para guardas de Vila Nova Afonso Eanes da Ameijoeira e Afonso Eanes Valente, que fora ouvidor. Estes indivíduos deveriam impedir a entrada de pessoas infectadas e avisar a Câmara do conhecimento de qualquer destas pessoas. A circulação no rio deveria ser realizada apenas pela barca do Ribeiro, a quem havia sido concedida licença camarária⁴⁶².

A edilidade também se preocupou com o perigo que os mortos representavam, principalmente no caso dos mais pobres, que mais não podiam fazer senão abandonar os familiares nas ruas da cidade. Para evitar que os corpos não fossem enterrados por falta de dinheiro, a Câmara decidiu retirar 1 000 reais das rendas do Hospital do Cais, de que era provedor João Pais, para as despesas do processo. O dinheiro deveria ser entregue a Fernão da Mota⁴⁶³.

Em Outubro o perigo do contágio ainda não tinha sido debelado, nomeadamente porque muitas pessoas pretendiam regressar à cidade. Como as autoridades não sabiam qual o estado de saúde destas pessoas, podendo constituir mais uma ameaça, estabeleceram um conjunto de medidas de prevenção ainda mais restritivas.

Na reunião do dia 22 foi proibida pelos oficiais a entrada na cidade de qualquer pessoa que se encontrasse doente ou já tivesse falecido. Nomearam também para várias ruas indivíduos que teriam funções de vigilância, recebendo ordens para expulsar os que estivessem doentes e procurassem regressar a casa. Os guardas que consentissem a permanência de alguém doente na sua rua eram obrigados a pagar 500 reais de multa, montante estabelecido igualmente para quem entrasse na cidade sem licença.

Por último, estabeleceram uma vigilância apertada nas várias portas e postigos que a muralha apresentava, distribuindo as respectivas chaves a vários indivíduos. Os responsáveis pelas entradas da cidade foram proibidos de abrir as portas durante a noite e, se as deixassem abertas após as duas horas da noite, pagariam ao alcaide 20 reais por cada vez que assim fossem encontradas⁴⁶⁴.

⁴⁶² A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 173.

⁴⁶³ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 177v.

⁴⁶⁴ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 183v.-184.

Guardas das ruas da cidade – 22/Outubro/1511

Rua	Nome	Profissão
Rua da Lada	João Nunes	Carpinteiro
Rua da Fonte Taurina	João de Braga	Escrivão dos vinhos, escudeiro
Rua dos Banhos até à Porta Nova	Fernão Lopes	Ourives
Rua da Bainharia	Alvaro Anes	Sapateiro
Rua das Aldas	Alvaro Gonçalves	Tecelão
Rua do Souto	João Vasques	Armeiro
Rua de S. Miguel e Porta do Olival	Gonçalo Pires	
Rua Chã até Cimo de Vila	Diogo Correia	
Rua das Eiras		Porteiro do cabido

Distribuição das chaves das portas e postigos da cidade – 12/Outubro/1511

Porta	Postigo	Nome	Profissão
Porta da Ribeira		João Rodrigues	Barbeiro
	Postigo da Arrecadação	Fernão de Sousa	Tosador
	Postigo dos Moleiros	Pero Afonso	
	Postigo dos Moleiros	João de Braga	
	Postigo da Fonte Taurina	João Alvares	Çoqueiro
	Postigo dos Banhos	Fernão Lopes	Ourives
Porta Nova		Fernão Lopes	
	Postigo da Ourivezaria	João Alvares	
	Postigo da Cordoaria	Mulher de André Afonso	
	Postigo da Rua de S. Miguel	Osmundo	Pedreiro
Porta do Olival		Porteiros	
Porta de Carros		Porteiros	
Porta do Cimo de Vila		Porteiros	
	Postigo de Santa Clara	Diogo Correia	
	Postigo da Lada junto da fonte até ao estaleiro	João Nunes	Carpinteiro
	Postigo do meio da Lada	João Nunes	Carpinteiro
	O outro postigo do muro da Ribeira	João Nunes	Carpinteiro

Em Janeiro de 1512, na reunião do dia 7 ainda se colocavam entraves à circulação de pessoas para a cidade. A cidade parece já não sentir os efeitos da peste.

Contudo, o vereador Fernão da Mota apresentou as opiniões dos oficiais que ainda se encontravam fora da cidade e que não aconselhavam o regresso das pessoas a suas casas senão no fim do dito mês. De acordo com os oficiais, os moradores podiam deslocar-se à cidade para limpar as suas casas e ver em que estado se encontravam, mas não seria permitido trazerem fatos ou outro tipo de roupas para guardarem em casa, nem tão pouco outros elementos da família⁴⁶⁵.

Os elementos que se encontravam na Câmara concordaram com estas disposições, mandando lançar um pregão pela cidade no mesmo dia da reunião pelo porteiro João Fernandes, no qual também se referia que os infractores pagariam uma multa de 10 cruzados. A quantia estava de acordo com o perigo que a situação representava e constituía um forte dissuasivo.

2.2. Os Hospitais

Na época medieval as instituições de assistência ocupavam um lugar importante no apoio aos mais pobres, aos doentes e aos peregrinos. Os hospitais constituíam o principal foco de apoio, abrigando pequenas comunidades que integravam um ou dois clérigos e irmãos ou irmãs⁴⁶⁶.

Os hospitais tinham funções de albergaria, asilo e hospital para pobres e viajantes, de que os peregrinos faziam parte. Os centros urbanos possuíam a maior concentração destes espaços, destacando-se o Porto que, segundo José Marques, possuía treze hospitais⁴⁶⁷. Por sua vez, o Atlas de Cidades Medievais Portuguesas distingue as diferentes instituições, apresentando 7 hospitais e 12 albergarias⁴⁶⁸.

Os documentos estudados referem apenas duas destas instituições, nomeadamente o Hospital da Ramalha, junto da Alfândega, e o Hospital de Cimo da Vila. O Hospital da Ramalha não é indicado em qualquer das obras atrás assinaladas. Na reunião de 20 de Setembro de 1508 os oficiais camarários tomaram conhecimento da inexistência de um provedor para o referido hospital, por morte do anterior detentor do cargo, Pedro Anes. Na mesma reunião os oficiais juraram o cidadão João Pais como

⁴⁶⁵ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 185.

⁴⁶⁶ MARQUES, José – *A assistência no Norte de Portugal nos finais da Idade Média*, in “Revista de História”, F.L.U.P., II série, vol. VI, 1989, p. 18.

⁴⁶⁷ MARQUES, José – ob. cit., p. 48.

novo provedor⁴⁶⁹, indicando-lhe que nas suas funções se incluíam os cuidados a ter com as rendas e as provisões do hospital.

Na reunião de 17 de Setembro de 1510 também surgiu o problema da provedoria do hospital de Cima da Vila. Neste caso, o cidadão João Pais apresentou um requerimento à Câmara para o provedor Gonçalo Anes, carpinteiro, ser substituído no cargo, dizendo que este já ocupava o cargo há três anos. Os oficiais presentes mandaram logo chamar à Câmara o referido provedor para que este apresentasse as suas contas, afirmando este que o faria no dia de S. Miguel⁴⁷⁰.

Nos dois casos apresentam-se instituições de administração concelhia, sendo o provedor nomeado pela Câmara, por um período, presume-se, de três anos.

2.3. As estalagens

Ao longo dos séculos XIV e XV criaram-se muitas hospedarias. Numa tentativa de evitar os abusos por parte dos poderosos, os estalajadeiros possuíam alguns privilégios, que abrangiam a sua propriedade mas também a isenção do próprio indivíduo⁴⁷¹, nomeadamente no pagamento de alguns impostos.

Na segunda metade do século XV, durante o reinado de D. Manuel I, surge um movimento de renovação da rede de estalagens e vendas, que facultavam cama e alimento aos viajantes.

Desta rede fazia parte a estalagem de Gabriel Afonso, situada em Vila Nova. Em 1510 este estalajadeiro dirigiu-se à Câmara para apresentar uma petição contra alguns moradores de Gaia e Vila Nova que lhe faziam concorrência ao oferecerem indevidamente pousada e alimento a almocreves e outros viajantes. No texto apresentado recordou aos oficiais que, ao contrário dos ditos moradores, “... *eu som privilegiado por ser estalajadeiro e som obrigado sempre estar em minha estalagem prestes e aparelhado pera dar poussada e asy carnes a todos hos caminhantes e a outros quaeesquer que na dita estalagem quyserem pousar ...*”⁴⁷².

⁴⁶⁸ *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas (séc. XII-XV). História Medieval – I*, Lisboa, C.E.H.U.N.L., 1990, p. 24.

⁴⁶⁹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 30.

⁴⁷⁰ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 115v.

⁴⁷¹ GONÇALVES, Iria – *Privilégios de estalajadeiros portugueses (séc. XIV-XV)*, in “Imagens do Mundo Medieval”, 1988, p. 144.

⁴⁷² A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 224.

A resposta dos oficiais camarários data de 18 de Setembro de 1510 e reforça as razões de Gabriel Afonso, indicando que apenas os estalajadeiros podiam dar carnes e pousada aos viajantes, incorrendo qualquer outra pessoa numa multa de 500 reais para a cidade e cativos. Os outros moradores podiam oferecer pousada apenas no caso de as estalagens se encontrarem sem vagas para albergar os viajantes. Por outro lado, permitiam também que qualquer pessoa vendesse em sua casa palha, lenha, cevada, pão e vinho⁴⁷³.

⁴⁷³ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 224v.

3.As Festas

O concelho tinha a seu cargo a realização de cerimónias públicas, quer de carácter religioso, quer profano.

As grandes festas religiosas da cidade do Porto eram a do Corpo de Deus, de S. Pantaleão e de S. João⁴⁷⁴. Praticamente todas as cerimónias constavam de uma procissão através da cidade, terminando com um sermão proferido por frades franciscanos ou dominicanos da cidade⁴⁷⁵, contando sempre com uma forte participação popular.

Outras cerimónias se realizavam, a propósito de diversos motivos como o nascimento de um Príncipe, a visita de um monarca ou a acção de graças por vitórias alcançadas pelos portugueses. Em relação a este último aspecto a cidade recebeu duas cartas régias durante o período estudado. Por uma das missivas referidas, D. Manuel I ordenava que a cidade realizasse uma procissão solene para celebrar uma vitória portuguesa no Oriente, não disponibilizando as actas qualquer informação sobre os preparativos efectuados.

3.1. A Festa do Corpo de Deus

A festa do “Corpus Christi” era a mais importante do imaginário cristão medieval. Por isso a sua preparação era cuidadosa e feita atempadamente. As celebrações incluíam representações teatrais em alguns locais da cidade, nomeadamente sobre assuntos religiosos, organizavam-se jogos e outras actividades lúdicas, mas o ponto mais importante era a procissão, na qual se integravam os elementos da elite da cidade, a par das figuras religiosas. Na altura destas festas improvisava – se uma praça de toiros na Rua Nova, a mais larga da cidade⁴⁷⁶.

A procissão era embelezada pela edilidade, cuja preocupação podia obrigar à reparação das calçadas das ruas integradas no trajecto, elaboração de bandeiras de papel

⁴⁷⁴ SILVA, Francisco Ribeiro da – *A criação das paróquias de S. Nicolau e de N.ª Senhora da Vitória (1583). Aspectos sócio – económicos e religiosos da época*, Porto, 1984, p. 19.

⁴⁷⁵ GONÇALVES, Iria – *As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV*, Porto, A.H.M.P., 1987, p. 100.

⁴⁷⁶ SILVA, Francisco Ribeiro da – ob. cit., p. 19.

ou restauro das imagens danificadas pelo uso ou pelo tempo⁴⁷⁷. Era igualmente importante realizar as figuras religiosas que compunham a procissão. Algumas jovens raparigas eram escolhidas pela sua beleza para desempenharem o papel, vestidas com tecidos finos e jóias. As mais dispendiosas eram as figuras de Santa Catarina e Santa Maria, surgindo também representações de Santa Clara e suas companheiras. Outras figuras, menos onerosas, desfilavam na Procissão, nomeadamente os Apóstolos e outras imagens, como a de S. Cristóvão ou S. Sebastião⁴⁷⁸.

Os documentos apresentam, para o efeito, o registo dos indivíduos que iriam fazer as figuras de Santas para a procissão de 1511. Assim, Lucas Afonso deveria fazer a figura de Santa Maria, João Rodrigues das Cangostas a de Santa Clara e, finalmente, Pedro Jorge a de Santa Catarina⁴⁷⁹. De referir que todos eles eram mercadores.

O percurso da procissão era, normalmente, o mesmo todos os anos. Contudo, em 1511, a peste que grassava na cidade obrigou os oficiais a mudarem o trajecto para evitar as ruas que estavam impedidas. Deste modo, na sessão de 15 de Junho, foi decidido que a procissão percorresse os seguintes locais: Rua do Souto - Porta do Olival – Rua de S. Miguel – Mosteiro de S. Domingos – Bainharia⁴⁸⁰.

A representação teatral deveria ser feita na Rua Nova ou no mosteiro de S. Domingos, bem como a pregação, certamente porque os locais eram propícios ao ajuntamento de um grande número de pessoas. Estas actividades eram delegadas pela Câmara em indivíduos que as deveriam financiar. Normalmente a edilidade atribuía este encargo a um ofício para que as despesas fossem cobertas pelos diferentes mesteirais, cabendo-lhes a responsabilidade da apresentação de quadros alegóricos ou de uma dança⁴⁸¹. Em 1511 a Câmara voltou a preparar as actividades com afinco e, na reunião de 24 de Maio, estabeleceram que o boticário João Alvares deveria organizar no dia do Corpo de Deus uma representação teatral na Rua Nova, cujas personagens seriam Cristo, os apóstolos, S. Sebastião, S. Estevão e alguns diabos. A Câmara estabeleceu para as despesas de João Alvares 3 000 reais, dando imediatamente ao boticário 1 500 reais para algumas despesas, e o restante para as despesas do dia do Corpo de Deus⁴⁸².

⁴⁷⁷ FERREIRA, Ana Maria Pereira – *Algumas despesas do município portuense no início do século XVI: 1509-1510* (...), p. 174.

⁴⁷⁸ GONÇALVES, Iria – *As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV*, Porto, A.H.M.P., 1987, p. 96.

⁴⁷⁹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 237v.

⁴⁸⁰ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 168v.

⁴⁸¹ SILVA, Francisco Ribeiro da – *A criação das paróquias de S. Nicolau e de N^a Senhora da Vitória (1583). Aspectos sócio – económicos e religiosos da época*, Porto, 1984, p. 30.

⁴⁸² A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 163v.

Para além do significado religioso, a procissão incluída nos festejos constituía uma excelente oportunidade para os elementos das elites urbanas se distinguirem da restante população. De facto, a procissão reflectia uma hierarquia urbana afecta às elites, seguindo na frente os cidadãos mais proeminentes com doze tochas pintadas⁴⁸³, acompanhando a charola conduzida por clérigos e que transportava o Santíssimo, ponto fulcral da procissão. A função de cada um no cortejo traduzia o estatuto social que lhe competia⁴⁸⁴.

Um curioso texto informa-nos, inserido na acta do dia 21 de Junho de 1511⁴⁸⁵, que os regatões do pescado tiveram o encargo de realizar a “pela”, sendo-lhes permitido pelos oficiais camarários escusarem-se deste encargo se conseguissem que outra pessoa tomasse a responsabilidade. Poderá tratar-se de uma referência ao jogo da péla, jogo de bola, possivelmente de arremesso⁴⁸⁶. Neste caso, significaria o interesse da edilidade em organizar jogos durante os momentos mais importantes da cidade, incluindo inevitavelmente as festas, delegando a sua preparação e financiamento também a grupos profissionais.

⁴⁸³ FERREIRA, Ana Maria Pereira – *Algumas despesas do município portuense no início do século XVI: 1509-1510 (...)*, p. 174.

⁴⁸⁴ SILVA, Francisco Ribeiro da – *A criação das paróquias de S. Nicolau e de N^a Senhora da Vitória (1583). Aspectos sócio – económicos e religiosos da época*, Porto, 1984, p. 30.

⁴⁸⁵ A.H.M.P., *Vereações*, Liv. 9, fl. 170v.

CONCLUSÃO

O estudo das actas de vereação de uma cidade como o Porto coloca sempre questões importantes: Quem governa a cidade? Qual a extensão do controle exercido pelo poder central? Estas e outras perguntas estruturaram uma investigação que procurou estudar o funcionamento da vereação portuense, bem como as relações de força que a actividade camarária impunha e desenvolvia.

Foi possível confirmar que uma oligarquia urbana controlava a administração da cidade, elite composta por um conjunto de famílias cujos nomes se repetiram e multiplicaram quando se analisou o exercício dos ofícios camarários, ou quando se procurou os nomes das pessoas elegíveis para os anos camarários seguintes. Nas actas estes indivíduos são perfeitamente destacados pelos escrivães que se lhes referem como “cidadãos” ou “homens – bons”, estatuto social que implicava privilégios específicos.

Entre 1508 e 1511 esta elite conseguiu assegurar parcialmente a autonomia municipal, resistindo aos diferentes poderes que poderiam colocar em risco as suas prerrogativas e afastando possíveis vozes discordantes das próprias sessões camarárias.

As actas estudadas não referem qualquer juiz de fora, revelando que a cidade conseguiu, durante um certo período de tempo, contrariar a vontade régia de impor um juiz nomeado pelo poder central. Este aspecto é fulcral porque, deste modo, o prestígio e as decisões permaneceram nas mãos dos juizes locais, elementos da referida elite e que ainda ocupavam o cargo mais elevado do poder na cidade.

Contudo, alguns indícios apontam para a vontade de D. Manuel I em interferir cada vez mais na vida do município. A ligação com o poder central era garantida pelo corregedor, que validava com a sua presença a eleição dos oficiais para cada ano camarário. A pressão exercida pelo monarca decerto explica o facto de ser o próprio corregedor a retirar dos sacos os pelouros com os nomes dos titulares dos cargos, bem como a ousadia de procurar “limpar” as pautas com os nomes das pessoas elegíveis sem a presença de pessoas nomeadas pela Câmara para esse efeito.

A autonomia do concelho foi também limitada, ao longo do século XVI, pela necessidade de as pautas de eleição serem enviadas ao monarca para este as aprovar e

⁴⁸⁶ *Nova História de Portugal*, Volume V, p. 666.

confirmar. Efectivamente, esta indicação surge já para o ano de 1508, sendo a eleição efectuada a partir das pautas que foram enviadas à Corte.

O contacto entre o município e o monarca era efectuado igualmente pelos procuradores que frequentemente demandavam a Corte para apresentarem os problemas da cidade, bem como por intermédio de diversas cartas e alvarás.

A expressão do poder central foi igualmente visível nas notícias enviadas à cidade sobre vitórias portuguesas no Oriente. Esta propaganda contribuiu certamente para construir uma imagem favorável do monarca, bem como a ideia da construção de um império como um projecto nacional. As actas estudadas reportam-se precisamente ao período em que Afonso de Albuquerque, vice-rei da Índia a partir de 1509, procurou reforçar as posições portuguesas no Oriente, destacando-se a conquista de Goa em 1510 e a conquista de Malaca em 1511.

Um dos problemas mais prementes no período em questão foi a luta contra a presença de fidalgos no espaço urbano, principalmente motivada pela pretensão do Conde da Feira de habitar algumas casas que havia adquirido na Rua Nova. Este tipo de conflitos, que a cidade sustentou com ardor, não deve ser entendido como resultado de desmesurado horror aos fidalgos por parte dos portuenses, mas numa perspectiva de relacionamento entre vários poderes, nem sempre pacífico.

Deste modo, a manutenção de tão apregoado privilégio permitiu à oligarquia urbana manter as suas próprias prerrogativas e, ao mesmo tempo, evitar a concorrência dos grossos capitais que os fidalgos poderiam apresentar. Mantendo afastados os nobres, também não consentiam a permanência dos seus homens ou criados, cuja presença poderia causar distúrbios na ordem pública mas também o desequilíbrio na relação de forças existente e que favorecia um certo conjunto de famílias portuenses.

Em relação à Mitra portuense, bastante poderosa, não surgiram conflitos graves. Pelo contrário, em várias sessões camarárias esteve presente um criado do bispo que, apesar de não participar nas decisões, revelou uma convivência e uma aceitação necessárias.

Por outro lado, não se verificou a presença dos procuradores dos mesteres em qualquer dos anos estudados. Este facto significa que os referidos cidadãos continuaram a preterir e a negar aos ofícios mecânicos a participação nas decisões mais importantes, afastando-os dos cargos com poder de decisão.

As sessões camarárias, maioritariamente efectuadas às quartas e sábados, ilustram ainda problemas anteriormente verificados para o século XV, como o do absentismo dos seus oficiais, recorrendo a Câmara à frequente eleição de substitutos.

As principais preocupações das equipas camarárias são de natureza económica, destacando-se o abastecimento da cidade em produtos essenciais como os cereais ou a carne. Denotou-se um evidente controle exercido sobre as actividades económicas, atitude que visava garantir à população a qualidade dos produtos e que se concretizava na fixação dos preços, vigilância da qualidade e verificação dos pesos e medidas utilizados.

A Câmara preocupou-se igualmente com a segurança da cidade, nomeadamente contra os malfeitores e contra as epidemias. No primeiro caso, a vigilância das ruas estava a cargo do alcaide – pequeno, sugerido pelo alcaide – mor, que se fazia acompanhar pelos seus homens. O Porto possuía também quadrilheiros distribuídos por diferentes ruas e que deveriam acorrer aos “arroídos” que perturbassem a ordem pública.

Contudo, no período estudado o grande problema foi proteger a cidade dos constantes surtos epidémicos que se fizeram sentir e que, por vezes, se iniciaram dentro do próprio espaço urbano. Os oficiais da Câmara implementaram várias medidas anti – epidémicas, destacando-se a eleição de guardas – mores em 1508, 1510 e 1511. Este último ano foi o mais grave, obrigando a edilidade a nomear guardas suplementares para identificar possíveis casos de peste nas ruas da cidade, bem como a proceder à distribuição das chaves das portas e postigos que abriam perigosamente a cidade ao exterior, numa tentativa evidente de controlar a circulação de pessoas.

Em relação à assistência aos desprotegidos e necessitados, verificamos que a administração dos hospitais ainda pertence, em parte, à Câmara, antecedendo a transferência desta competência para a Misericórdia, efectuada em 1521.

Podemos afirmar que, neste espaço de tempo, a autonomia do concelho portuense ainda se confunde com os privilégios de uma elite que, apesar de tudo, procura imitar traços nobiliárquicos. É importante notar que vários destes cidadãos fazem questão em ser referidos como escudeiros da casa real.

A vereação ainda é um espaço de poder cujo cargo de maior prestígio, o de juiz, pertence a estes cidadãos e homens – bons, e ao qual os do “povo” apenas acedem como espectadores. Se o ano de 1518 foi apontado em outras dissertações de mestrado como data fulcral para o efectivo cerceamento da autonomia municipal, podemos afirmar que

não se tratou de um corte abrupto mas sim o resultado de um processo para o qual concorreu uma mentalidade em desenvolvimento e gradualmente formou os valores culturais próprios dos grandes mercadores dos séculos XV e XVI, cada vez mais ávidos em ascenderem às fileiras da nobreza, e visíveis também nas suas relações com os soberanos. Não podemos esquecer que, um pouco por toda a Europa, estes mercadores começam a ser personagens familiares nos governos mas também nos meios principescos.

APÊNDICES

1 - QUADROS

A presença de cidadãos e “homens – bons” na Vereação

Nomes	1508	1509	1510	1511	Observações
Afonso de Melres	2	-	-	-	
Afonso Eanes de Ameijoeira	1	-	-	-	
Afonso Ferraz	6	-	-	-	
Afonso Gonçalves	-	3	1	-	Contador em 1509
Afonso Homem	-	-	1	-	
Afonso Pais	-	3	-	1	
Afonso Rodrigues	1	3	1	3	Tabelião
Afonso Tomé	6	5	5	7	
Afonso Vaz Caminha	1	1	1	-	
Afonso Velho	2	-	-	-	
Afonso Vieira	-	1	-	-	
Álvaro Brandão	1	1	2	-	
Álvaro de Braga	-	1	-	-	Tabelião
Álvaro Dinis	5	1	2	2	
Álvaro Eanes de Cemache	-	2	-	-	
Álvaro Fernandes	-	2	-	-	Escrivão do mar em 1509
Álvaro Gil	1	-	-	1	
Álvaro Gil	2	6	-	1	Tabelião
Álvaro Pinto	-	1	-	-	
Álvaro Soares	1	1	-	-	
Álvaro Vieira	1	1	-	-	
André Afonso	-	-	-	1	Genro de Pedro (?)
André Afonso Vicente	-	-	-	1	
André da Rocha	4	4	1	4	Almotacé em 1511
Antão Gonçalves	-	1	-	-	
António de Coiros, o moço	3	2	-	-	
António de Coiros, o velho	-	1	-	-	
António do Couto	-	1	-	-	
António Dinis	3	-	-	-	
António Martins	1	1	-	-	
Bartolomeu Pessoa	-	1	2	5	
Bastião Martins	1	-	-	4	
Brás Francisco	2	-	-	1	
Diogo Alvares	1	1	1	-	
Diogo Borges	1	-	1	-	Juiz dos residos em 1510
Diogo Correia	4	7	1	2	
Diogo de Bustamante	2	2	-	-	
Diogo de Mesas	2	-	-	-	
Diogo de Paz	1	2	-	-	
Diogo Dias	1	-	-	1	
Diogo Ferraz	-	2	4	4	Tesoureiro em 1509
Diogo Garcês	1	-	-	-	
Diogo Gois	-	-	-	1	

A presença de cidadãos e “homens – bons” na Vereação

Nomes	1508	1509	1510	1511	Observações
Diogo Homem	-	-	-	3	
Diogo Leite	-	-	-	1	
Diogo Lourenço	4	7	-	-	Tabelião
Diogo Lourenço	1	-	-	2	
Diogo Pinto	8	-	1	2	
Diogo Pinto Pereira	-	-	1	-	
Diogo Pinto Ribeiro	-	1	-	1	
Diogo Reimão	-	1	-	-	Escrivão da alfândega (1509)
Duarte Rebelo	-	1	-	-	
Egas Vasques	2	1	-	-	
Estevão (?)	-	1	-	-	
Fernão Brandão	1	-	-	-	
Fernão d' Alvares	-	-	-	3	
Fernão da Mota	1	2	3	6	
Fernão de Aranha	12	6	2	5	
Fernão Gonçalves	-	-	-	1	Escrivão da sisa do pescado em 1511
Fernão Lopes	-	-	-	1	Escrivão da alcaidaria em 1511
Fernão Nabais, o moço	1	-	-	-	
Fernão Nabais, o velho	1	-	-	-	
Fernão Novais	-	-	1	4	
Fernão Nunes	-	2	1	-	
Fernão Rodrigues de Évora	1	-	-	-	
Fernão Soares	-	-	4	5	
Francisco de Figueiró	2	5	1	-	Tabelião
Francisco Ribeiro	-	1	-	1	
Francisco Soares	1	-	-	-	Almoxarife
Gil Lourenço	2	1	-	-	Procurador em 1509
Gil Monteiro	1	2	3	6	Almotacé em 1510
Gomes Cerveira	-	1	-	-	
Gomes Fernandes	3	-	-	-	
Gomes Fernandes Casaldavos	4	1	-	2	
Gomes Pais	-	-	6	9	
Gonçalo Alvares	5	1	-	-	
Gonçalo Dias	1	-	-	-	
Gonçalo de Figueiró	-	-	-	1	
Gonçalo de Oliveira	1	-	-	-	
Gonçalo Eanes	-	-	-	1	Alcaide em 1511
Gonçalo Martins	-	1	-	-	
Gonçalo Pires de Aguiar	-	1	-	-	
Gonçalo Reimão	1	-	-	-	
Gonçalo Rodrigues	4	1	-	-	
Gonçalo Vasques	4	-	-	1	Mercador
Gonçalo Vaz Pessoa	-	-	3	-	
Gregório Conde	1	4	-	-	
Heitor de Sousa	-	-	-	2	
Heitor Moreira	-	9	-	1	
Henrique Correia	-	10	-	1	Alcaide em 1509 e 1511

A presença de cidadãos e “homens – bons” na Vereação

Nomes	1508	1509	1510	1511	Observações
Henrique Lourenço	5	-	1	-	
Jerónimo Rodrigues	1	-	1	-	
Jervas Garcês	4	5	1	1	Tabelião
João Afonso Moreira	-	-	2	1	
João Alvares	-	-	2	-	Almotacé em 1510
João Alvares	2	2	3	3	
João Alvares	5	-	-	-	Alcaide em 1508
João Alvares	-	1	-	-	Boticário
João Alvares Borges	1	-	-	-	
João Alvares da Maia	-	-	-	2	
João Alvares Macieira	3	3	1	5	Escrivão do judicial em 1511
João Baião	1	1	2	2	
João Baldaia	-	2	-	-	
João Beleágoa	4	-	2	7	
João Carneiro	8	2	5	3	
João Carneiro, o velho	-	-	-	1	
João Correia	-	1	-	-	Alcaide em 1509
João da Cal	4	1	1	-	Tabelião
João de Braga	-	1	1	3	Escrivão; escrivão dos vinhos em 1511
João de Bairros	7	3	3	1	
João de Figueiró	6	1	4	3	Escrivão; escrivão dos órfãos em 1510 e 1511.
João de Figueiró, o moço	-	4	-	-	
João de Figueiró, o velho	-	1	-	-	
João de França	-	-	-	1	
João de Gaia	-	-	-	1	
João Delgado	-	3	-	-	
João de S. Miguel	-	2	-	-	
João de Paiva	4	4	1	7	
João de Valadares	1	-	-	-	
João Dias	-	-	1	2	
João Dias Vilela	-	-	2	1	
João Domingues	-	1	-	-	
João Fernandes da Mota	-	1	-	-	
João Fernandes	-	-	1	-	Ouvidor em 1510
João Fernandes da Amora	-	1	-	-	
João Fernandes da Mota	-	3	-	-	
João Garcês	-	-	-	4	Almotacé em 1511
João Jacome	5	4	5	7	Bacharel
João Leal	-	-	-	1	Tabelião
João Leite	-	1	-	-	
João Lopes	1	1	-	-	Escrivão
João Martins Ferreira	9	-	-	-	
João Pais	16	1	5	13	
João Pereira	3	1	2	6	
João Rodrigues	5	-	1	6	
João Rodrigues	8	-	-	-	Bacharel
João Rodrigues	1	-	-	-	Boticário

A presença de cidadãos e “homens – bons” na Vereação

Nomes	1508	1509	1510	1511	Observações
João Rodrigues	7	3	2	1	Criado do Bispo
João Rodrigues Bacelar	-	-	1	-	
João Rodrigues da Cruz do Souto	1	-	1	4	
João Rodrigues de Avelar	1	5	3	2	
João Sanchez	1	2	-	1	Juiz em 1510
João Vasques de Valongo	-	1	-	-	
Jorge Lourenço	-	1	-	-	
Jorge Ferraz	6	-	3	1	
Jusarte Lobo	5	7	2	5	
Lopo da Costa	2	1	-	-	Bacharel
Lopo Rebelo	6	4	5	6	
Lourenço Gonçalves	1	-	-	-	
Luís Alvares Rangel	1	-	-	-	
Luís Carneiro	2	1	-	1	
Luís Tavares	-	1	-	-	
Martim Afonso	-	1	-	-	
Martim Lopes	-	-	1	1	Tabelião
Martinho Peres	-	1	-	-	
Miguel Vasques	1	-	-	-	
Nicolau da Maia	-	1	2	-	Filho do cónego João Anes
Nicolau de Matos	-	1	-	-	
Nicolau Fernandes	10	-	-	-	
Nuno Alvares	1	-	-	-	
Nuno do Couto	-	1	-	-	
Nuno Rodrigues	-	1	-	-	
Paio Rodrigues	-	-	-	1	
Palos de Pedrosa	-	1	4	9	
Pedro Alvares	-	1	1	3	
Pedro da Mota	-	4	1	-	
Pedro de Amora	-	1	-	-	
Pedro de Andrade	-	2	1	4	
Pedro Eanes	-	-	1	-	Procurador em 1510
Pedro Eanes	1	-	1	-	
Pedro Eanes Machucho	-	-	1	1	
Pedro Fernandes	1	-	-	-	
Pedro Fernandes	2	2	-	-	Tabelião; referido em 1509 como escudeiro
Pedro Ferraz	-	-	-	1	Tesoureiro em 1511
Pedro Gomes	-	-	-	1	
Pedro Gonçalves	2	1	2	1	
Pedro Gonçalves	1	2	-	-	Tabelião
Pedro Gonçalves Homem	6	5	-	-	Tesoureiro em 1508
Pedro Lopes	1	1	1	-	
Pedro Lopes de Aguiar	-	1	-	-	
Pedro Martins	-	1	-	-	
Pedro Vasques	-	-	3	2	
Pedro Vasques Arriscado	4	4	2	1	
Pedro Vasques Pamplona	4	1	1	1	
Rodrigo Alvares	-	-	1	-	

A presença de cidadãos e “homens – bons” na Vereação

Nomes	1508	1509	1510	1511	Observações
Rui de Coiros	3	4	1	-	Tabelião
Rui Lourenço Gramaxo	-	3	-	1	
Rui Lourenço	-	2	-	-	
Simão Ribeiro	-	1	-	-	
Vasco Carneiro	1	-	1	2	
Vasco Carneiro, o moço	3	4	2	4	
Vasco Carneiro, o velho	4	6	1	-	
Vasco Dias	-	-	-	3	Genro de João Carneiro
Vasco Fernandes	-	-	-	1	
Vasco Moreira	-	-	1	-	
Vicente Afonso	3	-	-	-	
Vicente Correia	2	1	-	-	
Vicente Correia	4	-	1	2	Bacharel
Vicente Correia	-	1	-	-	Filho de Afonso Tomé
Vicente Dinis	1	-	-	-	
Vicente Martinho	1	-	-	-	
Vicente Pessoa	-	-	-	1	
Vitor de Sousa	1	-	-	-	
Vitor Moreira	-	-	1	-	

Presenças dos oficiais nas sessões da Câmara : 1508

MESES	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
N ° de sessões	3	7	7	9	6	-	1	33
Oficiais								
Gonçalo Vaz Pessoa - juiz	-	-	1	4	-	-	1	6
Gomes Pais - juiz	2	2	3	7	6	-	1	21
Paulo de Pedrosa - vereador	2	2	3	7	6	-	-	21
Bartolomeu Pessoa - vereador	2	6	2	6	2	-	1	19
Diogo Homem - vereador	2	7	7	6	4	-	1	27
Fernão Soares - vereador	2	7	6	7	2	-	1	25
João Afonso Moreira - procurador	-	7	7	9	6	-	1	30
Pedro Gonçalves Homem - tesoureiro	1	3	2	2	-	-	-	8
João Rodrigues - escrivão	2	6	6	9	6	-	1	30
Juiz na ausência								
Paulo de Pedrosa	-	5	4	-	-	-	-	9
Vereador na ausência								
João Pais	-	-	1	-	-	-	-	1
Procurador na ausência								
João Dias Vilela	1	-	-	-	-	-	-	1
Escrivão na ausência								
Diogo Lourenço	-	1	-	-	-	-	-	1
Representante do poder central								
Pedro de Aguiar - corregedor	1	-	2	3	2	-	-	8

Presenças dos oficiais nas sessões da Câmara – 1509

MESES	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Total
N ° de sessões	4	3	5	1	3	4	2	22
Oficiais								
Gonçalo Vaz Pessoa - juiz	2	2	1	1	1	3	1	11
Gomes Pais - juiz	4	3	3	1	1	1	1	14
Paulo de Pedrosa - vereador	2	3	4	-	3	4	2	18
Bartolomeu Pessoa - vereador	3	2	3	1	3	2	1	15
Diogo Homem - vereador	2	1	3	1	3	4	2	16
Fernão Soares - vereador	3	1	2	-	-	2	2	10
João Afonso Moreira - procurador	4	3	4	1	3	4	2	21
Pedro Gonçalves Homem - tesoureiro	-	-	1	-	1	1	1	4
João Rodrigues - escrivão	4	3	5	1	3	4	2	22
Juiz na ausência								
Paulo de Pedrosa	-	-	-	-	-	-	-	-
Vereador na ausência								
João Pais	-	-	-	-	-	-	-	-
Procurador na ausência								
João Dias Vilela	-	-	-	-	-	-	-	-
Escrivão na ausência								
Diogo Lourenço	-	-	-	-	-	-	-	-
Representante do poder central								
Pedro de Aguiar - corregedor	-	-	-	-	-	-	1	1

Presenças dos oficiais nas sessões da Câmara - 1509

MESES	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
N ° de sessões	3	1	-	-	-	-	4
Oficiais							
Afonso Vaz Caminha	3	1	-	-	-	-	4
- juiz							
Jusarte Lobo	-	-	-	-	-	-	-
- juiz							
James de Aragão	3	1	-	-	-	-	4
- vereador							
João Alvares ⁴⁸⁷	3	-	-	-	-	-	3
- vereador							
Gil Monteiro	3	1	-	-	-	-	4
- vereador							
João de Figueiró, o Moço	2	1	-	-	-	-	3
- vereador							
Pedro Eanes ⁴⁸⁸	-	-	-	-	-	-	-
- procurador							
Diogo Fernandes	-	1	-	-	-	-	1
- tesoureiro							
Nicolau Fernandes	3	1	-	-	-	-	4
- escrivão							
Vereador na ausência							
- Bartolomeu Pessoa	1	-	-	-	-	-	1
- Diogo Homem	-	1	-	-	-	-	1
Procurador na ausência							
- João Afonso Moreira	1	1	-	-	-	-	2
- Diogo Fernandes	1	-	-	-	-	-	1
Representante do poder central							
Pedro de Aguiar	1	-	-	-	-	-	1
- corregedor							

⁴⁸⁷ Filho de Álvaro Dias. A.H.M.P., *Vereações*, Liv. 9, fl. 61.

Presenças dos oficiais nas sessões da Câmara - 1510

MESES	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
N ° de sessões	8	7	5	8	7	4	39
Oficiais							
João Sanches	8	7	5	8	3	2	33
- juiz							
João Martins Ferreira	8	5	3	6	6	3	31
- juiz							
Nuno Álvares	3	6	4	5	7	3	28
- vereador							
Francisco Ribeiro ⁴⁸⁹	1	1	1	3	-	-	6
- vereador							
Vicente Correia	8	7	5	8	4	4	36
- vereador							
Jorge Lourenço ⁴⁹⁰	-	-	-	-	6	3	9
- vereador							
Egas Vasques	-	-	-	-	-	-	-
- procurador							
João de Gaia ⁴⁹¹	-	-	-	-	-	1	1
- tesoureiro							
Nicolau Fernandes	8	7	5	8	7	4	39
- escrivão							
Vereador na ausência							
- James de Aragão	1	-	-	-	-	-	1
- João Álvares	2	-	-	2	-	-	4
- Gil Monteiro	1	-	-	-	-	-	1
Procurador na ausência							
- João Dias Vilela	3	-	1	-	-	-	4
- Pedro Gonçalves Homem	2	-	-	-	-	-	2
- João Afonso Moreira	-	6	1	-	-	1	8
- Pedro Eanes	-	-	2	7	7	3	19
Tesoureiro na ausência							
- Pedro Gonçalves	1	-	-	-	1	-	2
Representante do poder central							
Pedro de Aguiar	3	6	2	1	-	-	12
- corregedor							
Lopo Rebelo	1	-	-	1	-	-	2
- ouvidor pelo corregedor							

⁴⁸⁸ Genro de João Sanches. A.H.M.P., *Vereações*, Liv. 9, fl. 61.

⁴⁸⁹ Francisco Ribeiro pretendia ser escusado do exercício do ofício, alegando que não vivia na cidade do Porto mas numa quinta do termo de Barcelos, deslocando-se ao Porto apenas para “folgar”. Foi empossado no cargo apenas em 24 de Julho, após lhe ser atribuída uma pena. A.H.M.P., *Vereações*, Liv. 9, fl. 101 e 103v.

⁴⁹⁰ Empossado no cargo apenas a 9 de Novembro. A.H.M.P., *Vereações*, Liv. 9, fl. 125v.

⁴⁹¹ Empossado no cargo apenas a 12 de Dezembro. A.H.M.P., *Vereações*, Liv. 9, fl. 134.

Presenças dos oficiais nas sessões da Câmara - 1511

MESES	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Total
N ° de sessões	6	9	7	4	6	4	36
Oficiais							
João Sanches	4	9	6	4	6	4	33
- juiz							
João Martins Ferreira	5	8	6	1	-	3	23
- juiz							
Nuno Álvares	6	6	6	3	6	-	27
- vereador							
Francisco Ribeiro	-	-	-	-	-	-	-
- vereador							
Vicente Correia	5	9	7	4	3	4	32
- vereador							
Jorge Lourenço	6	8	6	4	2	-	26
- vereador							
Egas Vasques	-	-	-	-	-	-	-
- procurador							
João de Gaia	1	-	-	-	1	-	-
- tesoureiro							
Nicolau Fernandes	6	9	7	4	5	3	34
- escrivão							
Vereador na ausência							
- James de Aragão	-	-	-	-	-	-	-
- João Álvares	-	-	-	-	-	-	-
- Gil Monteiro	-	-	-	-	-	-	-
- Bartolomeu Pessoa	-	-	-	-	1	-	1
Procurador na ausência							
- João Dias Vilela	5	-	6	1	-	-	12
- Pedro Gonçalves Homem	-	-	-	-	-	-	-
- João Afonso Moreira	-	-	-	-	-	-	-
- Pedro Eanes	1	-	-	2	6	4	13
- Diogo Fernandes	-	1	-	-	-	-	1
- João de Gaia	-	4	-	-	-	-	4
Tesoureiro na ausência							
- Pedro Gonçalves	-	-	-	-	-	-	-
Escrivão na ausência							
- Rui de Coiros	-	-	-	-	1	1	2
Representante do poder central							
Pedro de Aguiar	-	-	-	-	1	2	3
- corregedor							
Lopo Rebelo	1	4	2	-	-	-	7
- ouvidor pelo corregedor							

Presenças dos oficiais nas sessões da Câmara - 1511⁴⁹²

MESES	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
N ° de sessões	2	2	1	1	2	-	-	8
Oficiais								
Afonso Tomé	1	-	1	1	2	-	-	5
- juiz								
Fernão Novais	-	2	-	-	-	-	-	2
- juiz								
Fernão da Mota	1	1	1	1	2	-	-	6
- vereador								
Álvaro Soares	-	2	-	-	-	-	-	2
- vereador								
Álvaro Vieira	-	2	-	-	-	-	-	2
- vereador								
Diogo Pinto Ribeiro	-	2	-	-	-	-	-	2
- vereador								
Pedro Afonso	-	-	1	1	2	-	-	4
- escrivão								
Juiz na ausência								
João Sanches	1	-	-	-	-	-	-	1
Fernão da Mota	-	1	-	-	-	-	-	1
Procurador na ausência								
Pedro Eanes	1	1	-	-	-	-	-	2
João Pais	-	1	-	-	-	-	-	1
Escrivão na ausência								
Nicolau Fernandes	2	-	-	-	-	-	-	2
Jervas Garcês	-	2	-	-	-	-	-	2
Representante do poder central								
Pedro de Aguiar	2	2	-	-	-	-	-	4
- corregedor								

⁴⁹² O início deste ano camarário foi atribulado devido ao surto de peste que afectava a cidade. Talvez por esta razão os documentos não apresentam o nome do tesoureiro e do procurador.

2 – APÊNDICE DOCUMENTAL

Documento I

1511, Janeiro, 23 – Almeirim

D. Manuel I ordena que o juiz dos órfãos nomeado para os julgados do termo do Porto não exerça o cargo até a Câmara dar o seu parecer.

(A.H.M.P., Vereações, Lv. 9, fl. 218-218v.)

[fl. 218] Alvara sobre o juiz dos orfoos dos termos que foy apresentado por Pallos de Pedrosa a XXI de Fevereiro de V e XI.

Nos el rey fazemos saber a vos nosso corregedor da comarqua d' Amtre Doiro e Minho e a todos nossos corregedores juizes e justiças a que esto nosso alvara for mostrado que os juizes e vereadores e officiaaes da nossa cidade do Porto se nos enviaom agravo dizendo que nos pasaramos alguuas cartas de officios de juizes dos orfoos em allguuns lugares e jullgados dos termos e jurdiçom da dita cidade onde os ditos hoficiaaes nom ouvera no que aalem de a dita cidade nom ser nysso guardada sua justiça era muyta opresom do povoo dos lugares e jullgados onde os ditos hoficioos novos se faziam pedindonos por merce que a ello lhe prouveramos porem nos praz que aquelles a que dos ditos hoficioos do jullgado dos orfoos prouveramos nos termos e jullgados da jurdiçom da dita cidade nom ussem deles nem os sirvam posto que já deles estem em posse por nossas cartas por quanto ho asy ho avemos por bem por acerqua dello a cidade nom seer ouvida ante de pasarmos as cartas dos ditos hoficios porem vollo notificamos asy e vos mandamos que aos sobre ditos nom leixem usar dos ditos officios em todo cumprees o que dis este alvara [fl. 218v.] como nele he contheudo por que asy nos apraz escrito em Almeirim a XXIII dias de Janeiro o secretario ho fez mill e V e XI. O quall alvara foy apresentado na camara da vereaçom a Lopo Rebello ouvidor por mandado especiall del rei nosso senhor ausencia de Pero d' Aguiar corregedor na

comarqua d' Amtre Doiro e Minho e a Joham Sanchez e Joham Martinz Ferreira juizes e Nuno Alvarez e Vicente Correa e Jorge Lourenço vereadores por Pallos de Pedrosa cidadaaos que o ora trouxe da corte del rei nosso senhor e visto pollo dito corregedor mandou que se escrevesse como nele he dito testemunhas Joham Beleagoa e Joham Carneiro cidadaaos e outros e eu Nicolao Fernandez escrivam da camara que por mando dos hoficiaaes que esto escrevi.

Documento II

1511, Abril, 13

D. Manuel I nomeia Afonso Fernandes, genro de Pedro Fernandes, para o cargo de tabelião das notas na cidade do Porto.

(A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 206-206v.)

[fl. 206] Resisto das cartas dos officios

Dom Manuel por graça de Deus Rei de Portugal e dos Allgarves d' aaquem e d' aalem mar em Africa senhor da Guine e da conquista navegaçom comercio de Hetiopia Arabia Persia e da India. A vos juizes concelho e homes boons da nossa cidade do Porto fazemos vos saber que comfyando nos na bondade e descriçom d' Afomso Fernandez escudeiro hi morador que em esto nos servira bem e como a nosso serviço compre e a bem das partes pertence e querendo lhe fazer graça e merce temos por bem que o damos ora d' aquy em diante em essa dita cidade por tabaliam das notas asy polla maneira que o ele deve e o atee que foi Pero Fernandez seu sogro que o dito officioo de nos tinha e nollo enviou a renunciar e em nossas maaos pera o darmos a quem em nossa merce fose segundo dello foi mostrado per huum puprico estormento d' arrenunciaçom que parecia ser feito e asynado per Bartolomeu Vaasquez puprico tabaliam por nos em esta cidade de Lixboa aos IX dias do mês d' Abrill do anno presente de mill e V e XI. E esta mercee lhe fazemos per virtude de huum nosso alvara por nos asynado que pera ello ouve do quall ho trellado he o seguynte: Chanceler moor amigo a nos praz que renunciando Pero Fernandez tabaliam na nossa cidade do Porto ho dito tabaliado em nossas maaos fazermos dele mercee a Afomso Fernandez seu jenro notificamos vollo asy e mandamos que apresentando vos renunciaçom em forma do dito Pero Fernandez mandes fazer carta do dito tabaliado segundo nossa ordenaçom ao *[fl. 206v.]* dito Afomso Fernandez escrito em Almeirim a XXV dias de Setembro Afomsso Meyra o fez anno de mil de V e XI e poreu nos mandamos que o ajaees hy d' aquy em diante por tabaliam das notas e o leixees delle servir e ossar e aver dello as rendas e dereitos proees ao dito hoficioo diretamente ordenados sem duvida nem embargo que lhe nello

ponhaes em maneira alguua que seja ho quall Afonso Fernandez jurou em a nossa chancelaria aos Santos Avangelhos que bem e dereitamente e como deve obre e use do dito hoficioo e cumpre e guarde ho regymento que della leva guardando a nos inteiramente nosso serviço e as partes seu direito dada em a nossa cidade de Lixboa aos XIII dias do mês d' Abril elrei ho mandou pollo doutor Ruy Boto do seu conselho e chanceler moor de seus reinos e senhorios Antonio Gomez a fez anno do nascimento de nosso senhor Jeshus Christo de mill e V e XI e ele pagou de dizimo quatro mil reais.

Asy apresentado em camara aos officiaes a VI de Mayo de V e XI annos.

Documento III

1508, Setembro, 28 - Setúbal

D. Manuel I concede o estatuto de cidadão do Porto a Fernão Gonçalves, morador no Porto e escudeiro de sua casa.

(A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 217-217v.)

[fl. 217] Registos de cartas e alvaras del rei nosso senhor

Dom Manuel per graça de Deus Rey de Purtugall e dos Algarves d' aaquem e d' aalem mar em Africa senhor da Guynee e da conquista navegaçom e comercio d' Ethiopia Arabia Persia e da India. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que avendo nos respeito aos muitos serviços que temos recebido e ao diante esperamos receber de Fernam Gonçalves escudeiro da nossa casa e morador em a nossa cidade do Porto e escrivam do pescado em ella por lhe fazermos merce temos por bem e o fazemos cidadaaio da dita cidade do Porto posto que nom tinha officioo da dita cidade e seja nosso officiall e queremos e nos praz que d' aquy em diante elle goze de todallas graças honrras dynidades privilegios liberdades e franquezas que tem e ham e devem d' aver os cidadaaos da dita cidade por que nos por esta presente o fazemos dela cidadaaio com dito he. E mandamos aos nossos corregedores juizes vereadores e oficiaaaes da dita cidade e a todallas outras justiças oficiaaes e pessoas de nossos reynos a que for mostrada e o conhecimento della pertemcer que ajam o dito Fernam Gonçalves por cidadaaio asy como cada huum dos outros que ora som sem embargo do nosso official como dito he e lhe cumpram e guardem e façam muy inteiramente cumprir e guardar todas ditas liberdades asy e dereitamente [217v.] aos outros cidadaaos e como as ele gardaria se officiall da dita cidade fosse per pellouros por hofficiall saysse sem nisso lhe poerem nehuua duvida nem embargo por que nos ho avemos asy por bem. Dada em a villa de Setuval a XXVIII dias de Setembro Andre Paees a fez anno do nascimento de nosso senhor Jeshus Christo de mill e V e VIII annos. O quall visto por os oficiaaes da cidade mandarom que se comprisse segundo se nele continha e o mandarom aqui registar Nicolao Fernandez escrivam da camara o resistei.

Documento IV

1511, Outubro, 30 – Almeirim

D. Manuel I concede ao corregedor da Comarca de Entre Douro – e – Minho, Pedro de Aguiar, o privilégio de andar em mula.

(A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 217v.)

[fl. 217v.] Outro alvara del rei

Nos el rei fazemos saber a quantos este nosso alvara virem que nos praz dar lugar e licença ao bacharel Pero d' Aguiar corregedor com alçada da comarca d' Antre Doiro e Minho per andar em mulla sem embargo de nossa defessa em contrairo porem o notificamos asy a todos os nossos officiaaes e pessoas a que o conhecimento desto pertencer e lhe mandamos que guardem e cumpram esto como nele he contheudo feito em Allmeirim aos XXX dias d' Outubro Afomsso Meyra ho fez anno de V e XI. E esto sera resistado pollos hoficiaaes da chancelaria da camara e esto tendo em elle corregedor cavallo o quall alvara foy passado polla chancelaria segundo per ele parecia.

Documento V

1510, Julho, 17 – Almeirim

D. Manuel I ordena ao corregedor Pedro de Aguiar para dar um parecer sobre a abertura de canais no Rio Douro e consultar todos os interessados.

(A H.M.P., *Vereações*, Lv. 9 ,fl. 223 – 223v.)

[fl. 223] Livro dos resistos das cartas del rei nosso senhor sobre a abertura dos canaes do Doiro

Corregedor Pero d' Aguiar nos el rey vos enviamos muyto saudar Diogo d' Azevedo veo ora a nos por parte de Dom Joham do Crasto dom habade do mosteiro de Travanca e nos apresentou certos apontamentos acerca do abrimto dos canaes do Doiro e Pesqueira de Sam Joham pera poderem navegar barquas pollo rio arriba tee Castella dizendo que queria compoor as perdas e danos que os senhorios e quaees quer outras pessoas recebessem segumdo mays compridamente he contheudo nos ditos apontamentos os quaees queremos que vejaes e asy mesmo oucaes o dito Diogo d' Azevedo. E certo a primeira faça parecenos isto coussa fazedoira dizendo mays que pollo trabalho e despesa e composiçom das perdas que havia de satisfazer lhe hordenasemos allguua pensam ou coussa conveniente que lhe pagassem os que em cyma quisessem tratar e porque nos folgariamos de vos e a nossa cidade do Porto estardes e praticardes nesto encomendamos vos e mandamos que tanto que vos esta nossa carta for dada vades la e facaees ajuntar os oficiaes e cidadaaos della e consultees com elles este caso ouvido o dito Diogo d' Azevedo e asy mesmo fazendo hiir a vos hos donos dos canaes pera os ouvirdes e de todo bem consulltarem [fl. 223v.] enviamos a dizer vosso parecer por vos e pollos ditos oficiaes da cidade asynado pera sobre ello ordenarmos o que nos bem parecer e lembre vos que sabemos que tendes vynhas em Riba de Doiro e que vos vira também em navegar se o dito ryo como muitos outros porem sem embargo disso comfiamos de voos que direes saamente vosso parecer sem nehua afeiçom e com esta comfiança que nysto e em maiores coussas de vos teemos vos cometemos este casso e o que nysso achardes e vos a todos parecer

nos envyarem pollo dito Diogo d' Azevedo cassado e assellado. Escrita em Allmeirim aos XVII de Julho de 1510.

Sumario pera o corregedor d' Amtre Doiro e Minho sobre o abrir dos canaes do Doiro.

Documento VI

1510, Agosto, 7 – Porto

O corregedor Pedro de Aguiar informa D. Manuel I, por carta, sobre a opinião dos cidadãos do Porto relativamente à abertura de canais no Rio Douro.

(A.H.M.P., *Vereações*, Liv. 9, fl. 109-110v.)

[fl. 109] E despois desto aos VII dias do mês d' Agosto de V e X annos na camara da vereação estando hi ho corregedor e officiaaes (*convem a saber*) Joham Sanchez juiz e Vicente Correa e Nuno Alvarez vereadores e Joham Afonso Moreira procurador e allguus poucos cidadaaos veo hi a dicta camara Diogo d'Azevedo e dise ao dicto corregedor e hoficiaaes que lhes pedia por merce que respondessem e dessem a sua resposta a seus apontamentos e levar a dicta resposta a el rei nosso senhor e per elles foy respondido que esta coussa era de muita importancia e coussa em que se devia bem de praticar e consulltar e que ao presente ho nom tinha bem consultado e segiam emformar com pessoas que neste caso bem entendessem e que pera sabado que vem se ajudariam em camara e que responderiam e escreveriam a sua alteza como per ela lhe era mandado. Em conprimento do call per o dicto corregedor e officiaaes foy respondido a el rey nosso senhor segundo per sua carta mandou que he a seguinte

[fl. 109v.] Senhor

Per a carta que vosa alteza me mandou per Diogo d' Azevedo sobre o abrimto dos canaes do Doiro e Pesqueira de Sam Joham mandey chamar a camara da vereação os officiaaes e cidadaaos segundo vossa alteza mandava estando presente Diogo d' Azevedo praticando todos os apontamentos os perguntey as vozes cada huum per sy per que na pratica era muito dese variados nesta maneira que se segue

Item pera se abrirem os canaes e navegarem todos comveade ser muito proveito e coussa que se deve fazer e asy em se poer algum proveito na pesqueira o que vossa alteza parecer e mais canaes da Regoa pera cyma que se nom soe pasar nem navegar mais nos quatro de baixo dizem per cyma delles sempre vierom as barquas pera esta cidade com as coussas que ha naquella comarqua arredor delles e se nom podem passar

em huum tempo e que a garda que venha augoa e que todavya veem e que por ysso nom he rezom ally se poer tributo a alguuas vozes vierom que se abrissem huua vez e que nestes quatro de baixo se posese nos tributos poys se suyam passar

Item dizem que teem cartas de vossa alteza passadas com sello pendente pera que se abrissem tres [fl. 110] braças de cada canal e pois já esta por carta patente ao concedido que nom compria mais

Item quanto a tributo que a cidade ha das coussas que veem de fora e que diz o apontamento que des que nunca viriam esta seja pera corregimento dos canaaes a estes nom conveade antes alegam muitos emconvenientes asy da cidade nom teer outra coussa de renda como dizima que o que agora vira per augoa soe sempre de viir per terra em bestas e tambem sobre o arrecadar e deversidade de rendas que averia e seria grande opressam e revollta da cidade. Avya alguuns na vereaçom dos cidadaaos que diziam que posto que se abrissem os canaaes que avia passos asy como agorea os calldos e outro passo que se diz canado por que nom podia como augoa era pouca navegar e que era empossivel estes se corregessem posto que se conregam os canaaes e pesqueira

Item Diogo d' Azevedo dizia que os dictos passos tinham conregimento e tendo entam servimento mais proveito do que asy dam os canaaes fossem abertos

Item eu quesera esperar pollos senhorios dos canaaes pera em tudo cumprir a carta de vossa alteza e Diogo d' Azevedo se apressou e me pedio resposta desto que registara

[fl. 110v.] *item* quanto he a sospeiçom que em mym cabia por ter varcos em Riba de Doiro eu senhor nom os tenho se nom em Lamego e tenho em Temoees onde habrindosse os canaaes se dobrava a remda e asy em Riba de Coa donde navegandose ataa Castella podia viir muito pam e outras coussas porem senhor dos interesses mayns perdi e perco por servir vossa alteza por me honrrar mayns do que emtendo posso aproveitar em muito tempo e por ysso nom me ey d' afeiçoar se nom ao que for serviço de vossa alteza

Item porque vossa alteza manda que com os hoficiaaes escrevesse se fez esta carta pollo escrivam da camara e asynam os officiaaes e eu com elles e se asellou com ho sello da cidade e ao asynar da carta me requererom os officiaaes que se posese mayns este apontamento que pedem a vossa alteza em nome do povo que pois deste comercio de vosso real estado sempre ordenou e buscou maneira per onde seu povo fose isento dos tributos tirando de suas proprias rendas agora nom desse coussa dessem pois nova

inposiçom e os canaaes se abrissem e se pagassem asdespos per outra maneira e nom per tributos.

Documento VII

1511, Março, 31 – Porto

A Câmara estabelece os direitos do mordomado que pertencem ao bispo e seu cabido.

(A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 154v. – 155v.)

[154v.] Concerto que se fez com o bispo e cabido com Fernam de Pyna

Aos XXXI dias do mês de Março do anno de V e XI annos na camara da vereação desta muy nobre e sempre leal cidade do Porto sendo hy juntos (*convem a saber*) Fernam de Pyna que por mandado del rey nosso senhor veo a esta cidade pera concordar com ho reverendo bispo e seu cabido sobre certos direitos do moordomado e assy Joham Sanchez e Joham Martinz Ferreira juizes e Nuno Alvares e Jorge Lourenço e Vicente Correa vereadores e Joham Diaz procurador. E bem asy os enlegidos pera este caso atras contheudos. E presente mim Nicolaa Fernandez escrivam da camara. E depois de terem praticado e fallado per muitas vozes sobre a dicta concordia assentaram na maneira seguynte (*convem a saber*) que do pom do mar que vem polla foz de que o dicto bispo e cabido dizem que avyam d’ aver de sessenta alqueires huu esto dos nom vyzinhos

Item que dos dous dinheiros por maravydym de compra e venda das mercadorias de que diziam que avyam de levar dez reais por milheiro a que chamavom milheiros que se leve per carrega segundo se contem no foral novo del rey (*convem a saber*) que por carrega mayor se pague nove reais e de hy pera baixo com suas [fl. 155] declaracoees de nom pagarem das coussas meudas e dos que os omees conpram pera seu usso nom pagamdo os vyzinhos como sempre foy

Item do gaado nom passara nehuua cabra de tres reais e de hi pera baixo atee huum ceartil e asy das bestas

Item do pom (*convem a saber*) dezasseis alqueires por carrega huu real

Item que se nom arrecadara a portagem se nom em logar certo pera ysso deputado onde estara ho foral

Item e nom pagarom das coussas do mar e do ryo d' aquellas coussas que se nunca pagou

Item que a jurdiçom destes direitos sera sempre dos juizes dos feitos del rei

Item das colheres do pom e farinha da terra e asy de noz e castanha e legumes de que se pagam colheres se leva de corenta alqueires huu e a razom destes huu por corenta se fara a colher sem pagarem o dicto pam e coussas sobre dictas outro nehuu tributo de direito e esto se nom entendera nos vyzinhos por que nunca pagarom nem serom hobrigados arrecadar em os sobre ditcos dereitos

Item a passagem do ryo sera huua soo e se repartira na maneira que ao dicto Fernam de Pyna bem parecer e per as quaees coussas todas em cyma declaradas ho dicto Fernam de Pyna dysse que heram [fl. 155v.] do dicto bispo e cabido e que elle o faria comprir. E os dictos juizes e oficiaees e cidadaaos emlegidos diserom que com esta condiçom de se afyrmar todo asy como em ryba he declarado asynavom este acordo e comsentyham por que nom se compryndo asy por ynteiro protestavom em nome da cidade nom lhe fazer prejuizo seus asynados antes requererem sua justiça per quallquer maneira que lhe comprir. E portanto mandarom a mym escrivam que asy o asentase por acordo e o asynarom. Esto tenho praticado com o senhor bispo e sua senhoria com seu cabido e leixaram a sua senhoria a conclusam deste caso e sua senhoria o leixou a mym e eu ao que pude entender de bem de todos e por conservaçom d' aseseço o quall testemunho vay apontado com outras declarassoos particulares que vaaõ nas margeens da inquiriçam asy nas coussas do mar como no ryo e por tanto digo que seu forall e mor de fazer que o confirmem se nom com estas cousas atras decrarados. E com as outras conclusoes que sua alteza determinar nas outras coussas do foral

Documento VIII

1508, Setembro, 20 – Porto

Os oficiais camarários mandam apregoar a todos os que possuam propriedades da cidade que devem colocar um pregão sobre a respectiva porta.

(A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 70v.)

[fl. 70v.] Pregoees

Aos XX dias de Setembro de V e VIII deu fee Gonçalo Afonso pregoeiro que deitara pregam a XXII dias d' Agosto de dicta era que todos aquelles que trouxessem cassas e erdades da cidade que lhe possesem huum pregam sobre a porta sob penna de cem reais o quall pregam disse que lamçara na rua de Sam Miguell e porta do Olival e rua do Souto e asy na praça da dicta cidade.

Documento IX

1508, Setembro, 21 – Porto

Os oficiais da Câmara mandam apregoar aos regatões da cidade para que não comprem tábuas, madeira, cal e outras mercadorias para depois as revenderem.

(A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 70v.)

Pregam

E deu fee Joham Fernandez pregoeiro que aos XXI dias de Setembro da dicta era deitara pregam a Porta do Olivall e polla cidade que niuum regatam da cidade fosse tam oussado que comprasse madeira tavoado calles e outras coussas pera tornarem a revemder e livremente a deixem entrar polla cidade e vemder na Rua Nova como sempre fez e costumou.

Documento X

S/ data

Os oficiais apresentam o regimento sobre o exame dos alfaiates.

(A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 200 – 202)

[fl 200] Regymento da maneira que se tera na examinaçom do officio dos alfayates segumdo custume de Lixboa.

Primeiramente que d' aquy em diante nehuum allfayate naturall nem estrangeiro nam poera temda d' alfayataria asy d' obra d' oomes como de molher nesta cidade e seu termo sem primeiro seer examinado pollos examinadores que em cada huum anno forem e se emllegerem per officio d' alfayates os quaees serom confirmados polla cidade e lhes sera dado juramento na camara della que bem e verdadeiramente eixaminem todos aqueles officiaees que ydonyos e pertencentes seram pera usar do dicto officioo na qual eixaminaçom se tera a maneira que se segue

Item Que todo alfayate que temda ouver de teer da dicta alfayataria dobrado mes sera visto e eixaminado per os eixaminadores que ao presente sam e por os tempos forem he o dito hoficiall da dita obra comvem a saber bem cortar huum tabardo e huum gabom atabardado destes que ao tempo de ora s' acostumam e huum pellote de quall quer façom que lhe demandarem e huum capuz redondo e saber cortar bem a proveito do pano as ditas obras há tal como este e sera dado lugar que ponha tenda da dita obra d'omes quall sera asentado no livro da camara como he eixaminado e levaram [fl. 200 v.] como fica asentado e resistado no dito livro sera visto o que asy eixaminado for se saber bem cortar e fazer callças e achamdo que ora bem fazer lhe sera dado lugar que as faça e nom o sabendo lhe sera defesso que os nom talhe atee os bem saber fazer e por yssso nom lhe deixaram de lhe dar lugar de poer temda sabemdo cortar e fazer as outras obras sobre ditas. E por esta maneira seram eixaminados os hoficiaees que hobras de molheres talhareem se sabem bem cortar e fazer huum abito de quallquer feiçom que lhe for mandado e yssso mesmo he do vestir e huua falldrilha com vantagem na traseira e huu sanho e huum manto e sabemdo todo esto bem cortar e fazer lhe sera dado lugar

que tenha tenda e sera resistado no livro da camara e levará certidom da maneira sobre dita

Item Per esta maneira serom eixaminados os gybiteiros se sabem bem cortar e fazer huum gibom de quallquer maneira que lhe for demandado. E que quallquer alfayate asy d' obra d' omes como de molheres e asy gibreiros que temda d' aquy em diante trosserem sem seer eixaminados [fl. 201] da maneira que sobre dito he sera presso e sera XV dias na cadea e da cadea pagara mill reais (*convem a saber*) o terço pera as obras da cidade e outro terço pera o officio e outro terço pera quem ho acusar

Item Todo aquele que asy eixaminado for e for avido por abill e pertencente pera teer tenda tall como este se for naturall da cidade ou do reyno pagara pera as despesas do officio trezentos reais dos quaees levaram a terça parte os eixaminadores e o repartiram amtre sy por o trabalho e ocupaçom que levom na dita eixaminaçom e se for estrangeiro e de fora destes reynos pagaram seiscentos reais pera as ditas despesas dos quaees levaram os eixaminadores a quarta parte por o dito trabalho e ocupaçom que em ello ham de levar e esto se ouver menos de huum anno que tenda tyver

Item Nehuum dos eixaminadores forem nom cortara nem fara outras roupas se nom aqueles que for achado per os eixaminadores que sabe cortar sob a dita pena

Item Todos os hoficiaees que ora tem tendas serem eixaminados caso que conhecidamente sejam avidos por boos officiaees por que ha lei geral a todos porem nom pagaram nehuum de eixaminaçom visto como ha muito tempo he

[fl. 201 v.] *Item* Sam avidos por boos hoficiaees e esto somente se entendera nos naturaees do Reyno por que os outros estrangeiros e de fora do reyno pagaram a sobre dita eixaminaçom

Item Que nehuum alfayate nem algebibe nom seja tam oussado que venda nehuua roupa velha senom por velha e se por ventura a mandar cardar e fryssar e fazemdo lhe delles outros meesterios pera fazer parecer nova que quamdo ha vender aquele que comprar e que contrairo fazer que perca a roupa e seja preso os ditos XV dias e pague mill reais pera as obras da cidade e aja a metade quem o acusar

Item Os ditos eixaminadores prouveram sobre os allgabibes e eles façom cortar as roupas dereitamente leixando lhe porem fazer gramde e pequeno como lhes prouver e achando que allguum nom quiser fazer o que lhes mandarom por proveito e proll comum ho façom saber aos almotaces que eixecutem em elles aquella pena segundo o caso acontecer

Item Que huum dos ditos eixaminadores per sy se eixaminarom nehuum officiall se nom sendo todos juntos segundo esta ordenança

[fl. 202] *Item* Mandam aos almotaces que nem sendo allguum dos sobreditos oficiaees obidientes aos sobre ditos eixaminadores segundo em este regymento he contheudo que logo executem em quallquer que tall for as sobre ditas penas

Item Asy mandamos a qualquer homem d' alcayde ou porteiro que semdo requeridos per os eixaminadores pera alguua eixaminaçom de sentença ou mando dos almotaces lhe sejam hobedientes e cumpram seus requerimentos

Item Semdo caso que os ditos eixaminadores favoravellmente ou per peita ou per quall quer outro respeito leixem teer tenda ou derem lugar que a ponha aquele que pera ysso nom seja pertencente que pase a penna em dobro (*convem a saber*) huum mês na cadea a dous mill reais cada huum e a metade sera pera quem os acusar e a outra depois de pobricado sera tornado a camara pera se ella resistar

Documento XI

1511, Março, 14 - Porto

Os officiais apresentam o Regimento dos Vedores dos Sapateiros.

(A .H .M .P ., *Vereações*, Lv. 9, fl. 212 – 213)

[fl. 212] Primeiramente nehuum officiall çapateiro nom possa poer tenda sem primeiro ser examinado pollos veedores enlegydos na camara os quaees ham de seer feitos tres em cada huum anno que sejam autos e pertencentes pera ysso e semdo allguum deles a alguuas das partes sospeito tomaram huum terceiro. E segundo hoo costume de Lixboa se tem a maneira seguinte

Item Quallquer homem mancebo que poeem tenda sem ho fazer saber aos eixaminadores postos polla camara que pague mill reais pera a cidade e catyvos e quando veem e satisfazem a eixaminaçom pagam trezentos reais. E esto pera os officiaes deste hoficioo que vem acusar e nom podem trabalhar he ordenada esta esmolla aos taees por honrar o dito officioo e esto se poeem em maa de huum homem de saa consciencia como homem boom deposytario que de conta delle quando lhe for demandado

Item Mais nehuum curador que nom lave pelles sem azeite nem nas alympe com seixos sob pena de pagar o coyro a seu dono e page duzentos reais por cada vez

Item Mais que nehuum cortador nom vemdera coyro molhado asy de sollas como de cordavom sem ser eixaminado sob penna do perder per a cidade e cativos

[fl. 213] *Item* Mais que huum officiall nom lavre carneiro de collor somente em muilheres ou em obra mininall de cynco annos pera baixo

Item Mays que huum mercador nem tendeiro nom venda borzegill de carneiro em sua tenda por que os trazem de Castella e sam de carneira e vendenos por cordavom

Item Mays que nehuum nom usse de fazer obra soamente a que souber fazer a quall lhe seja ordenada pollos eixaminadores e veedores sob penna de cem reais per a cidade e catyvos por cada vez que o fizer

Item Cada huum mês os eixaminadores e veedores com huum escrivam pera ysso ordenado ham de visitar as tendas honde acharem maa curtume e engano que ha queymem ou seja cortada e pera todos vir em noticia hos ditos officiaes hordenarom

pregam per a cidade e assentar neste livro dos acordos e Nicollao Fernandez escrivam da camara que o escrevi aos XIII de Março de V e XI.

Deu fe Joham Fernandez porteiro que lançara pregom por toda a cidade ho contheudo no dito regimento acyma e atras escrito e que segumdo sua lembrança fora a XV de Abrill pouco mais o menos

Documento XII

1511, Outubro, 22 – Porto

Os oficiais da Câmara aprovam a distribuição das chaves dos postigos e portas existentes na muralha para evitar que pessoas contaminadas pela peste entrem na cidade.

(A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 183-184.)

[fl. 183] Aos XXII dias do mês d' Outubro de mil e quinhentos e onze annos na camara da dita cidade foram juntos as pessoas seguintes

Afonso Thome juiz

Fernam da Mota vereador

Andre da Rocha almotace

Joham Garces

Joham de Bragua escrivam dos vinhos

Joham Gil mercador

Antonio Rodrigues picheleiro

Joham Nunez carpinteiro

Fernam de Sousa tosador

Fernam de Leam oleiro

Joham de Santa carnicheiro

Fernam Lopes orivez

Joham Fernandes tanoeiro

Joham Dias Neto marinheiro

Luis Goncallves cuteleiro

Gonçalo Pirez

Diogo Correa

Alvaro Goncallvez tecelam

Fernam d' Alvarez capateiro

Alvaro Annes capateiro

[fl. 183v.] E sendo asy todos juntos falando em cousas que pertencem a proveito e regimento da cidade viheram a fallar (*convem a saber*) os que estam fora e podem viir e entrar na cidade doentes se lhes darem lugar viessem pera a cidade ou nom. E foram perguntados a vozes e todos disseram a huua voz que nem hum dos que fora estam e se saíram fora da cidade por caso do impedimento que nehum delles nom entre na cidade doente nem finado pera o que lhe ordenaram que em cada rua ouvesse hum vizinho que tivesse carregos de saber se algum entrasse ou vehesse a sua casa doente que logo o lançasse fora e pera ysso chamasse quaaes quer seus vizinhos que os ajudassem ao lançar fora e pera ello hordenarom que se lançasse pregom pella cidade que os que estam fora nom entrem doentes sob a pena que ja he posta e hordenada per outro acordo per a dita camara e hordenaram que Joham Nunez carpinteiro tevesse carregos da guarda na rua da Lada e Joham de Bragua escudeiro escrivam dos vinhos da rua da Fonte Dourina e Fernam Lopez orivez da rua dos Banhos atee Porta Nova e na rua da Baynharia a Alvaro Annes capateiro e nas Aldas Alvaro Gonçallves armeiro e a porta do Olival e rua de Sam Miguel Gonçalo Pires e na rua Chaa atee Cima de Villa e Diogo Correa e na rua das Heiras Graviel de Sousa porteiro do cabido aos quaaes disseram que cada hum em sua rua tevesse carregos executar a pena e de dellas comtar a dita cidade. E deram isso mesmo carregos das chaves das portas e postigos (*convem a saber*) da porta da Ribeira a Joham Rodrigues barbeiro morador na praça da Ribeira e do postigo d' arrecadaçom a Fernam de Sousa tosador e do postigo dos moleiros a Pero Afonso e Joham de Braga e do postigo da Fonte Dourina a Joham Alvarez çoqueiro e do postigo dos Banhos a Fernam Lopez orivez e do postigo da orivezaria a Joham Alvares e da porta Nova e nas Cangostas a Antonio Rodriguez picheleiro [fl. 184] ao dito Fernam Lopez e do postigo da Cordoaria a molher d' Amdre Afomso e a do postigo de frente da rua de Samiguel a Osmundo pedreiro e das portas do Olival e rua de Carros e Cima de Villa aos porteiros e do postigo de Santa Clara a Diogo Correa e do postigo da Lada de jumto da fonte ao esteleiro e a do postigo do meo da Lada a Joham Nunez carpinteiro e asy do outro postigo da cerca da Ribeira os quaes teeram cuidado de fechar as ditas portas e postigos de noete e achamdosse abertos depois de passarem duas oras da noete que paguem por cada vez que se acharem abertas ao alcaide vinte reais e os que tem carregos das guardas da rua consentindo algum doente em suas ruas paguem pera a cidade quinhentos reais e asy os que entrarem sem licença pagaram a dita pena a qual pena as ditas guardas executaram n' aqueles que asy entrarem e se desmandarem.

[*Assinado:*]

ALFONSO THOME

FERNAM DA MOTA

ANDRE DA ROCHA

JOHAM GARCES

FERNAM LOPEZ

JOHAM DE BRAGA

JOHAM GIL

JOHAM DE SANTA

JOHAM FERNANDEZ

JOHAM DIAZ

ALVARO GIL

FERNAM DE LIAM

FERNAM D' ALVAREZ

Documento XIII

1512, Janeiro, 7 – Porto

Os oficiais da Câmara mandam lançar um pregão avisando que as pessoas que fugiram devido ao surto de peste e quiserem voltar a suas casas não podem trazer para a cidade roupas ou familiares durante todo o mês de Janeiro.

(A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 184v.- 185.)

[fl. 184v.] Aos sete dias do mês de Janeiro do anno do nascimento de nosso senhor Jeshus Christo de mil e quinhentos e doze annos na camara da dita cidade foram chamados e juntos as pessoas seguintes

primeiramente Afonso Thome juiz

Fernam da Mota vereador

Joham Alvarez da Maia almotace

Joham Guarcez almotace

Joham de Bragua escudeiro escrivam da sisa dos vinhos

Joham Alvarez Macieira escudeiro procurador do numero

Andre da Rocha

Alvaro Annes çapateiro

Grado Goncalvez picheleiro

[fl. 185] E estando asy todos juntos viheram a fallar em algumas cousas de regimento da cidade antre as quaaes disse Fernam da Mota vereador que era verdade que os outros officiaes e regedores da dita cidade que fora andam por caso da peste lhes mandaram dizer por quanto a dita cidade louvado Nosso Senhor estava bem e nom morriam ja em ella que elles la fora avemdo conselho lhes parecia que seria bem os que fora andam por bem da dita peste nom vynrem loguo a dita cidade pera suas casas e que lhe parecia que seria bem estarem ainda asy fora onde estavam com suas familias e fato per todo este mês de Janeiro em que ora estavam e como quaez que se alguuns que se sem viir a dita cidade veer suas casas e alimpallas que o pode sem fazer e viir mas nom que trouxesse nem metessem fato roupas nem familia. E que esto lhes mandarom asy dizer e que se a

elles parecesse bem que o fizessem guardar asy na dita cidade dizemdo o dito Fernam da Mota aos que asy estavam presentes que era o que lhes pareceo e todos responderam que lhes parecia que era bem hordenado e que asy deviam mandar que se guardasse e comprisse por que elles asy outorgavam e querendo que asy o mandassem apreguoar polla cidade pollo quall o dito juiz vereador e homes boons atras nomeados disseram que loguo fosse lavrado pregom e como de feito logo foy lançado no dito dia por Joham Fernandez porteiro (*convem a saber*) que nem huum nom fosse tam ousado dos que fora eram por bem da dita peste que trouxesse nem huum fato roupa nem sua familia pera dentro da cidade ate a fim do dito mês de Janeiro sob pena de dez cruzados e esto se passou asy e eu Pero Afonso que ora sirvo de escrivam da dita camara esto escrevi.



Documento XIV

1510, Setembro, 18 – Porto

Os oficiais da Câmara do Porto respondem a uma petição apresentada pelo estalagadeiro Gabriel Afonso contra os moradores de Gaia e Vila Nova que ofereciam, sem autorização, alimento e pousada aos viajantes.

(A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 9, fl. 224 - 224v.)

[fl. 224]Petição de Graviel Afonso estalagadeiro

Senhores,

Graviel Afonso estalagadeiro morador em terra de Gaya que parte com Vila Nova faço saber que eu sou privilegiado por ser estalagadeiro e sou obrigado sempre estar em minha estalagem prestes e aparelhado para dar pousada e asy carnes a todos hos caminhantes e a outros quaesquer que na dita estalagem quyserem pousar e sem embargo da asy seer e estar obrigado allguuns dos moradores de Villa Nova e asy allguuns meus vizinhos de terra de Gaya sem para ello serem obrigados dam e costumam dar pousadas e carnes por muytas vezes a almocreves soamente e nom a outra gente limpa por que peço a vossas merces que mandem aos sobre ditos moradores de Villa Nova e vizinhos de terra de Gaya sob allguua certa penna que tall nom façom e nom dem as ditas pousadas e carnes pois que eu sou obrigado e eles nom no que receberei justiça e merçe.

Resposta dos officiaes

Aos XVIII dias do mês de Setembro de V e X annos sendo em camara da vereação desta cidade do Porto hos homrrados officiaes (*convem a saber*) Joham Sanchez e Joham Martinz Ferreira [fl. 224v.] juizes ordenairos e Vicente Correa vereador e Joham Diaz Villela que ora serve de procurador ausencia d' Egas Vaasquez procurador e presente mim Nicollao Fernandez escrevam da camara por Graviel Afonso estalagadeiro morador da parte de Villa Nova foy apresentada esta petição a quall vista por os ditos officiaes mandom que nehuua pessoa de carnes nem pousadas a nehuuas

peessoas por direito salvo os estalagadeiros que som obrigados e teem as estalagens per feitas porem poderam vender cada huu em sua casa palha lenha cevada e pam e vinho e o que o contrario fizer que pagara por cada vez quynhentos reais per a cidade e catyvos e pera se nom alegar inorância mandamos que seja apregoado pera a todos viir a noticia. E quando quaes que as ditas estallagees obrigadas tyvesem tanta gente que a nom possam albergar entam podiam quaeesquer outras pessoas dar as ditas carnes e pousadas e d' outra guisa nom.

Fontes e Bibliografia

1. Fontes

1.1. Fontes Manuscritas

Livro 9 de Vereações (1508-1511), Arquivo Histórico Municipal do Porto.

1.2. Fontes Impressas

GÓIS, Damião de – *Crónica do Felicíssimo rei D. Manuel*, 4 vol., Coimbra, 1949.

Livro de Linhagens do século XVI (com introdução de António Machado de Faria), Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1956 (“Fontes e Narrativas da História Portuguesa”, n.º 3).

Ordenações Afonsinas, reprodução “fac-símile” da edição feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra de 1792, Fundação Calouste - Gulbenkian, 5 Volumes, 2ª ed. Lisboa, 1998.

Ordenações Manuelinas, reprodução “fac-símile” da edição feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra de 1797, Fundação Calouste - Gulbenkian, 5 Volumes, Lisboa, 1998.

Privilégios dos Cidadãos da Cidade do Porto, I.N.C.M., Lisboa, 1987.

Vereações. Anos de 1390 – 1395, comentário e notas de A. de Magalhães Basto, Publicações da Câmara Municipal do Porto, s. /d. (col. “Documentos e Memórias para a História do Porto”, n.º II).

Vereações. Anos de 1401 – 1449, Publicações da Câmara Municipal do Porto, 1980 (col. “Documentos e Memórias para a História do Porto”, n.º XL).

Vereações. 1431-1432, ed. De Luís Miguel DUARTE e João Alberto MACHADO, Porto, 1985 (col. “Documentos e Memórias para a História do Porto”, n.º XLIV).

2. Bibliografia

2. 1. Obras Auxiliares

COSTA, Padre Avelino de Jesus da – *Normas Gerais para Transcrição e Publicação de Documentos e Textos Medievais e Modernos*, 2ª ed., Braga, 1982.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *Guia do Estudante de História Medieval*, 3ª ed., Lisboa, ed. Estampa, 1988.

VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa – *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e hoje regularmente se ignoram* (ed. Crítica por Mário Fiúza), 2 vols., Porto / Lisboa, Lv. Civilização, 1962.

2.2. Estudos

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Os caminhos e a assistência no Norte de Portugal*, Lisboa, 1974 (sep. de “A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das primeiras jornadas Luso - Espanholas de História Medieval”, Lisboa, 1972).

ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*, 2ª ed., org. por Damião PERES, vol. I e II, Porto, 1967 – 1968.

--- *História das Instituições em Portugal*, 2ª ed., Porto, 1903.

ANDRADE, Amélia Aguiar – *Estado, Territórios e Administração Régia Periférica*, in “A génese do estado Moderno no Portugal Tardo - Medieval. Ciclo de conferências, 1º ed., U.A.L., Lisboa, 1999, pp. 151-188.

--- *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990 (col. “Horizonte Histórico”, n.º 31).

A Nova Monografia do Porto, org. por Carlos BASTOS, Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1938.

Atlas de Cidades Medievais Portuguesas (séculos XII – XV), volume I, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa / I.N.I.C., 1990.

AZEVEDO, João Lúcio de – *Elementos para a História económica de Portugal (séculos XII a XVII)*, Lisboa, Ed. Inapa, 1990.

AZEVEDO, Joaquim – *Esboço da Cronologia da História da Igreja em Portugal*, in “Studium Generale”, n.º 0, Porto, 1979, pp. 157-209.

BARROCA, Mário – *Medidas – padrão medievais portuguesas*, in “Revista de História”, II série, volume IX, F.L.U.P., 1992, pp. 53 – 85.

BARROS, Amândio Jorge Morais – *A procissão do Corpo de Deus do Porto nos séculos XV e XVI: a participação de uma confraria*, in “Revista de História”, II série, volume X, F.L.U.P., 1993, pp. 117 – 136.

--- *Barcos e gentes do mar do Porto (séculos XIV – XVI)*, in “Revista de História”, II série, volume XIV, F.L.U.P., 1997.

BARROS, Henrique Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 2.ª ed., Tomo X, Lisboa, Livraria Sá da Costa, s./d.

BASTO, A. de Magalhães – *Da participação dos mesteres no governo municipal do Porto*, Lisboa, 1956.

--- *O Porto e a sua evolução no aspecto sanitário*, Porto, Imprensa Social, 1936.

--- *Os diversos Paços do Concelho da Cidade do Porto*, in “Vereações – anos de 1390 – 1395”, Porto, C.M.P., s./d., pp. 247 – 306.

--- *Os Portuenses no Renascimento*, Gaia, Ed. Pátria, 1931.

BEIRANTE, Maria Ângela B. da Rocha – *Santarém Medieval*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1980.

--- *Santarém Quinhentista*, Lisboa, Livraria Portugal, 1981.

BORGES, Major António José G. G. – *História da Polícia do Porto*, Porto, 1980.

BRAUDEL, Fernand – *Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV – XVIII. As Estruturas do Quotidiano: O Possível e o Impossível*, Tomo I, Ed. Teorema, s./d.

BRITO, António Pedro da Costa Mesquita de – *João Martins Ferreira: a família e a propriedade* in “Um mercador e Autarca dos séculos XV – XVI: o arquivo de João Martins Ferreira (Roteiro da Exposição)”, Porto, A.H.M.P., 1996, pp. 13 – 19.

BRITO, Pedro de – *Patriciado urbano quinhentista; as famílias dominantes do Porto (1500-1580)*, Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, 1997 (in Col. “Documentos e Memórias para a História do Porto”, n.º L).

CAETANO, Marcelo – *A administração Municipal de Lisboa durante a 1ª Dinastia (1179 – 1383)*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1981.

CARITA, Helder – *Lisboa Manuelina e a Formação de Modelos Urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1999.

CARVALHO, Sérgio Luís – *Cidades Medievais Portuguesas. Uma introdução ao seu estudo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.

CASTRO, Armando de – *O simbolismo e a estrutura social no Portugal de Seiscentos*, in “Privilégios dos Cidadãos da Cidade do Porto”, Lisboa, I. N. – C. M. , 1987.

COELHO, António Borges – *Comunas ou Concelhos*, Lisboa, Editorial Caminho, 2ª edição, 1986.

COELHO, Maria Helena da Cruz – *Entre poderes – análise de alguns casos na centúria de Quatrocentos*, in “Revista de História”, II série, volume VI, F.L.U.P., 1989, pp. 105 – 136.

--- *O conjugar da tradição e inovação: no concelho de S. Martinho de Mouros*, in “Revista de História”, vol. X, Porto, I.N.I.C., Centro de História da Universidade do Porto, 1990, pp. 17-26.

--- *O Estado e as sociedades urbanas*, in “A génese do estado Moderno no Portugal Tardo - Medieval. Ciclo de Conferências”, 1ª ed., Lisboa, U.A.L, 1999, pp. 269-292.

COELHO, Maria Helena da Cruz e MAGALHÃES, Joaquim Romero – *O poder concelhio: das origens às cortes constituintes. Notas de História Social*, Coimbra, Ed. do Centro de Estudos e Formação Autárquica, 1986.

CONDE, Manuel Sílvio Alves – *Horizontes do Portugal Medieval. Estudos Históricos*, Cascais, 1999 (col. “Patrimonia Historica. Estudos”).

--- *Tomar Medieval. O espaço e os homens*, Cascais, 1996 (col. “Patrimonia Histórica. Dissertações”).

COSTA, Adelaide L. P. Millan da – *Um paradigma da arte de bem governar o burgo* in “Um mercador e autarca dos séculos XV – XVI: o arquivo de João Martins Ferreira (Roteiro da Exposição)”, Porto, A.H.M.P., 1996, pp. 21 – 25.

--- *Vereação e vereadores. O governo do Porto em finais do século XV*, Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, 1993 (Col. “Documentos e Memórias para a História do Porto”, n.º XLIX).

COSTA, Padre Agostinho Rebelo da – *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*, 2ª ed., Porto, Ed. Livraria Progredior, 1945.

COUTO, Padre Luís de Sousa – *Origem das procissões da cidade do Porto* (com Sub – notas, Prefácio e Apêndice de A. de Magalhães Basto), Porto, Publicações da Câmara Municipal do Porto, 1936 (col. “Documentos e Memórias para a História do Porto”, n.º I).

CRUZ, António – *A assistência na cidade do Porto e seu termo durante a Idade Média*, in “Jornadas Luso – Espanholas de História Medieval – Actas”, Tomo I, Lisboa, 1973, pp. 329 – 344.

--- *A defesa dos privilégios da cidade* in PERES Damião e CRUZ, António (dir. de) – “História da Cidade do Porto”, vol. II, Porto, Portucalense editora, 1965, pp. 163 – 184.

--- *Da organização dos mesteres do Porto*, Lisboa, s. / d. (Conferência pronunciada no Porto em 22. 05. 1956), Lisboa, Gabinete de Divulgação da Fundação para a Alegria no Trabalho, s./d.

--- *O mal da fome combatido no Porto no século XV*, in “O Tripeiro”, Porto, Série Nova, Ano V, número 1, Janeiro de 1986.

--- *Os mesteres do Porto no século XV. Aspectos da sua actividade e taxas de ofícios mecânicos*, Porto, 1940 (Sep. Do “Boletim Cultural” da Câmara Municipal do Porto, volume III, fascículo I).

DUARTE, Luís Miguel – *Crimes do Mar e Justiças da Terra*, in “Revista da Faculdade de Letras – História”, vol. VIII, Porto, F.L.U.P., 1991, pp. 43 – 73.

--- *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459 – 1481)*, Tese de Doutoramento Policopiada, vol. I, Porto, F.L.U.P., 1993.

--- *Órgãos e servidores do Poder Central: os “funcionários públicos” de Quatrocentos*, in “A génese do Estado Moderno no Portugal Tardo - Medieval. Ciclo de conferências”, 1ª ed., Lisboa, U. A. L. , 1999, pp. 133-150.

--- *Um burgo medieval que muda de senhor*, in “Ler História”, n.º 5, Lisboa, Ed. Salamandra, 1985, pp. 3-16.

DUARTE, Luís Miguel e AMARAL, Luís Carlos – *Os homens que pagaram a Rua Nova (Fiscalidade, Sociedade e Organização Territorial no Porto Quatrocentista)*, in “Revista de História”, volume VI, Porto, C.H.U.P., 1985.

--- *Prazos do Século e Prazos de Deus (os aforamentos na Câmara e no cabido da Sé do Porto no último quartel do século XV)*, in “Revista de História”, II série, volume I, Porto, F.L.U.P., 1984, pp. 97 – 134.

DUARTE, Luís Miguel e BARROCA, Mário Jorge – *Porto* in “Atlas das Cidades Medievais Portuguesas”, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990.

DUARTE, Luís Miguel e FERREIRA, Maria da Conceição F. – *Dependentes das elites vimaranenses face à justiça no reinado de D. Afonso V*, in “Revista de História”, II série, volume VI, F.L.U.P., 1989, pp. 175 – 222.

Estudos de História de Portugal. Homenagem a A . H . de Oliveira Marques, 2 Vols., Lisboa, Ed. Estampa, 1982 (col. Imprensa Universitária, n.º 23 e 24).

FERNANDES, Paula Guilhermina de Carvalho e BASTOS, Maria Rosário da Costa – *Oficiais da Câmara de Loulé em 1384-1385*, in “Revista de História”, vol. IX, Porto, Centro de História da Universidade do Porto / I.N.I.C., 1989, pp. 89-120.

FERREIRA, Ana Maria Pereira – *Algumas despesas do município portuense no início do século XVI: 1509 – 1510*, in “Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto”, Porto, 2ª série, volume 3 / 4, 1985 / 1986, pp. 169 – 179.

FERREIRA, Cristina Isabel de Oliveira Gomes – *A vereação da cidade do Porto: 1512 – 1514*, Porto, F.L.U.P., Diss. de Mestrado, 1997.

FERREIRA, J. A. Pinto – *A cidade que viu nascer o Infante. O Porto na época henriquina*, Ed. Instituto Alta Cultura, 1960.

--- *O Porto e a Residência de Fidalgos – Subsídios para a sua História* (Sep. do “Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto”, vol. XI, fasc. 3 – 4), Porto, 1949.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Uma rua de elite na Guimarães Medieval (1376 – 1520)*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 1989.

FERRO, João Pedro – *Alenquer Medieval (séculos XII – XV)*, Cascais, Patrimonia Historica, 1996.

FIGUEIREDO, Maria Amélia da Silva Alves dos Santos – *A administração municipal do Porto entre 1488 e 1498 segundo o Livro 6 de Vereações*, Diss. de Mestrado, Porto, F.L.U.P., 1996.

GODINHO, Vitorino Magalhães – *Ensaio II. Sobre História de Portugal*, 2ª ed. Lisboa, 1978.

--- *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 3ª ed. Lisboa, 1947.

GONÇALVES, Iria – *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, 1996 (Col. “Patrimonia Histórica – Estudos”).

--- *As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV*, Porto, A.H.M.P., 1987 (col. “Documentos e Memórias para a História do Porto”, n.º XLV).

HESPAÑA, António Manuel – *História das Instituições. Épocas medieval e moderna*, Coimbra, Livraria Almedina, 1982.

--- *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime. Colectânea de textos*, Lisboa, Fundação Calouste - Gulbenkian, 1984.

História da Cidade do Porto, dir. Por Damião PERES, António CRUZ e A. de Magalhães BASTO, 3 volumes, Porto, Portucalense Editora, 1962 – 1965.

GONÇALVES, Iria- *Imagens do mundo medieval*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988 (col. “Horizonte Histórico”, n.º 16).

-- *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996 (col. “Patrimonia Historica: Estudos”).

LAW, John – *O Príncipe do Renascimento*, in “O Homem do Renascimento”, GARIN, Eugenio (dir. de), 1.ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 1991, pp. 17-36.

LOPES, L. S. - *Medidas portuguesas de capacidade. Do alqueire de Coimbra de 1111 ao sistema de medidas de D. Manuel*, in “Revista Portuguesa de História”, Tomo XXXII, Coimbra, 1997 / 1998.

LOURO, Laura de Jesus do Paço Viana – *O Porto entre 1485 e 1488, segundo as actas das vereações*, Diss. de Mestrado, Porto, F.L.U.P., 1997.

MACHADO, Maria de Fátima Pereira – *A Praça da Ribeira no Porto Manuelino*, in “Revista de História”, II série, volume XIV, F.L.U.P., 1997.

--- *O Porto de D. Manuel a D. João III (1518-1530)*, Diss. de Mestrado, policopiada, Porto, F. L. U. P., 1997.

MAGALHÃES, Joaquim Romero de – *A estrutura das trocas* in MATTOSO, José (Dir.) “História de Portugal – No Alvorecer da Modernidade”, vol. III, ed. Estampa, 1993, pp. 315 – 353.

--- *D. Manuel I* in MATTOSO, José (Dir.) “História de Portugal – No Alvorecer da Modernidade”, vol. III, ed. Estampa, 1993, pp. 521 – 530.

--- *Os Concelhos* in MATTOSO, José (Dir.) “História de Portugal – No Alvorecer da Modernidade”, vol. III, ed. Estampa, 1993, pp. 175 – 185.

--- *Os espaços administrativos na construção do Estado Moderno em Portugal. A pretexto de Leiria no século XVI*, in “Revista Portuguesa de História”, Tomo XXXI, F.L.U.C., 1996.

MARQUES, A .H. de Oliveira, - *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos da vida quotidiana*, 3.^a ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1974.

--- *As cidades portuguesas na Idade Média (séculos XIV – XV)* in “Villes et sociétés urbaines au Moyen Age”, Paris, Presses de l’ Université de Paris - Sorbonne, 1994 (col. “Cultures et Civilizations Médiévales”, XI).

--- *Introdução à História da agricultura em Portugal – A questão cerealífera durante a Idade Média*, 2.^a ed., Lisboa, Ed. Cosmos, 1970.

--- *Pesos e medidas* in SERRÃO, Joel (Dir.) “Dicionário de História de Portugal”, vol. V, Lisboa, Lv. Figueirinhas, 1985, pp. 67 – 72.

--- *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV* in “Nova História de Portugal”, vol. IV, Lisboa, Ed. Presença, 1987.

--- *Portugal Quinhentista*, Lisboa, Quetzal Editores, 1987.

MARQUES, Maria F. – *O poder concelhio em Portugal na Baixa Idade Média*, in “Revista Portuguesa de História”, Tomo XXXII, F.L.U.C., 1997 / 1998.

MARQUES, José – *A assistência aos peregrinos, no Norte de Portugal, na Idade Média* (Sep. da Revista “Bracara Augusta”, vol. XXXVII, fasc. 83 – 84, Jan. – Dez. de 1983) Braga, 1983.

--- *A assistência no Norte de Portugal nos finais da Idade Média*, in “Revista de História”, II Série, volume VI, F.L.U.P., 1989, pp. 11 – 94.

--- *A confraria de S. Domingos de Guimarães (1498)*, in “Revista de História”, II série, volume I, F.L.U.P. 1984, pp. 57 – 95.

--- *Em torno do termo MARRÃ*, in “Revista de História”, II série, volume XIII, F.L.U.P., 1996, pp. 249 – 258.

--- *Os municípios portugueses dos princípios da nacionalidade ao fim do reinado de D. Dinis. Alguns aspectos*, in “Revista de História”, Porto, II série, volume X, F.L.U.P., 1993, pp. 69 – 90.

--- *Património régio na cidade do Porto e seu termo nos finais do século XV (Subsídios para o seu estudo)*, in “Revista de História”, volume II, Porto, C.H.U.P., 1980.

MARTINS, M. G. – *A família Palhavã (1253 – 1357). Elementos para o estudo das elites dirigentes da Lisboa medieval*, in “Revista Portuguesa de História”, Tomo XXXII, F.L.U.C., 1997 / 1998.

MATIAS, Ana Luísa B. P. M. – *O Porto em 1533 – actas de vereação da cidade*, Diss. de mestrado, policopiada, F.L.U.P., 1999.

MATTOSO, José – *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal*, 2 Vols., Lisboa, Ed. Estampa, 1991 (col. “Imprensa Universitária”, n.º 45 e 46).

MENDONÇA, Manuela – *Cidades, vilas e aldeias de Portugal. Estudos de História Regional Portuguesa*, vol. I, Lisboa, Ed. Colibri, 1995.

MONTEIRO, João Gouveia – *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média. Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*, Edições Colibri / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999 (Col. “Estudos”, n.º 29).

MORENO, Humberto Baquero – *A acção dos almocreves no desenvolvimento das comunicações inter – regionais portuguesas nos fins da Idade Média*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1975.

--- *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*, in “Revista de Ciências do Homem”, volume IV, Lourenço Marques, Universidade de Lourenço Marques, 1973.

--- *Alguns aspectos da marginalidade social, na cidade do Porto, nos finais da Idade Média*, in “Revista de História”, II série, volume V, F.L.U.P., 1988, pp. 113 – 130.

--- *A navegação e a actividade mercantil no Entre - Douro e Minho*, in “Revista de História”, II série, volume IX, F.L.U.P., 1992.

--- *A organização militar em Portugal nos séculos XIV e XV*, in “Revista de História”, II série, volume VIII, F.L.U.P., 1991, pp. 29 – 42.

--- *A presença dos corregedores nos municípios e os conflitos de competências (1332-1459)*, in “Revista de História”, vol. IX, Centro de História da U. do Porto / I.N.I.C., Porto, 1989, pp. 89-120.

--- *A representação do concelho de Caminha junto ao poder central em meados do século XV*, in “Revista de História”, II Série, volume VI, F.L.U.P., 1989, pp. 95 – 104.

--- *A representação do concelho de Guimarães nas Cortes de Lisboa de 1446*, in “Revista de História”, II série, volume I, F.L.U.P., 1984, pp. 7 – 18.

--- *A vereação do concelho de Ponte de Lima em 1446*, Separata da “Revista de Ciências do Homem”, Universidade de Lourenço Marques, volume VI, série A, 1974.

--- *As oligarquias urbanas e as primeiras burguesias em Portugal*, in “Revista de História”, II série, volume XI, F.L.U.P., 1994, pp. 111 – 136.

--- *Marginalidade e conflitos sociais em Portugal nos séculos XIV e XV. Estudos de História*, Lisboa, Editorial Presença, 1985 (Col. “Biblioteca de Estudos Universitários”, n.º 77).

--- *O mercado na Idade Média (o caso de Torre de Moncorvo)*, in “Estudos de História de Portugal, vol. 1 – séc. X-XV. Homenagem a A. H. de O. Marques”, Lisboa, Ed. Estampa, 1982.

--- *Os juizes, vereadores, funcionários e homens bons do município de Serpa, em 1441*, Separata da “Revista de Ciências do Homem”, volume V, série A, Universidade de Lourenço Marques, 1972.

--- *Os municípios portugueses nos séculos XIII a XVI – Estudos de História*, Lisboa, Ed. Presença, 1986 (in Col. “Métodos”, n.º 22).

--- *O poder local entre a tradição e a inovação em meados do século XV*, in “Revista de História”, vol. X, Porto, I. N.-I. C. / Centro de História da Universidade do Porto, 1990, pp. 9-16.

--- *Portugal: do Mediterrâneo ao Atlântico, no século XV*, in “Revista de História”, II série, volume XIII, Porto, 1996, pp. 187 – 203.

MOURA, A. de M. Gomes de – *Alguns séculos de administração sanitária. Subsídios para a sua história na cidade do Porto e seu termo*, in “Boletim de Assistência Social”, n.º 29 / 30 a 35 / 36, Lisboa, 1945.

Nova História de Portugal, vol. V : Portugal do Renascimento À crise dinástica, dir. SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira, 1ª Ed., Lisboa, Ed. Presença, 1998.

OLIVEIRA, V. J. M. Pereira de – *O espaço urbano do Porto. Condições naturais e desenvolvimento*, 2 volumes, Coimbra, Instituto de Alta Cultura, 1973.

PASSOS, Carlos de – *O Porto na arte nacional*, in “Nova Monografia do Porto”, org. por Carlos BASTOS, Porto, 1938.

PERES, Damião – *A Vida Social* in PERES, Damião e CRUZ, António (Dir. de) “História da Cidade do Porto”, vol. II, Porto, Portucalense Editora, 1965, pp. 30 – 45.

PINA, Luís de – *Instituições de Bemfazer e Actividades Culturais* in PERES, Damião e CRUZ, António (Dir. de) “História da Cidade do Porto”, vol. II, Porto, Portucalense Editora, 1965, pp. 429 – 516.

--- *A Medicina Portuense no Século XV. Alguns Breves Capítulos* (Sep. do “Studium Generale”, vol. VII), Porto, Centro de Estudos Humanísticos, 1960.

RAMOS, Carla Susana Barbas dos – *A administração municipal e as vereações do Porto (de 1500 a 1504)*, Diss. de Mestrado, policopiada, F.L.U.P., 1997.

RAU, Virginia – *Feiras medievais portuguesas: subsídios para o seu estudo*, 2ª ed., Lisboa, Ed. Presença, 1983.

--- *Os Brandões do Porto – Uma fortuna do século XV*, in “Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto”, volume 22, fascículos 3 / 4, 1959.

REAL, Manuel Luís e outros – *Escavações Arqueológicas no Morro da Sé*, in “Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto”, Porto, 2ª série, vol. 3 / 4, 1985/86, pp. 7 – 60.

REIS, António Matos – *Origens dos municípios portugueses*, Diss. de Mestrado, Porto, F.L.U.P., 1989.

ROCHA, Filomena Raquel Guerra dos Reis Teles da – *O Porto e o poder central na segunda metade do século XV: estudo e publicação dos capítulos especiais da cidade*, Diss. de Mestrado, Porto, F.L.U.P., 1996.

RODRIGUES, Teresa Ferreira – *As Estruturas Populacionais* in MATTOSO, José (Dir. de) “História de Portugal – No Alvorecer da Modernidade”, vol., III, Ed. Estampa, 1993, pp. 197 – 241.

SILVA, Francisco Ribeiro da – *A alfândega do Porto: os diplomas legais que marcaram a sua evolução secular*, in “A alfândega do Porto e o despacho aduaneiro”, Porto, Casa do Infante, 1990.

--- *A criação das paróquias de S. Nicolau e de N.^a Senhora da Vitória (1583). Aspectos sócio – económicos e religiosos da época* (Conferência proferida em 6 – 7 – 1984 na Casa do Infante – Porto), Porto, Paróquias de S. Nicolau e N.^a S.^a da Vitória, 1984.

--- *O Porto e o seu Termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*, 2 vol., Porto, Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, 1988 (col. “Documentos e Memórias para a História do Porto”, n.º XLVI).

--- *O Foral de Cambra no conjunto dos Forais Manuelinos*, Separata da “Rev. da Faculdade de Letras”, II Série, vol. VI, Porto, F.L.U.P., 1989, pp. 223-237.

--- *Tempos Modernos*, in “História do Porto“, dir. por Luís A. de Oliveira RAMOS, 2ª ed., Porto, Porto Editora, 1994, pp. 256 – 375.

SILVA, Manuela Santos – *Estruturas urbanas e administração concelhia. Óbidos Medieval*, in “Patrimonia Histórica. Dissertações”, Cascais, 1997.

SILVA, Maria João Violante Branco Marques da – *A Procissão na Cidade: Reflexos em Torno da festa do Corpo de Deus na Idade Média Portuguesa* in “A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares”, vol. I, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp. 195 – 217.

SILVA, Rodrigo Banha da e GUINOTE, Paulo – *O Quotidiano na Lisboa dos descobrimentos. Roteiro Arqueológico e Documental dos espaços e Objectos*, Lisboa, Ed. Grupo de Trabalho do Ministério da educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1ª edição, 1998.

SOARES, Torquato de Sousa – *Apontamentos para o estudo da origem das instituições municipais portuguesas*, Lisboa, 1931.

--- *Subsídios para o estudo da organização municipal da cidade do Porto durante a Idade Média*, Barcelos, 1935.

SOUSA, Armindo de - *A estratégia política dos municípios no reinado de D. João II*, in “Revista de História”, II Série, volume VI, F.L.U.P., 1989, pp. 137 – 174.

--- *As Cortes Medievais Portuguesas (1385 – 1490)*, 2 volumes, Porto, I.N.I.C. / Centro de História da Universidade do Porto, 1990 (“História Medieval”, n.º 4).

--- *Conflitos entre o Bispo e a Câmara do Porto nos meados do século XV*, in “Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto”, 2ª série, volume 1.º, Porto, 1983.

--- *O discurso político dos concelhos nas Cortes de 1385*, in “Revista de História”, II série, volume II, F.L.U.P., 1985, pp. 9 – 44.

--- *Tempos Medievais*, in “História do Porto”, dir. por Luís A. de Oliveira RAMOS, 2ª ed., Porto, Porto Editora, 1995, pp. 119 – 253.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *A Propriedade das Albergarias de Évora nos finais da Idade Média*, Lisboa, I.N.I.C. / Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990 (col. “História Medieval”, n.º 2).

SOUSA, João Silva de - *Das autorizações de porte de armas e de deslocação em besta muar, em meados do século XV. Algumas notas para o seu estudo*, in “Estudos de História de Portugal, vol. 1 – séc. X-XV. Homenagem a A. H. de O. Marques”, Lisboa, Ed Estampa, 1982.

SUBTIL, José – *Modernidades e arcaísmos do Estado de Quinhentos*, in “A Génese do Estado Moderno no Portugal Tardo – Medieval”, 1ª ed., Lisboa, U.A.L., 1999, pp. 317-370.

Temas de Genealogia e de História da Família (coord. de SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e), Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1998.

TENENTI, Alberto – *O Mercador e o Banqueiro*, in “O Homem Renascentista”, GARIN, Eugenio (dir. de), 1.ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 1991, pp. 145-167.

TCHERNÍK, A.- *Armas na documentação jurídica do século XIV*, in “Revista de História”, vol. X, Porto, I. N.-I. C. / Centro de História da Universidade do Porto, 1990, pp. 27-36.

VASCONCELOS, Flório de – *Um Bispo do Porto na Corte de Carlos V*, in “O Tripeiro”, Porto, 7ª Série (Série Nova) – Ano X, nº 5, Maio 1991.

Villes et sociétés urbaines au Moyen Age. Hommage à M. le Professeur Jacques Heers, Paris, Presses de l' Université de Paris – Sorbonne, 1994. (col. “Cultures et Civilizations Médiévales”, XI).

VIVES, J. Vicens – *A estrutura administrativa estadual nos séculos XVI e XVII*, in HESPANHA, António Manuel – “Poder e instituições na Europa do Antigo Regime. Colectânea de textos”, Lisboa, Fundação Calouste - Gulbenkian, 1984. pp. 201 – 230.